

§ 2º Fica designado como pregoeiro substituto o servidor indicado no inciso II, alínea a), deste artigo, o qual desempenhará as atividades de estilo do pregoeiro em suas ausências ou impedimentos legais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar do dia 22 de abril de 2025, para os incisos atualizados por este ato normativo.

Dê-se ciência. Publique-se. Cumpra-se.

Márcia Rocha de Oliveira Francelino

Superintendente Estadual de Compras e Licitações (SUPEL/RO)

Protocolo 0059486079

Portaria nº 57 de 23 de abril de 2025

Reformula as equipes de licitações e designa servidores para compor a Comissão de Segurança Pública, no âmbito da Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL/RO.

A SUPERINTENDENTE DE COMPRAS E LICITAÇÕES DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições legais e regimentais previstas nos termos do art. 5º, inciso V, do Decreto nº 27.948, de 01 de março de 2023 e do art. 43 da Lei Complementar n. 965, de 20 de dezembro de 2017;

CONSIDERANDO a Portaria (Id. 0059409693) que institui a Comissão de Segurança Pública, no âmbito da Superintendência de Compras e Licitações do Estado de Rondônia - SUPEL/RO, com objetivo de aplicar celeridade e eficiência na tramitação de processos de compras públicas; e

CONSIDERANDO a necessidade de reestruturação organizacional das atividades relacionadas à condução de certames no âmbito da Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL,

RESOLVE:

Art. 1º Reformular no âmbito do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) a Equipe de Licitação (SUPEL-ALFA), instituída para atuação interna no âmbito da Superintendência Estadual de Compras e Licitações, passando a se chamar Comissão de Segurança Pública (SUPEL-COSEG) e designa os servidores abaixo relacionados para sua composição:

I - Agente de contratação:

a) Camila Caroline Rocha Peres, matrícula n.º *****454.

II - Equipe de Apoio:

a) Matheus Breves Chixaro Lobo, matrícula n.º *****032; e

b) Ingrid Tainara Xavier Pedroza, matrícula n.º *****608.

§ 1º A servidora indicada no inciso I, alínea a), atuará como pregoeira, sempre que a modalidade de licitação escolhida for pregão eletrônico, conforme previsto no art. 8º, § 5º da Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 2º Fica designado como pregoeiro substituto o servidor indicado no inciso II, alínea a), deste artigo, o qual desempenhará as atividades de estilo do pregoeiro em suas ausências ou impedimentos legais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar do dia 22 de abril de 2025, para os incisos atualizados por este ato normativo.

Dê-se ciência. Publique-se. Cumpra-se.

Márcia Rocha de Oliveira Francelino

Superintendente Estadual de Compras e Licitações (SUPEL/RO)

Protocolo 0059486308

Portaria nº 58 de 23 de abril de 2025

Reformula as equipes de licitações e designa servidores para compor a Comissão de Obras, no âmbito da Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL/RO.

A SUPERINTENDENTE DE COMPRAS E LICITAÇÕES DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições legais e regimentais previstas nos termos do art. 5º, inciso V, do Decreto nº 27.948, de 01 de março de 2023 e do art. 43 da Lei Complementar n. 965, de 20 de dezembro de 2017;

CONSIDERANDO a Portaria (Id. 0059409693) que institui a Comissão de Obras, no âmbito da Superintendência de Compras e Licitações do Estado de Rondônia - SUPEL/RO, com objetivo de aplicar celeridade e eficiência na tramitação de processos de compras públicas; e

CONSIDERANDO a necessidade de reestruturação organizacional das atividades relacionadas à condução de certames no âmbito da Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL,

RESOLVE:

Art. 1º Reformular no âmbito do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) a Equipe de Licitação (SUPEL-CPLO), instituída para atuação interna no âmbito da Superintendência Estadual de Compras e Licitações, passando a se chamar Comissão de Obras (SUPEL-COBR) e designa os servidores abaixo relacionados para sua composição:

I - Agente de contratação:

a) Eralda Etra Maria Lessa, matrícula n.º *****483.

II - Equipe de Apoio:

a) Johnnescley Anes de Moraes, matrícula n.º *****669;

b) Roberta Arroio, matrícula n.º *****701;

c) Nadiane da Costa Laia, matrícula n.º *****769; e

d) Guilherme Guimarães dos Santos Ferreira, matrícula n.º *****004.

§ 1º A servidora indicada no inciso I, alínea a), atuará como pregoeira, sempre que a modalidade de licitação escolhida for pregão eletrônico, conforme previsto no art. 8º, § 5º da Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 2º Fica designado como pregoeiro substituto o servidor indicado no inciso II, alínea a), deste artigo, o qual desempenhará as atividades de estilo do pregoeiro em suas ausências ou impedimentos legais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar do dia 22 de abril de 2025, para os incisos atualizados por este ato normativo.

Dê-se ciência. Publique-se. Cumpra-se.

Márcia Rocha de Oliveira Francelino

Superintendente Estadual de Compras e Licitações (SUPEL/RO)

Protocolo 0059486375

Portaria nº 59 de 23 de abril de 2025

Reformula as equipes de licitações e designa servidores para compor a Comissão Especial de Licitações, no âmbito da Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL/RO.

A SUPERINTENDENTE DE COMPRAS E LICITAÇÕES DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições legais e regimentais previstas nos termos do art. 5º, inciso V, do Decreto nº 27.948, de 01 de março de 2023 e do art. 43 da Lei Complementar n. 965, de 20 de dezembro de 2017;

CONSIDERANDO a Portaria (Id. 0059409693) que institui a Comissão Especial de Licitações, no âmbito da Superintendência de Compras e Licitações do Estado de Rondônia - SUPEL/RO, com objetivo de aplicar celeridade e eficiência na tramitação de processos de compras públicas; e

CONSIDERANDO a necessidade de reestruturação organizacional das atividades relacionadas à condução de certames no âmbito da Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL,

RESOLVE:

Art. 1º Reformular no âmbito do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) a Equipe de Licitação (SUPEL-CEL), instituída para atuação interna no âmbito da Superintendência Estadual de Compras e Licitações, passando a se chamar Comissão Especial de Licitações (SUPEL-COESP) e designa os servidores abaixo relacionados para sua composição:

I - Agente de contratação:

a) Bruna Gonçalves Apolinário, matrícula n.º *****033.

II - Equipe de Apoio:

a) Letícia Helen Almeida Ferreira, matrícula n.º *****088;

b) Charles Cunha Menezes Júnior, matrícula n.º *****795; e

c) Marina Sampaio Mouzinho Borges, matrícula n.º *****500.

§ 1º A servidora indicada no inciso I, alínea a), atuará como pregoeira, sempre que a modalidade de licitação escolhida for pregão eletrônico, conforme previsto no art. 8º, § 5º da Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 2º Fica designada como pregoeira substituta a servidor indicado no inciso II, alínea a), deste artigo, o qual desempenhará as atividades de estilo do pregoeiro em suas ausências ou impedimentos legais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar do dia 22 de abril de 2025, para os incisos atualizados por este ato normativo.

Dê-se ciência. Publique-se. Cumpra-se.

Márcia Rocha de Oliveira Francelino

Superintendente Estadual de Compras e Licitações (SUPEL/RO)

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90543/2024/SUPEL/RO

A Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL, por meio da Portaria nº 58 de 23 de abril de 2025, torna público ao conhecimento dos interessados que encontra-se autorizada, a realização do certame, regida pela Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto nº 28.874/2024, Lei Complementar nº. 123/06 e alterações e pelas demais normas legais e regulamentares aplicáveis à espécie, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, no regime de empreitada por **PREÇO UNITÁRIO**, do tipo **MAIOR DESCONTO POR LOTE**, sobre a tabela de preços praticada no mercado, o percentual, atrelado à Tabela SINAPI, modo de disputa **ABERTO**, na forma de execução **INDIRETA**, tendo por finalidade a qualificação de empresas e a seleção da proposta mais vantajosa, conforme condições e exigências contidas neste Edital e seus Anexos consignando o que se segue:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 90543/2024/SUPEL/RO

AUTORIZAÇÃO PROCESSO Nº.: 0009.004523/2024-21/DER-RO

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais de construção civil (Básico, Elétrico, Hidrossanitário e Cabeamento Estruturado) destinados à execução direta de serviços comuns de engenharia, visando atender às demandas das residências regionais e usinas de asfalto vinculadas ao Departamento de Estradas de Rodagem de Rondônia – DER/RO.

PROJETO/ATIVIDADE: 1015.2935– **FONTE:** 1.500.0.00001 / 2.500.0.00001 (Recursos não Vinculados de Impostos) / 1.501.0.00001 / 2.501.0.00001 (Outros Recursos não Vinculados) / 1.899.0.00001 / 2.899.0.00001 (Outros Recursos Vinculados) / 1.720.0.00001 (Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei 9.478/1997) – **ELEMENTO DE DESPESA:** 33.90.30

VALOR ESTIMADO:

LOTE	DESCRIÇÃO	VALOR ESTIMADO
01	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais básicos e acabamento . (PORTO VELHO, EXTREMA)	R\$ 1.565.324,42
02	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais básicos e acabamento . (ARIQUEMES, BURITIS, MACHADINHO DO OESTE)	R\$ 1.113.165,09
03	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais básicos e acabamento . (JARU, OURO PRETO DO OESTE, JI-PARANÁ, PRESIDENTE MÉDICI, ALVORADA DO OESTE)	R\$ 1.517.952,39
04	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais básicos e acabamento . (CACOAL, ESPIGÃO DO OESTE, PIMENTA BUENO, ROLIM DE MOURA, SANTA LUZIA D'OESTE, ALTA FLORESTA D'OESTE)	R\$ 1.214.361,91
05	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais básicos e acabamento . (SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ, SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ, COSTA MARQUES)	R\$ 303.590,47
06	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais básicos e acabamento . (VILHENA, COLORADO DO OESTE, CEREJEIRAS)	R\$ 1.214.361,91

07	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de material elétrico, hidrossanitário e ferramentas . (PORTO VELHO, EXTREMA)	R\$ 199.994,53
08	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de material elétrico, hidrossanitário e ferramentas . (ARIQUEMES, BURITIS, MACHADINHO DO OESTE)	R\$ 153.120,21
09	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de material elétrico, hidrossanitário e ferramentas . (JARU, OURO PRETO DO OESTE, JI-PARANÁ, PRESIDENTE MÉDICI, ALVORADA DO OESTE)	R\$ 153.120,21
10	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de material elétrico, hidrossanitário e ferramentas . (CACOAL, ESPIGÃO DO OESTE, PIMENTA BUENO, ROLIM DE MOURA, SANTA LUZIA D'OESTE, ALTA FLORESTA D'OESTE)	R\$ 153.120,21
11	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de material elétrico, hidrossanitário e ferramentas . (SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ, SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ, COSTA MARQUES)	R\$ 87.497,86
12	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de material elétrico, hidrossanitário e ferramentas . (VILHENA, COLORADO DO OESTE, CEREJEIRAS)	R\$ 153.120,21
13	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais CABEAMENTO ESTRUTURADO (PORTO VELHO).	R\$ 45.956,00

TOTAL DOS LOTES: R\$ 7.874.685,42 (sete milhões, oitocentos e setenta e quatro mil, seiscentos e oitenta e cinco reais e quarenta e dois centavos).

RECEBIMENTOS DAS PROPOSTAS: até o dia 11 de junho de 2025, às 09h59min (horário oficial de Brasília).

ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 11 de junho de 2025, às 10h (horário oficial de Brasília).

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: eletronicamente através da plataforma de licitações COMPRASGOV, endereço eletrônico www.gov.br/compras.

UASG: 925373

CONTRATAÇÃO PREFERENCIALMENTE ME/EPP: SIM

REGISTRO DE PREÇO: SIM

RETIRADA DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO: Maiores informações e esclarecimentos sobre o certame encontram-se disponíveis para conhecimento e retirada dos interessados no site da SUPEL endereço eletrônico www.rondonia.ro.gov.br/supel e no site do COMPRASGOV (www.gov.br/compras). Outras informações através do e-mail: cplo@supel.ro.gov.br, bem como presencialmente nas dependências da Superintendência Estadual de Licitações, sito a Av. Farquar, 2986, Bairro Pedrinhas, Palácio Rio Madeira - Ed Pacaás Novos - 2º andar, CEP 76801-470, Porto Velho/RO – Fone: (69) 3212-9243.

Porto Velho/RO, 19 de maio de 2025.

ERALDA ETRA MARIA LESSA
Pregoeira da Comissão de Obras - COOBR/SUPEL/RO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90543/2024

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais de construção civil (Básico, Elétrico, Hidrossanitário e Cabeamento Estruturado) destinados à execução direta de serviços comuns de engenharia, visando atender às demandas das residências regionais e usinas de asfalto vinculadas ao Departamento de Estradas de Rodagem de Rondônia – DER/RO.

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90543/2024/SUPEL/RO

PREÂMBULO

A Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL, por meio da Portaria nº 58 de 23 de abril de 2025, regido pela Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e suas alterações, Decreto nº 28.874/2024, Lei Complementar nº. 123/06 e alterações e pelas demais normas legais, torna público ao conhecimento dos interessados que encontra-se autorizada, a realização do certame, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, no regime de empreitada por **PREÇO UNITÁRIO**, do tipo **MAIOR DESCONTO**, sobre a tabela de preços praticada no mercado, o percentual, atrelado à Tabela SINAPI, modo de disputa **ABERTO**, na forma de execução **DIRETA**, com sessão de abertura de recebimento das propostas marcada para o dia **11 de junho de 2025**, às **10h** (horário oficial de Brasília), realizada através da plataforma de licitações COMPRASGOV, endereço eletrônico www.gov.br/compras, tendo como interessada o Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes – DER/RO.

1. DA FORMALIZAÇÃO E AUTORIZAÇÃO

1.1. Esta Licitação encontra-se formalizada e autorizada através do **Processo Administrativo Nº 0009.004523/2024-21/DER/RO**, e destina-se a garantir os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

2. DA AQUISIÇÃO E RETIRADA DO EDITAL E DEMAIS ANEXOS

2.1. O instrumento convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis, para conhecimento e retirada dos interessados no site da SUPEL endereço eletrônico: www.rondonia.ro.gov.br/supel e no site do COMPRASGOV: www.gov.br/compras.

2.1.1. Caso não seja possível o acesso aos arquivos por meio do portal da SUPEL, bem como por meio do portal do COMPRASGOV, os licitantes poderão obter os projetos, em dias úteis, das 07h30min às 13h30min, junto a Pregoeira, situado a Av. Farquar, nº 2986, Bairro Pedrinhas, Palácio Rio Madeira - Ed Pacaás Novos - 2º andar, CEP 76801-470, Porto Velho/RO – Fone: (69) 3212-9243. Outras informações através do e-mail: cplo@supel.ro.gov.br.

3. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. Os recursos financeiros necessários para acobertar as despesas decorrentes da contratação, estão consignados no orçamento do **Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes – DER/RO**, conforme estabelecido no **item 14 do Anexo I deste Edital – Termo de Referência**.

4. DO VALOR ESTIMADO

4.1. O Valor máximo que o ESTADO DE RONDÔNIA se propõe a pagar pelas empresas por lote é de:

LOTE	DESCRIÇÃO	VALOR ESTIMADO
------	-----------	----------------

01	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais básicos e acabamento . (PORTO VELHO, EXTREMA)	R\$ 1.565.324,42
02	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais básicos e acabamento . (ARIQUEMES, BURITIS, MACHADINHO DO OESTE)	R\$ 1.113.165,09
03	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais básicos e acabamento . (JARU, OURO PRETO DO OESTE, JI-PARANÁ, PRESIDENTE MÉDICI, ALVORADA DO OESTE)	R\$ 1.517.952,39
04	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais básicos e acabamento . (CACOAL, ESPIGÃO DO OESTE, PIMENTA BUENO, ROLIM DE MOURA, SANTA LUZIA D'OESTE, ALTA FLORESTA D'OESTE)	R\$ 1.214.361,91
05	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais básicos e acabamento . (SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ, SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ, COSTA MARQUES)	R\$ 303.590,47
06	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais básicos e acabamento . (VILHENA, COLORADO DO OESTE, CEREJEIRAS)	R\$ 1.214.361,91
07	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de material elétrico, hidrossanitário e ferramentas . (PORTO VELHO, EXTREMA)	R\$ 199.994,53
08	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de material elétrico, hidrossanitário e ferramentas . (ARIQUEMES, BURITIS, MACHADINHO DO OESTE)	R\$ 153.120,21
09	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de material elétrico, hidrossanitário e ferramentas . (JARU, OURO PRETO DO OESTE, JI-PARANÁ, PRESIDENTE MÉDICI, ALVORADA DO OESTE)	R\$ 153.120,21
10	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de material elétrico, hidrossanitário e ferramentas . (CACOAL, ESPIGÃO DO OESTE, PIMENTA BUENO, ROLIM DE MOURA, SANTA LUZIA D'OESTE, ALTA FLORESTA D'OESTE)	R\$ 153.120,21
11	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de material elétrico, hidrossanitário e ferramentas . (SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ, SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ, COSTA MARQUES)	R\$ 87.497,86
12	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de material elétrico, hidrossanitário e ferramentas . (VILHENA, COLORADO DO OESTE, CEREJEIRAS)	R\$ 153.120,21
13	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais CABEAMENTO ESTRUTURADO (PORTO VELHO).	R\$ 45.956,00

Perfazendo um total de **R\$ 7.874.685,42** (sete milhões, oitocentos e setenta e quatro mil, seiscentos e oitenta e cinco reais e quarenta e dois centavos), onde os preços máximos serão aqueles consignados no quadro estimativo de preços, parte integrante deste edital, sob pena de desclassificação da proposta.

5. DO OBJETO

Constitui objeto desta licitação **Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais de construção civil (Básico, Elétrico, Hidrossanitário e Cabeamento Estruturado)** destinados à execução direta de serviços

Av. Farquar, nº 2986, Bairro Pedrinhas, Palácio Rio Madeira - Ed Pacaás Novos - 2º andar, CEP 76801-470, Porto Velho/RO - Fone: (69) 3212-9243.

comuns de engenharia, visando atender às demandas das residências regionais e usinas de asfalto vinculadas ao Departamento de Estradas de Rodagem de Rondônia – DER/RO, conforme especificações constantes do Termo de Referência.

6. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1. Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Portal de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

6.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados, inobservância que poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

6.3. Não poderão disputar esta licitação, direta ou indiretamente:

a) Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

b) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de penalidade que lhe foi imposta de:

b.1) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de Rondônia, nos termos do art. 156, III, § 4º, da Lei n. 14.133/2021;

b.2) Declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 156, IV, § 5º, da Lei n. 14.133/2021;

b.2.1) Será realizada pesquisa junto ao CEIS (CGU), junto ao CNJ (Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa) e no Portal Transparência (www.portaltransparencia.gov.br/cnep), para aferição de eventuais registros impeditivos de participar de Licitações ou de celebrar Contratos com a Administração Pública;

b.2.2) Será realizada a Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica através do portal <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>, comprovando que a empresa não foi declarada inidônea ou não se encontra suspensa de licitar ou contratar com a administração pública estadual.

b.2.3) Consulta ao Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAGEFIMP, através do portal <https://transparencia.ro.gov.br/fornecedor/emitircertidao>, emitido pela Controladoria Geral do Estado;

c) Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente;

d) Aquele que se enquadre no disposto no art. 14, da Lei n. 14.133, de 2021;

d.1) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) Agente público do órgão, agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, conforme §§ 1º e 2º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

6.4. DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS EM CONSÓRCIO:

6.4.1. Fica VEDADA a participação de empresa sob forma de CONSÓRCIO na presente contratação.

6.4.2. A vedação à participação de empresas constituídas sob a forma de consórcio na presente contratação de materiais de consumo encontra respaldo na busca por maior simplicidade, eficiência e clareza na gestão

contratual. Materiais de consumo, por sua natureza, são itens de uso contínuo, com características padronizadas e de fornecimento regular, não exigindo, em regra, a estrutura complexa que a atuação em consórcio pressupõe.

6.4.3. A formação de consórcios acarreta a necessidade de articulação entre diferentes empresas, o que pode introduzir entraves burocráticos e operacionais desnecessários à execução do objeto contratual. Essa complexidade adicional pode dificultar a tomada de decisões, gerar conflitos de interesse entre os consorciados e comprometer a fluidez na entrega dos itens, em desacordo com os princípios da eficiência e da economicidade que regem a Administração Pública (art. 37, caput, da Constituição Federal de 1988).

6.4.4. Ao restringir a contratação a pessoas jurídicas individualmente responsáveis, a Administração assegura uma gestão contratual mais direta, com maior clareza na atribuição de responsabilidades e na prestação de contas. Tal medida contribui para garantir a continuidade e a confiabilidade no fornecimento dos materiais de consumo, elementos essenciais ao bom funcionamento das atividades públicas.

6.4.5. A vedação da participação de empresas sob a forma de consórcio em contratações de materiais de consumo pode ser justificada pela busca de simplicidade e eficiência no processo. Ao lidar com materiais de consumo, que geralmente são itens de natureza simples e de demanda regular, a complexidade adicionada pela formação de um consórcio pode ser desnecessária. A gestão contratual se torna mais direta, evitando possíveis conflitos de interesses entre empresas e agilizando a tomada de decisões. Além disso, ao manter o processo mais simples, a responsabilidade e a prestação de contas tornam-se mais claras, garantindo um fornecimento consistente e confiável dos materiais necessários.

6.5. DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS DE COOPERATIVAS:

6.5.1. Fica vedada a participação de empresa sob forma de COOPERATIVAS na presente contratação.

6.5.2. Fica vedada a participação de empresas constituídas sob a forma de cooperativas na presente contratação. A medida se fundamenta na busca pela observância do Princípio Constitucional da Eficiência, previsto no artigo 37 da Constituição Federal de 1988, o qual orienta a Administração Pública à adoção de práticas que assegurem a melhor utilização dos recursos públicos, com celeridade, qualidade e efetividade na execução dos contratos administrativos.

6.5.3. Permitir a participação de cooperativas poderia comprometer a eficiência do processo contratual, uma vez que, por sua natureza jurídica, essas entidades demandam a anuência de todos os cooperados para a realização de atos como a assinatura de contratos, termos aditivos e autorizações de pagamento. Essa exigência pode implicar em atrasos significativos ou até mesmo inviabilizar a tramitação regular e tempestiva dos procedimentos contratuais, o que vai de encontro aos objetivos da Administração Pública no tocante à agilidade e efetividade na execução do objeto licitado.

6.5.4. Dessa forma, a vedação à participação de cooperativas visa assegurar a adequada execução contratual e a observância dos princípios que regem a atuação administrativa, especialmente o da eficiência.

7. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

7.1. Na forma do Art. 4º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, aplicam-se às licitações e contratos disciplinados por esta Lei as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, devendo atentar às regras estabelecidas no regramento específico citado.

7.2. Para obtenção de benefícios a que se refere este item, a licitante deverá apresentar:

a) Declaração, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021;

“Art. 3º Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte, a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002, devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

I – No caso das microempresas, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais);

II – No caso das empresas de pequeno porte, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais)."

b) Declaração de que no ano-calendário de realização da licitação ainda não tenha celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, na forma do Art. 4º, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021;

7.3. A falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, neste Edital e em normas correlatas.

8. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

8.1. Até 03 (três) dias úteis que anteceder a abertura da sessão pública, qualquer pessoa e licitante poderá solicitar ESCLARECIMENTOS, PROVIDÊNCIAS OU IMPUGNAR o instrumento convocatório deste Edital, devendo o licitante mencionar o número do PREGÃO ELETRÔNICO, o ano e o número do processo licitatório, manifestando-se **PREFERENCIALMENTE** via e-mail: cplo@supel.ro.gov.br (ao transmitir o e-mail, o mesmo deverá ser confirmado o recebimento pela Pregoeira, pelo telefone (069) 3212-9243, para não tornar sem efeito), ou ainda, protocolar o original junto a Sede desta Superintendência, no horário das 07h30min às 13h30min, de segunda-feira à sexta-feira, situada na Av. Farquar, nº 2986, Bairro Pedrinhas, Palácio Rio Madeira – Edifício Rio Pacaás Novos – 2º Andar, CEP 76.801-470, Porto Velho/RO.

8.2. A decisão da Pregoeira quanto a impugnação será informada preferencialmente via e-mail (aquele informado na impugnação), e através do campo próprio do Sistema Eletrônico do site www.gov.br/compras, sendo necessariamente divulgado em sítio eletrônico oficial (www.rondonia.ro.gov.br/supel) no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, ficando o licitante obrigado a acessá-lo para obtenção das informações prestadas pela Pregoeira, na forma do Art. 164, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021.

8.3. Caso seja acolhida a impugnação contra o Ato Convocatório, será designada nova data para a realização do Certame.

8.4. Decairá do direito de impugnar os termos deste edital, por falhas ou irregularidades, o proponente/licitante que não o fizer até o terceiro dia útil que anteceder à data de realização da sessão pública da licitação, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

8.5. A impugnação feita tempestivamente pelo proponente/licitante não o impedirá de participar do Certame.

9. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA E DA EFETIVA PARTICIPAÇÃO

9.1. O PREGÃO ELETRÔNICO será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança (criptografia e autenticação) em todas as suas fases.

9.2. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados na participação neste PREGÃO ELETRÔNICO deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas através do Portal de Compras do Governo Federal COMPRASGOV (www.gov.br/compras).

9.3. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como, seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Estado de Rondônia, ao provedor do sistema ou a SUPEL/RO, a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido do acesso.

9.4. O credenciamento do licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao PREGÃO ELETRÔNICO.

9.5. A participação no PREGÃO ELETRÔNICO se dará por meio da digitação da senha pessoal do credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços e documentos de habilitação, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observando data e horário limite estabelecido.

9.6. O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital.

Av. Farquar, nº 2986, Bairro Pedrinhas, Palácio Rio Madeira - Ed Pacaás Novos - 2º andar, CEP 76801-470, Porto Velho/RO - Fone: (69) 3212-9243.

9.7. COMO CONDIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO ELETRÔNICO, A LICITANTE ASSINALARÁ “SIM” OU “NÃO” EM CAMPO PRÓPRIO DO SISTEMA ELETRÔNICO, RELATIVO ÀS SEGUINTE DECLARAÇÕES:

a) Condições de participação:

a.1) Ciência em relação ao inteiro teor do ato convocatório e dos seus anexos, concordando com suas condições, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

a.2) Declaração que a proposta econômica compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega em definitivo.

b) Declarações para fins de habilitação:

b.1) De que atende aos requisitos de habilitação previstos em lei e no instrumento convocatório.

b.2) Inexiste impedimento à habilitação e comunica a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade contratante.

b.3) De que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

b.4) Ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

b.5) Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

c) Declarações de cumprimento à legislação trabalhista:

c.1) De que observa os incisos III e IV do art. 1º e cumpre o disposto no inciso III do art. 5º, todos da Constituição Federal de 1988, que veda o tratamento desumano ou degradante.

c.2) De que cumpre a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.

d) Profissionais organizados sob a forma de cooperativa:

d.1) De que participa da licitação sob a forma de cooperativa, que atende ao disposto no art. 16 da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

9.8. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

10. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

10.1. A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do Licitante a partir da data da liberação do Edital, até o horário limite de início da Sessão Pública, horário de Brasília, devendo ser encaminhado, exclusivamente por meio do sistema, a proposta de preço e os documentos de habilitação em suas respectivas etapas, conforme exigências do Edital.

10.2. Os envios da proposta e dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerão por meio de chave de acesso e senha intransferíveis.

10.3. Quando for o caso, as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

10.3.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado prazo de 5 (cinco) dias úteis para sua regularização pelo licitante, prorrogável por igual período, com início no dia em que o proponente for declarado vencedor do certame.

10.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da licitação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

10.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

10.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

10.7. Os documentos que compõem a proposta do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação da Pregoeira e para acesso público após o encerramento do envio de lances, bem como a documentação referente a habilitação do licitante classificado será disponibilizada ao encerramento da fase de habilitação.

10.8. Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, se houver, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento das respectivas fases no prazo definido pela Comissão de Contratação, de no mínimo 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação, podendo ser prorrogado.

10.9. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digiais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

10.9.1. Nestes casos, a licitante deverá encaminhar a documentação original ou a cópia autenticada exigida, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data da solicitação da Pregoeira, via sistema.

10.10. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.11. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por Tradutor Juramentado, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.12. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

10.13. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

11. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

11.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

11.1.1. Valor unitário/global do item ou do lote (se for o caso);

11.1.2. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência indicando, no que for aplicável: modelo, prazo de garantia etc.

11.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam à Contratada.

11.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.

11.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

11.5. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

11.6. No caso de alguma inconsistência no descritivo dos itens entre o Edital e o constante na plataforma do PREGÃO ELETRÔNICO, deverá ser considerado o descritivo do Edital.

12. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a **DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**, na respectiva fase, contendo a Carta de Apresentação dos Documentos de Habilitação, devidamente assinada pelo representante legal (**ANEXO IV**) a seguir informada:

12.1. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

12.1.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

12.1.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/>;

12.1.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e última alteração (se houver) em vigor, devidamente registrado, onde se possa identificar o administrador, em se tratando de sociedades comerciais e no caso de sociedade por ações, acompanhados de documentos que comprovem a eleição de seus administradores;

12.1.4. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

12.1.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

12.1.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

12.1.7. No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP- P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social, conforme Decreto nº 11.802/2023;

12.1.8. No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 2110, de 2022.

12.1.9. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização, e se for o caso, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

12.1.10. Os documentos acima deverão estar acompanhados da última alteração ou da consolidação respectiva.

12.2. DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, através do cartão do CNPJ, que também servirá para fins de comprovação do enquadramento como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte;

b) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal relativa a Tributos Federais e à dívida Ativa da União e prova de regularização perante o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, através de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

c) Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Pública Estadual;

Av. Farquar, nº 2986, Bairro Pedrinhas, Palácio Rio Madeira - Ed Pacaás Novos - 2º andar, CEP 76801-470, Porto Velho/RO - Fone: (69) 3212-9243.

- d) Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Pública Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;
- e) Prova de regularidade fiscal perante ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF - FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e/ou, no caso de estarem os débitos garantidos por penhora suficiente ou com a exigibilidade suspensa, será aceita a Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas, que tenha os mesmos efeitos da CNDT;

12.3. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA

12.3.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor central do Fórum da sede da empresa Licitante, com data não anterior a **90 (noventa) dias** antes da data de apresentação dos Documentos de Habilitação quando não determinado no corpo da certidão.

12.3.1.1. Será permitida a participação de empresas em recuperação judicial, desde que apresentem plano de recuperação devidamente homologado pelo Juízo competente, em conformidade com a Orientação Administrativa 02 da Procuradoria Geral do Estado de Rondônia (Portaria nº 346 de 30 de julho de 2024). A documentação comprobatória deverá ser anexada à proposta, sob pena de inabilitação.

12.3.2. Para comprovar a boa situação financeira da LICITANTE, essa deverá apresentar o **BALANÇO PATRIMONIAL** com demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

12.3.2.1. Os documentos retromencionados limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

12.3.3. Com base nos dados constantes no **BALANÇO PATRIMONIAL** apresentado, a Pregoeira verificará se a licitante atende aos seguintes requisitos:

- a) A comprovação de boa situação financeira da empresa através dos Índices de Liquidez Geral (LG), e Liquidez Corrente (LC), que deverão ser iguais ou maiores a 1,00 (um inteiro);
- b) A licitante deverá comprovar possuir, sob pena de inabilitação, possuir capital mínimo ou Patrimônio Líquido mínimo, igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, para cada LOTE.

12.3.4. As LICITANTES constituídas no exercício de 2025, para comprovar a sua boa situação financeira, com vistas aos compromissos que terá que assumir caso lhe seja adjudicado o objeto da licitação, obedecidas às formalidades e exigências da lei, apresentarão **BALANÇO PATRIMONIAL DE ABERTURA**, devidamente registrado na Junta Comercial do Estado, para que a Pregoeira possa verificar se a licitante possui:

- a) Capital Social correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado para contratação, nos termos do art. 69, § 4º da Lei 14.133/21, para cada LOTE.

Patrimônio Líquido ou Capital Social de no mínimo 10% conforme descritos nos lotes abaixo:

LOTE 01 - R\$ 156.532,44 (cento e cinquenta e seis mil, quinhentos e trinta e dois reais e quarenta e quatro centavos).

LOTE 02 - R\$ 111.316,51 (cento e onze mil, trezentos e dezesseis reais e cinquenta e um centavos).

LOTE 03 - R\$ 151.795,24 (cento e cinquenta e um mil, setecentos e noventa e cinco reais e vinte e quatro centavos).

LOTE 04 - R\$ 121.436,19 (cento e vinte e um mil, quatrocentos e trinta e seis reais e dezenove centavos).

LOTE 05 - R\$ 30.359,04 (trinta mil, trezentos e cinquenta e nove reais e quatro centavos).

LOTE 06 - R\$ 121.436,19 (cento e vinte e um mil, quatrocentos e trinta e seis reais e dezenove centavos).

LOTE 07 - R\$ 19.999,45 (dezenove mil, novecentos e noventa e nove reais e quarenta e cinco centavos).

LOTE 08 - R\$ 15.312,02 (quinze mil, trezentos e doze reais e dois centavos).

LOTE 09 - R\$ 15.312,02 (quinze mil, trezentos e doze reais e dois centavos).

LOTE 10 - R\$ 15.312,02 (quinze mil, trezentos e doze reais e dois centavos).

LOTE 11 - R\$ 8.749,78 (oito mil, setecentos e quarenta e nove reais e setenta e oito centavos).

LOTE 12 - R\$ 15.312,02 (quinze mil, trezentos e doze reais e dois centavos).

LOTE 13 - R\$ 4.595,60 (quatro mil, quinhentos e noventa e cinco reais e seis centavos).

12.3.5. Para participar de um ou de todos os lotes, a empresa deverá comprovar Capital Social ou Patrimônio Líquido de no mínimo 10% do valor do somatório dos lotes.

12.3.6. No caso do licitante classificado em mais de um lote, o aferimento do cumprimento das disposições acima levará em consideração a soma de todos os valores referencias;

12.3.7. Caso seja constatada a insuficiência de patrimônio líquido ou capital social para a integralidade dos lotes em que o licitante estiver classificado, a Pregoeira o convocará para que decida sobre a desistência do(s) lote(s) até o devido enquadramento a regra acima disposta;

12.3.5. É facultada a Pregoeira usar da prerrogativa da realização de diligência prevista em lei, para fins de aferição dos compromissos assumidos pelo licitante que importem diminuição da capacidade operativa ou absorção de disponibilidade financeira, calculada esta, em função do patrimônio líquido atualizado e sua capacidade de rotação, conforme § 3º do art. 69 da Lei 14.133/21.

12.4. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

12.4.1. Comprovação de registro ou inscrição da licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), dentro de seu prazo de validade para abertura da presente licitação, observando as normas vigentes estabelecidas pelo Conselho de Engenharia e Agronomia – CREA, Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU/BR);

12.4.2. A comprovação de que o responsável técnico que responderá pela execução do objeto, pertence ao quadro da empresa, deverá ser comprovada através de uma das seguintes formas:

- a) Carteira de Trabalho;
- b) Certidão do CREA/CAU;
- c) Contrato social;
- d) Contrato de prestação de serviços;
- e) Contrato de Trabalho registrado na DRT;
- f) Termo, através do qual o profissional assuma a responsabilidade técnica pela obra ou serviço licitado e o compromisso de integrar o quadro técnico da empresa, no caso do objeto contratual vir a ser a esta adjudicada.

12.4.3. Atestado de Capacidade Técnica (ACT), Notas Fiscais e/ou outros documentos fiscais, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado comprovando o desempenho da licitante em fornecimento de materiais/produtos pertinentes e compatíveis em **características e quantidade**, conforme detalhamento abaixo:

- I. A comprovação de compatibilidade em **CARACTERÍSTICA** se dará por meio da apresentação de atestado de capacidade técnica que evidencie que o participante já forneceu material compatível com o objeto.
- II. A comprovação de **QUANTIDADE** se dará por meio da apresentação de atestado de capacidade técnica, que evidencie que o licitante já forneceu material compatível com o objeto a partir do percentual mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado do grupo do qual estiver participando.
- a) **Para os grupos 01, 02, 03, 04, 05, 06** - Apresentar documento comprobatório, em sua individualidade ou soma de atestados, compatível em características e quantidade, com o fornecimento de material de construção enquadrados na **categoria BÁSICO e ACABAMENTO**, como exemplo: cimento, areia, brita, tinta. A quantidade deverá ser comprovada a partir do percentual mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado individual para cada um dos grupos mencionados;
- b) **Para os grupos 07, 08, 09, 10, 11, 12** - Apresentar documento comprobatório, em sua individualidade ou soma de atestados, **compatível em características e quantidade** com o fornecimento de material de construção enquadrados na **categoria MATERIAL ELÉTRICO, HIDROSSANITÁRIO E FERRAMENTAS**, como exemplo: cabos, disjuntores e pontos elétricos; tubos, conexões e peças de utilização hidráulicas e sanitárias; martelo, esquadro, régua de pedreiro, desempenadeira. A quantidade deverá ser comprovada a partir do percentual mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado individual para cada um dos grupos mencionados; e
- c) **Para o grupo 13** - Apresentar documento comprobatório, em sua individualidade ou soma de atestados, **compatível em características e quantidade** com o fornecimento de material de construção enquadrados na **categoria CABEAMENTO ESTRUTURADO/LÓGICO**, como exemplo: cabos, tubos, conectores e tomadas de rede lógica. A quantidade deverá ser comprovada a partir do percentual mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado individual para cada um dos grupos mencionados.
- III. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional na linha de serviços e materiais dessa licitação em plena validade;
- IV. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.
- V. A Administração disponibilizara data e horário diferentes para os eventuais interessados realizarem a visita aos locais, sendo proibida, portanto, visitas conjuntas. Caso opte por não realizar a vistoria, o responsável técnico do licitante assinará declaração formal acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridade da contratação;
- VI. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos;
- VII. A Administração, por meio da Comissão ou servidor(es) designado(s), poderá, ainda, caso haja necessidade, diligenciar para certificação da veracidade das informações acima, ou quaisquer outras prestadas pela empresa licitante durante o certame, sujeitando o emissor as penalidades previstas em lei caso haja ateste informações inverídicas.
- Obs.:** A exigência de comprovação da execução de objeto similar correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado do grupo fundamenta-se no princípio da segurança da execução contratual, em conformidade com o art. 67 da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021 e o inciso XVI do art. 42 do Decreto nº 28.874, de 25 de janeiro de 2024.
- d) Os atestados serão aceitos somente quando houver a indicação do nº da ART e/ou RRT que lhe deu origem ou acompanhado do acervo técnico do profissional, referente ao atestado apresentado.
- e) Os atestados e os acervos apresentados pelas empresas deverão ser destacados os itens que comprovarão as exigências.
- f) Relação explícita, bem como, declaração formal de disponibilidade das instalações, do aparelhamento e do pessoal técnico adequado e disponível para a realização do objeto da presente licitação, e, ainda, a qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que atuarão na execução dos trabalhos (**ANEXO V** ou a critério da licitante).
- g) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme preconiza o inciso IV do Art. 63. da Lei nº 14.133/2021.

12.4.3.1. OUTROS DOCUMENTOS

- a) Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.
- b) Declaração de que atendem aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;
- c) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social e aprendiz, previstas em lei e em outras normas específicas;
- d) Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

12.5. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF e/ou CAGEFOR da SUPEL, assegurando aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas;

12.6. Ressalvado os documentos possíveis de verificação conforme item 12.5., os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital e anexos, a documentação relacionada nos itens elencados no item 12 deste Edital, para fins de habilitação.

12.7. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

12.8. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar inabilitação.

12.9. A verificação pela Pregoeira, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

12.10. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

13. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

13.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico COMPRASGOV, na data, horário e local indicados neste Edital.

13.2. A Pregoeira verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que contenham vícios insanáveis ou que não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

13.3. Também será desclassificada a proposta que, através do próprio sistema ComprasGov, identifique o licitante. (As propostas registradas através do preenchimento no momento do cadastro no Sistema COMPRAS.GOV.BR NÃO DEVEM CONTER NENHUMA IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA PROPONENTE, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas).

13.4. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

13.5. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

13.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

13.7. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

13.8. O lance deverá ser ofertado pelo valor global proposto.

13.9. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

13.10. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

13.11. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de 1% (um por cento)**.

13.12. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

13.13. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado no certame.

13.14. Os critérios dos modos de disputa estão estabelecidos no Art. 23 e 24 da INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 73, DE 30 DE SETEMBRO DE 2022.

13.15. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para a Pregoeira no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

13.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para a Pregoeira persistir por tempo superior a **00:10 (dez minutos)**, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas **24:00 (vinte e quatro horas)** após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico www.gov.br/compras.

13.17. Durante a fase de lances não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

13.18. Após o encerramento da etapa de lances, será verificado se há empate entre as licitantes que neste caso, por força da aplicação da exclusividade obrigatoriamente se enquadram como Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte - EPP, conforme determina a Lei Complementar n. 123/06, CONTROLADO SOMENTE PELO SISTEMA COMPRAS.GOV.BR.

13.19. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021., nesta ordem:

- a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021;
- c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

13.20. Persistindo o empate, será realizado SORTEIO ELETRÔNICO através do sistema ComprasGov, nos processos cadastrados a partir de 14/10/2024, em sessão pública entre as propostas empatadas, nos moldes do artigo 28, §§ 1º e 2º da Instrução Normativa SEGES/MGI Nº 79.

13.21. Subsidiariamente a utilização do subitem 13.20, caso necessário, a sessão pública de sorteio será efetuada de forma presencial, podendo qualquer interessado participar, sendo transmitida em canal oficial da Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL, sendo observado os procedimentos, a saber:

- a) Informação no chat da sessão pública quanto: data, hora e local da sessão para o procedimento de desempate das propostas, a ser realizado no site sorteador.com.br (ou outro compatível);

b) Por ordem alfabética, será disponibilizado a indicação dos nomes das licitantes, que se encontram em situação de propostas empatadas, no site indicado na alínea "a" do subitem 13.11;

c) A primeira licitante sorteada, será a primeira classificada. A sequência classificatória das propostas empatadas seguirá em ordem sucessiva;

d) A sessão será oficialmente encerrada após a conclusão desses procedimentos, e o registro audiovisual da sessão permanecerá para visualização no canal oficial da Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL.

e) Haverá transmissão ao vivo da sessão do sorteio nos canais oficiais SUPEL: <https://www.youtube.com/@supelro5251> e <https://www.instagram.com/supelrondonia/>

f) Haverá lavratura de ata de sorteio, com presença de testemunhas, que será incluída no processo administrativo;

13.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, a Pregoeira poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

13.23. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

13.24. Quando houver apenas um item por lote, o sistema ao final da sessão de disputa automaticamente atualizará a proposta do fornecedor pelo melhor lance ofertado. No entanto quando se tratar de mais de um item por lote a Pregoeira solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de **02:00 (duas horas)**, envie, através do sistema, a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

13.25. Após a negociação do preço, a Pregoeira iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

14. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

14.1. Encerrada a etapa de negociação, a Pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus documentos complementares.

14.2. O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V.

14.3. Será desclassificada a proposta ou lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado pela Administração.

14.4. Para evitar contratações com preços manifestamente inexequíveis na execução dos contratos, serão desclassificadas as propostas ou lances vencedores, cujos valores forem inferiores a **75% (setenta e cinco por cento)** do valor orçado pela Administração, conforme § 4º do art. 59 da Lei 14.133 de 2021.

14.4.1. A Pregoeira poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada.

14.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **24:00 (vinte e quatro horas)** de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

14.6. A Pregoeira poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de até **24:00 (vinte e quatro horas)**, sob pena de não aceitação da proposta.

14.7. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pela Pregoeira por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pela Pregoeira.

14.8. Dentre os documentos passíveis de solicitação pela Pregoeira, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como: marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pela Pregoeira, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

14.9. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, a Pregoeira examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

14.9.1. Se tratando de LOTE, a desclassificação de um único item do lote implicará na desclassificação da proposta para todo o lote, ou seja, a proposta somente será aceita se atender aos requisitos para todos os itens que compõem o lote.

14.10. Havendo necessidade, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

14.11. A Pregoeira deverá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

14.12. Também nas hipóteses em que a Pregoeira não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

14.13. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes pelo “chat”.

15. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

15.1. Para julgamento, será adotado o critério de **MAIOR DESCONTO POR LOTE**, sobre o percentual unitário em relação aos preços oficiais da Tabela SINAPI, observados o valor máximo aceitável para adjudicação, os prazos para fornecimento, as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e qualidade e demais condições definidas neste Edital.

15.2. A Pregoeira anunciará o licitante detentor da proposta ou lance de menor valor/ maior vantajosidade imediatamente após a fase de aceitação das propostas ou, quando for o caso, após negociação e decisão pela Pregoeira acerca da aceitação do lance de menor valor/ mais vantajoso.

15.3. Se a proposta de menor valor/menor vantajosidade não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, a Pregoeira poderá examinar a proposta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procederá a verificação das condições habilitatórias do proponente, na ordem de classificação, ordenada e sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

15.4. No caso de discordância entre valores numéricos e por extenso, prevalecerão estes últimos e, entre preços unitários e totais, os primeiros.

15.5. Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital ou da legislação em vigor.

15.6. Serão rejeitadas as propostas que:

15.6.1. Sejam incompletas, isto é, não conterem informação(ões) suficiente(s) que permita(m) a perfeita identificação do material licitado;

15.6.2. Contiverem qualquer limitação ou condição substancialmente contrastante com o presente Edital, ou seja, manifestamente inexequíveis, por decisão da Pregoeira.

15.6.3. Apresentar preços unitários superiores, quantitativos superiores ou inferiores aos constantes no Quadro Estimativo de Preços disponibilizado pela Administração Pública.

15.7. Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a contratação.

15.8. Da sessão, o sistema gerará Termo de Julgamento, no qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

15.9. Constatando o atendimento das exigências previstas no Edital, o licitante será declarado vencedor, sendo homologado o procedimento e adjudicado o objeto da licitação pela autoridade competente.

15.10. Após a habilitação, poderá a licitante ser desqualificada por motivo relacionado com a capacidade jurídica, regularidade fiscal, qualificação econômico-financeira, qualificação técnica e/ou inidoneidade, em razão de fatos supervenientes ou somente conhecidos após o julgamento.

16. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA FINANCEIRA (PROPOSTA FINAL)

16.1. Deverá o licitante atualizar a proposta com os descontos ofertados de forma homogênea, **mantendo-se a proporção de desconto para cada item em relação a Planilha Original da Licitação**, a fim de evitar jogo de planilhas.

16.1.1. Deverá estar assinada e se possível, por meio eletrônico com uso de certificação digital ICP-Brasil, pelo representante legalmente credenciado e pelo responsável técnico indicado pela empresa com registro atualizado no Conselho Regional de Engenharia, e Agronomia (CREA), observando o contido na Lei nº 5.194, de 24.12.66 e nas resoluções nº 218/73 e 282/83 do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA, e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU/BR.

16.2. O Quadro Estimativo de Preços deverá ser anexado após o término da sessão de lances e deverá estar assinada pelo representante legal da empresa e por seu responsável técnico, contendo os seguintes documentos:

16.2.1. Carta endereçada a Pregoeira, em papel timbrado da empresa, contendo: nome, endereço, número do Pregão Eletrônico, conforme modelo (**ANEXO III**), devidamente assinada pelo representante legal da licitante, relacionando ainda, os seguintes itens:

- a) Preço global em valor numérico e por extenso;
- b) Prazo de validade da Proposta, que deverá ser de no mínimo de **90 (noventa) dias**, conforme item 16.1.5.1 do Termo de Referência.
- c) A empresa deverá indicar, em sua Proposta de Preços, **o Banco, Agência e número da Conta Corrente**, onde serão creditados os respectivos pagamentos, caso esta seja vencedora deste certame.

16.2.2. O Quadro Estimativo de Preços baseado nos projetos executivos, especificações e exigências constantes deste Edital, constando:

- a) Unidade, Quantitativos, Preços Unitários, Subtotais e Totais;
- b) Especificação clara dos serviços a serem executados de acordo com o Quadro Estimativo de Preços do órgão requisitante;
- c) Nos preços unitários propostos e apresentados no Quadro Estimativo de Preços pela licitante, deverão estar computados todas as despesas necessárias, inclusive custo de materiais, de transportes, de instalações, depreciações, mão-de-obra, impostos, encargos sociais e trabalhistas, remunerações, etc., que constituirão a única, exclusiva e completa remuneração dos serviços;
- d) Nos itens considerados como verbas globais, poderá, a critério da Pregoeira, e surgindo necessidade, ser solicitado ao licitante, o detalhamento específico do item, para melhor análise;

e) Será exigida das proponentes a apresentação:

e.1) As planilhas de custos de formação de preços detalhando os custos, despesas e lucro dos seus respectivos itens, conforme modelo em **ANEXO C-1, C-2 e C3 do Termo de Referência – Anexo I do Edital**.

e.2) A planilha de composição de custos e formação de preços, destina-se tão somente à eventual necessidade de reajuste contratual.

e.3) A planilha é modelo/exemplo, podendo a empresa, sendo o caso, realizar adequações necessárias que se encaixem com sua realidade.

16.3. Será concedido um prazo de até 24 (vinte e quatro) horas úteis, sob pena de desclassificação do licitante.

17. DO RECURSO

17.1. A Pregoeira declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo **00:10 (dez minutos)**, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

17.2. A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, no momento da sessão pública desta licitação, implica decadência desse direito, ficando a Pregoeira autorizada a adjudicar o objeto à LICITANTE VENCEDORA.

17.3. Havendo quem se manifeste, caberá a Pregoeira verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

17.3.1. Nesse momento a Pregoeira não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

17.3.2. A falta de apresentação das razões de recurso, em campo próprio do sistema, também importará a decadência do direito de recurso e, via de consequência, a adjudicação do objeto da licitação à LICITANTE VENCEDORA.

17.4. A recorrente que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de **03 (três) dias úteis**, com base no art.º 165 da Lei nº 14.133/21, ficando as demais LICITANTES, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

17.5. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

18. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

18.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

19. DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

19.1. A autoridade superior poderá revogar o procedimento licitatório, por motivo de conveniência e oportunidade, e deverá anular por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, assegurada a prévia manifestação dos interessados.

19.2. O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

19.3. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

19.4. Na hipótese da ilegalidade de que trata o caput ser constatada durante a execução contratual, aplica-se o disposto no art. 147 da Lei nº 14.133, de 2021.

20. DAS CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO

20.1. A assinatura do CONTRATO decorrente da Ata de Registro de Preços caberá somente à empresa vencedora e Beneficiária da Ata, por ser a única responsável junto ao Órgão Gerenciador;

20.2. O adjudicatário terá o **prazo de 05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para formalizar a assinatura do Termo Contratual, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Termo de Referência – Anexo I do Edital.

20.2.1. O subitem acima deverá ser desconsiderado caso seja outra a decisão da autoridade competente que não a homologação do processo licitatório ou outra for sua decisão.

20.2.2. Caso a licitante vencedora não atenda ao prazo previsto no item "20.2", ensejará a aplicação das sanções estabelecidas no item sanções administrativas deste instrumento, reservando-se o CONTRATANTE, o direito de convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, inclusive quanto ao preço, ou revogar a licitação, independentemente das sanções previstas para a licitante vencedora neste instrumento.

20.2.3. O prazo máximo para a assinatura do contrato é de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de recebimento da notificação.

20.3. Administração divulgará em sítio eletrônico oficial, em até **25 (vinte e cinco) dias úteis** após a assinatura do contrato, os quantitativos e os preços unitários e totais que contratar e, em até **45 (quarenta e cinco) dias úteis** após a conclusão do contrato, os quantitativos executados e os preços praticados, conforme exposto no Art. 94, § 3º, da Lei 14.133/21.

21. DA GARANTIA CONTRATUAL

21.1. Conforme previsto no Inciso XXII, Art. 42 do Decreto n.º 28.874/24, a exigência de garantia contratual deve considerar as especificidades do objeto e o risco associado à sua execução. No presente caso, considerando a natureza do objeto do contrato e o baixo risco de inadimplemento, entende-se que a exigência de **GARANTIA CONTRATUAL SE MOSTRA DESNECESSÁRIA**.

21.2. Além disso, a não exigência da garantia visa evitar onerar o contratado de forma desproporcional, o que poderia impactar negativamente a economicidade do contrato e os preços ofertados. A administração entende que o acompanhamento e a fiscalização da execução contratual, aliados à robustez das cláusulas de penalidades, são suficientes para mitigar eventuais riscos de descumprimento das obrigações.

Portanto, por entender que a dispensa da garantia contratual não compromete os interesses da administração e que os riscos são adequadamente controlados, propõe-se a sua não exigência neste contrato.

22. DOS PRAZOS

22.1. Da execução do objeto:

22.1.1. Ficam aquelas estabelecidas no **ITEM 11 e seus subitens** do **TERMO DE REFERÊNCIA**, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

22.2. Prazo de início dos serviços:

22.2.1. O início da prestação dos materiais/serviços (**FORNECIMENTO**) pela empresa contratada deverá ocorrer após a publicação da ata de registro de preços no DOE.

Prazo de vigência contratual: O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da publicação do extrato no Diário Oficial do Estado (DIOF).

23. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

23.1. São obrigações da contratada além daquelas exigidas em **Lei 14.133/21**:

“Art. 45. As licitações de obras e serviços de engenharia devem respeitar, especialmente, as normas relativas a:

I - disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras contratadas;

II - mitigação por condicionantes e compensação ambiental, que serão definidas no procedimento de licenciamento ambiental;

III - utilização de produtos, de equipamentos e de serviços que, comprovadamente, favoreçam a redução do consumo de energia e de recursos naturais;

IV - avaliação de impacto de vizinhança, na forma da legislação urbanística;

V - proteção do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado pelas obras contratadas;

VI - acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.”.

23.2. Constituem obrigações da CONTRATADA também as especificadas no **ITEM 18 DO TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I** deste Edital.

24. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

24.1. O regime jurídico desta contratação confere ao contratante as prerrogativas do Art.104 da Lei nº 14.133/2021.

“CAPÍTULO IV - DAS PRERROGATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 104. O regime jurídico dos contratos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, as prerrogativas de:

I - modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado;

II - extingui-los, unilateralmente, nos casos especificados nesta Lei;

III - fiscalizar sua execução;

IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

V - ocupar provisoriamente bens móveis e imóveis e utilizar pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato nas hipóteses de:

a) risco à prestação de serviços essenciais;

b) necessidade de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contratado, inclusive após extinção do contrato.

§ 1º As cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos não poderão ser alteradas sem prévia concordância do contratado.

§ 2º Na hipótese prevista no inciso I do caput deste artigo, as cláusulas econômico-financeiras do contrato deverão ser revistas para que se mantenha o equilíbrio contratual.”.

24.2. Constituem obrigações do CONTRATANTE, além da constante do Art. 115 da Lei nº 14.133/2021, as especificadas no **ITEM 17 DO TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I deste Edital**.

25. DA SUBCONTRATAÇÃO

25.1. Ficam aquelas estabelecidas no **ITEM 8 e seus subitens do TERMO DE REFERÊNCIA**, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

26. DA GESTÃO DO CONTRATO E FISCALIZAÇÃO

26.1. Conforme art. 117 da Lei nº 14.133/21, a execução do contrato decorrente do presente certame deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, dessa forma, o referido Contrato terá como Gestor, o Gerente de Administração e Finanças, que será assistido e subsidiado por um ou mais Fiscais Administrativos e um Fiscal Técnico, por ele designado, conforme **ITEM 23 e seus subitens DO TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I deste Edital**.

27. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

27.1. O objeto deste Edital será recebido em conformidade com o **art. 140, da Lei nº 14.133/21**, descrito no **ITEM 11.5 e seus subitens DO TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I deste Edital**.

28. DO PAGAMENTO E MEDIÇÕES

28.1. O pagamento, decorrente da prestação dos serviços, objeto deste Edital será efetuado conforme disposto nos **ITEM 15 e seus subitens DO TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I deste Edital**.

29. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

29.1. Ficam aquelas estabelecidas no **ITEM 25 e seus subitens do TERMO DE REFERÊNCIA**, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

30. DO REAJUSTAMENTO

30.1. Ficam aquelas estabelecidas no **ITEM 20 e seus subitens do TERMO DE REFERÊNCIA**, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

31. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

31.1. Homologada a licitação pela Autoridade Competente, a Ata de Registro de Preços será publicada na imprensa Oficial, momento em que terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.

31.2. A Ata de Registro e Preços terá validade de 1 (um) ano, contados a partir da publicação no Diário Oficial do Estado.

31.2.1. O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a doze meses, incluídas eventuais prorrogações, conforme disposto na Lei federal 14.133/2021, conforme item 18.2. do Anexo I – Termo de Referência.

31.3. Os contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas no Parágrafo único do art. 84, da Lei nº 14.133/21.

31.4. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações de que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada à Detentora do registro de preços a preferência em igualdade de condições.

31.5. Fica a Detentora ciente que a publicidade da ata de registro de preços na imprensa oficial terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.

31.6. A ata de registro de preços, os ajustes dela decorrentes, suas alterações e rescisões obedecerão ao Decreto nº 11.462, de 2023, a Lei Federal nº 14.133/21, e demais normas complementares e disposições desta Ata e do Edital que a precedeu, aplicáveis à execução e especialmente aos casos omissos.

31.7. Nos termos do **Decreto Federal nº 11.462/2023, a Ata de Registro de Preços**, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

31.8. É vedada à participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital;

31.9. Os representantes legais deverão requerer seu login e senha para assinatura eletrônica da ata de registro de preços, por meio do SEI, no sítio do Governo do Estado de Rondônia.

31.10. Por ocasião da assinatura da ata de registro de preços, será verificado no SICAF e em outros meios se a adjudicatária mantém as condições de habilitação.

31.11. A detentora da ata será consultada sobre o interesse na manutenção do preço registrado, mediante a apresentação de nova proposta, próximo ao término da Ata de Registro de Preços Permanente ou consumido todo o seu quantitativo.

31.12. Na hipótese de concordância da detentora da ata na manutenção do preço registrado, poderá ocorrer o reaproveitamento dos atos internos do procedimento licitatório para lançamento de nova fase externa com nova etapa de lances, em autos apartados, considerando o preço atualmente registrado como preço máximo para efeito de formulação de proposta para o(s) respectivo(s) item(ns);

31.13. Caso não haja concordância, poderá ocorrer o reaproveitamento dos atos internos do procedimento licitatório para lançamento de nova fase externa com nova etapa de lances, em autos apartados, porém com a realização de nova pesquisa de mercado para estabelecimento de novo preço máximo para o objeto.

31.14. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

31.14.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;

31.14.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

31.14.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

31.14.2.2. Mantiverem sua proposta original.

31.15. Para o cadastro reserva disposto no item **31.14.2** a Pregoeira realizará as convocações no chat de mensagens durante o transcurso da sessão pública.

31.16. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

31.17. O registro a que se refere o item **31.15** tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

31.18. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

31.19. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item **31.14.2.2** somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

31.20. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes

situações:

31.20.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

31.20.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

31.20.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

31.20.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

31.20.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

32. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

32.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

32.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

32.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração sem justificativa razoável;

32.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

32.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

32.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

32.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

32.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

32.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

32.4.1. Por razão de interesse público;

32.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

32.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

33. DA ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS E DOS PREÇOS

33.1. Os contratos poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I - Unilateralmente pela Administração:

a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos;

b) quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos em lei;

c) As alterações unilaterais não poderão transfigurar o objeto da contratação;

II - Por acordo entre as partes:

- a) quando conveniente a substituição da garantia de execução;
- b) quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- c) quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;
- d) para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

d.1) Será aplicada às contratações de obras e serviços de engenharia, quando a execução for obstada pelo atraso na conclusão de procedimentos de desapropriação, desocupação, servidão administrativa ou licenciamento ambiental, por circunstâncias alheias ao contratado.

33.2. Se forem decorrentes de falhas de projeto, as alterações de contratos de obras e serviços de engenharia ensejarão apuração de responsabilidade do responsável técnico e adoção das providências necessárias para o ressarcimento dos danos causados à Administração.

33.3. O contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento), nos termos do art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021.

34. DO CANCELAMENTO DO CONTRATO

34.1. O fornecedor terá seu contrato cancelado quando:

34.1.1. Descumprir as condições do contrato;

34.1.2. Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

34.1.2.1. O cancelamento do contrato, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

35. DISPOSIÇÕES GERAIS

35.1. Todas as referências de tempo deste edital correspondem ao horário de Brasília-DF.

35.2. Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização da sessão pública de abertura das propostas na data designada no edital, ela será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

35.3. Homologada a licitação o adjudicatário receberá a Ordem de Serviços para o início da obra.

35.4. Caso o adjudicatário não preste o serviço ou forneça o(s) bem(s), objeto do certame, de acordo com a sua proposta, serão convocados os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, para execução do serviço.

35.5. É facultado a PREGOEIRA ou AUTORIDADE COMPETENTE, em qualquer fase do julgamento promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado, bem como solicitar a órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.

35.6. Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para execução dos serviços, decorrentes desta licitação, somente será analisada se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada.

35.7. Uma vez convocado, a recusa injustificada do adjudicatário em prestar os serviços, dentro do prazo estabelecido neste edital, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas

35.8. Na hipótese acima referida será convocado novo adjudicatário, observada a ordem de classificação nesta licitação.

35.9. Constituem motivos para rescisão do contrato ou instrumento equivalente, todos aqueles listados pela Lei 14.133/2021, no artigo 138.

35.10. Será dada vista aos proponentes interessados tanto nas propostas comerciais como dos documentos de habilitação apresentados na sessão.

35.11. A presente Licitação somente poderá ser revogada por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado; ou anulada, em todo ou em parte, por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente comprovado.

35.12. É vedado ao fornecedor retirar sua proposta ou parte dela após aberta a sessão da licitação.

35.13. O licitante deverá examinar detidamente as disposições contidas neste Edital e seus documentos complementares, pois o simples registro de proposta financeira junto ao sistema eletrônico de licitação utilizado, submete-a à aceitação incondicional de seus termos, independente de transcrição, bem como representa o conhecimento do objeto em licitação e a observância dos preceitos legais e regulamentares que a regem, não sendo aceita alegação de desconhecimento de qualquer pormenor.

35.14. No caso de eventual divergência entre o Edital de Licitação e seus documentos complementares, prevalecerão as disposições do primeiro.

35.15. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus documentos complementares, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

35.16. Cada licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, sendo-lhe exigível, ainda, em qualquer época ou oportunidade, a apresentação de outros documentos ou informações complementares que se fizerem necessários, a fim de completar a instrução do processo.

35.17. É proibido a qualquer licitante tentar impedir o curso normal do processo licitatório mediante a utilização de recursos ou de meios meramente protelatórios, sujeitando-se o autor às sanções legais e administrativas previstas no Capítulo II-B – DOS CRIMES EM LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

35.18. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

35.19. O Instrumento Convocatório é parte integrante do Contrato.

36. ANEXOS

36.1. Integram este Pregão Eletrônico, os seguintes anexos:

ANEXOS

ANEXO I	TERMO DE REFERÊNCIA
ANEXO II	QUADRO ESTIMATIVO DE PREÇOS
ANEXO III	CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO)

ANEXO IV	CARTA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (MODELO)
ANEXO V	RELAÇÃO E DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE (MODELO)
ANEXO VI	MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DA ADESAO À ATA
ANEXO VII	MINUTA DE CONTRATO

Porto Velho/RO, 19 de maio de 2025.

ERALDA ETRA MARIA LESSA

Pregoeira da Comissão de Obras - COOBR/SUPEL/RO/SUPEL/RO

ANEXO I

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes - DER

TERMO DE REFERÊNCIA

IDENTIFICAÇÃO

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes - DER/RO

UNIDADE REQUISITANTE: Coordenadoria de Logística - CLOG

DA INTRODUÇÃO E BASE LEGAL

O presente Termo de Referência fora elaborado com base no Estudo Técnico Preliminar ([0058893610](#)), desenvolvido pela Coordenadoria de Logística - CLOG, nos termos da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como o Decreto Estadual nº 28.874 de 25 de janeiro de 2024, e ainda, demais legislações vigentes inerentes ao objeto em tela, assim definindo o conjunto de elementos que nortearão o procedimento licitatório, conforme os princípios listados no artigo 5º da Lei nº 14.133, de 2021.

DO OBJETO E OBJETIVO

DO OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais de construção civil (Básico, Elétrico, Hidrossanitário e Cabeamento Estruturado) destinados à execução direta de serviços comuns de engenharia, visando atender às demandas das residências regionais e usinas de asfalto vinculadas ao Departamento de Estradas de Rodagem de Rondônia - DER-RO.

DO OBJETIVO: Garantir a disponibilidade de um material de alta qualidade e durabilidade, contribuindo para a melhoria da infraestrutura viária da região.

DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E QUANTIDADES DO OBJETO

O cálculo detalhado das estimativa de quantidade está apresentado no Estudo Técnico Preliminar 11 ([0058893610](#))

MATERIAL BÁSICO DE CONSTRUÇÃO

GRUPO 01	
DESCRIÇÃO	CONSUMO ESTIMADO
Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais básicos e acabamento . (PORTO VELHO, EXTREMA)	R\$ 1.565.324,42

GRUPO 02	
DESCRIÇÃO	CONSUMO ESTIMADO
Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais básicos e acabamento . (ARIQUEMES, BURITIS, MACHADINHO DO OESTE)	R\$ 1.113.165,09

GRUPO 03	
DESCRIÇÃO	CONSUMO ESTIMADO
Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais básicos e acabamento . (JARU, OURO PRETO DO OESTE, JI-PARANÁ, PRESIDENTE MÉDICI, ALVORADA DO OESTE)	R\$ 1.517.952,39

GRUPO 04	
DESCRIÇÃO	CONSUMO ESTIMADO
Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais básicos e acabamento . (CACOAL, ESPIGÃO DO OESTE, PIMENTA BUENO, ROLIM DE MOURA, SANTA LUZIA D'OESTE, ALTA FLORESTA D'OESTE)	R\$ 1.214.361,91

GRUPO 05	
DESCRIÇÃO	CONSUMO ESTIMADO
Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais básicos e acabamento . (SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ, SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ, COSTA MARQUES)	R\$ 303.590,47

GRUPO 06	
DESCRIÇÃO	CONSUMO ESTIMADO
Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais básicos e acabamento . (VILHENA, COLORADO DO OESTE, CEREJEIRAS)	R\$ 1.214.361,91

MATERIAL ELÉTRICO, HIDROSSANITÁRIO E FERRAMENTAS

GRUPO 07	
DESCRIÇÃO	CONSUMO ESTIMADO
Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de material elétrico, hidrossanitário e ferramentas . (PORTO VELHO, EXTREMA)	R\$ 199.994,53

GRUPO 08	
DESCRIÇÃO	CONSUMO ESTIMADO
Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de material elétrico, hidrossanitário e ferramentas . (ARIQUEMES, BURITIS, MACHADINHO DO OESTE)	R\$ 153.120,21

GRUPO 09	
DESCRIÇÃO	CONSUMO ESTIMADO
Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de material elétrico, hidrossanitário e ferramentas . (JARU, OURO PRETO DO OESTE, JI-PARANÁ, PRESIDENTE MÉDICI, ALVORADA DO OESTE)	R\$ 153.120,21

GRUPO 10	
DESCRIÇÃO	CONSUMO ESTIMADO
Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de material elétrico, hidrossanitário e ferramentas . (CACOAL, ESPIGÃO DO OESTE, PIMENTA BUENO, ROLIM DE MOURA, SANTA LUZIA D'OESTE, ALTA FLORESTA D'OESTE)	R\$ 153.120,21

GRUPO 11

DESCRIÇÃO	CONSUMO ESTIMADO
Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de material elétrico, hidrossanitário e ferramentas . (SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ, SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ, COSTA MARQUES)	R\$ 87.497,86

GRUPO 12	
DESCRIÇÃO	CONSUMO ESTIMADO
Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de material elétrico, hidrossanitário e ferramentas . (VILHENA, COLORADO DO OESTE, CEREJEIRAS)	R\$ 153.120,21

MATERIAL LÓGICO/PORTO VELHO

GRUPO 13	
DESCRIÇÃO	CONSUMO ESTIMADO
Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais CABEAMENTO ESTRUTURADO (PORTO VELHO).	R\$ 45.956,00

O método de aferição das quantidades foi efetivado levando-se em conta o disposto no [art. 18, §1º, inciso IV da Lei n.º 14.133, de 1 de abril de 2021](#), estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala.

Considerando que houve a conclusão de um ano completo de aquisições, foi adotado os seguintes procedimentos:

Levantamento das utilizações da ata vigente até o momento;

O estudo técnico preliminar calcula o valor unitário de manutenção e revitalização predial por metro quadrado, permitindo assim a obtenção dos valores monetários estimados para as Residências e Usinas Regionais.

Por fim, com o propósito de sintetizar o valor monetário projetado para as Unidades operacionais deste Departamento, levando em consideração o histórico de consumo de materiais da Ata de Registro de Preço anterior e os montantes totais estimados para atividades de reparação e manutenção.

A definição dos valores mínimo e máximo para o fornecimento de materiais destinados à **manutenção predial** e à **implantação de cabeamento estruturado**, conforme as demandas previstas nos municípios discriminados por lote, atende aos princípios da economicidade, eficiência e continuidade dos serviços públicos, conforme estabelece o art. 121 do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

Com base nas estimativas consolidadas, o valor **máximo** previsto para a contratação é de **R\$ 7.874.685,42**, valor que representa o somatório das demandas completas de materiais básicos e de acabamento, materiais elétricos, hidrossanitários, ferramentas e cabeamento estruturado, distribuídos pelos municípios abrangidos.

A fixação do valor máximo, por outro lado, permite que o contrato atenda de forma **abrangente e flexível** a todas as frentes de serviço previstas nos diferentes municípios do Estado, considerando inclusive as variações de logística, distâncias e especificidades de cada localidade. Assim, o contrato poderá ser executado integralmente, conforme o surgimento das demandas, respeitando os limites financeiros e operacionais previamente definidos.

Fundamentação da necessidade da CONTRATAÇÃO

Referencia ao Estudo Técnico Preliminar ([0058893610](#)).

Os materiais e serviços solicitados neste procedimento licitatório foram avaliados como "**COMUNS**" após consulta ao setor técnico do órgão, por profissionais habilitados, em conformidade com o disposto no inciso XIII do artigo 6º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

A presente contratação atende dois objetivos estratégicos da Coordenadoria de Logística do DER-RO:

Aprimorar Governança, Gestão e Aquisições;

e Melhorar a Qualidade de Vida.

A aquisição compreenderá materiais e serviços destinados a manutenção de bens imóveis, priorizando o maior desconto disponível na tabela desonerada do SINAPI-RO (Sistema Nacional de Preços e Índices para a Construção Civil).

A complexidade dos sistemas que compõem as instalações prediais das residências regionais e usinas de asfalto do DER-RO, exige um estoque adequado de insumos em termos de quantidade e variedade, garantindo uma pronta resposta, especialmente para reparar danos emergenciais que possam resultar em problemas estruturais graves e custosos, sem comprometer a capacidade operacional das unidades.

O DER-RO, com sua estrutura composta por 15 residências regionais e 6 usinas de asfalto, enfrenta uma demanda contínua por serviços de manutenção predial, elétrica, hidráulica, sanitária e de cabeamento estruturado. Estes serviços devem ser realizados de forma ágil e eficaz, exigindo disponibilidade imediata de materiais em nosso almoxarifado.

Entre as manutenções rotineiras e urgentes, destacam-se, reparos hidráulicos para vazamentos, correções elétricas para curtos-circuitos, substituição de lâmpadas diversas, reparos em telhados para goteiras, consertos de portas e janelas, serviços de carpintaria e serralheria, retoques de pintura, manutenção de bombas hidráulicas, adaptações na infraestrutura, inspeções e outras intervenções tanto nas dependências internas quanto externas.

É crucial destacar que o Sistema Nacional de Índices de Construção Civil (SINAPI) representa um banco de dados mantido pela Caixa Econômica Federal, abrangendo diversas informações sobre os preços de insumos e serviços relacionados à construção civil no Brasil. Amplamente reconhecido como referência para os preços de insumos da construção civil, o SINAPI é utilizado de forma extensiva em todo o setor.

Os benefícios derivados dessa prática de contratação são notáveis. Em essência, ela possibilita o atendimento completo das demandas por insumos, visto que a Tabela SINAPI abarca atualmente mais de 5.000 itens da construção civil. Além disso, essa abordagem promove a economia de recursos públicos, consolidando vários processos licitatórios em um único certame, abrangendo aspectos físicos, financeiros, humanos, entre outros.

No entanto, é fundamental terem como bases que justificam a adoção dos preços constantes na Tabela SINAPI como parâmetro para esta contratação. Conforme estabelecido na alínea V do artigo 82 da Lei 14.133, o critério de julgamento da licitação será o de **maior desconto sobre a tabela de preços praticada no mercado**. Além disso, nos termos da alínea III, § 3º do mesmo artigo, é permitido o registro de preços com indicação limitada a unidades de contratação, sem especificação do montante total a ser adquirido, caso o serviço esteja integrado ao fornecimento de bens.

Destaca-se que o SINAPI disponibiliza as suas informações para todos os estados da Federação, assim os preços de referência adotados para esta contratação serão aqueles disponibilizados para o estado de Rondônia. Assim, para atender aos instrumentos legais e aos princípios da Administração Pública (da economicidade, da eficiência, da eficácia e da celeridade processual, dentre outros), indica-se que seja realizado pelo Sistema de Registro de Preço.

Os bens objeto da presente licitação são de necessidade contínua ao longo de todo o ano. A contratação será realizada de acordo com a demanda existente, atendendo a esta Unidade Gestora (UG) e, quando

aplicável, outras UGs que manifestem interesse em aderir a este pregão Sistema de Registro de Preços (SRP). A aquisição dos materiais será diretamente proporcional à quantidade de manutenções de cada residência regional e usina de asfalto, levando em consideração os recursos disponíveis. A impossibilidade de determinar com precisão as quantidades a serem adquiridas no período de 12 meses justifica-se pela intenção de evitar a condução de múltiplos processos administrativos, que acarretariam custos adicionais com publicações. Além disso, a abordagem busca otimizar o tempo processual e a força de trabalho empregada nas diversas etapas do procedimento, contribuindo para a eficiência administrativa, o que fundamenta a realização deste pregão SRP.

Optou-se pela estruturação da licitação em grupos de itens similares, com o objetivo de preservar a economia de escala. Tal decisão foi tomada considerando que os itens agrupados possuem características semelhantes e estão inter-relacionados, o que afasta possíveis prejuízos à competitividade e torna o processo mais atrativo para os licitantes. Por outro lado, diante do elevado número de itens, a organização em grupos de itens similares impede a celebração de inúmeros contratos com diversos fornecedores, o que, tecnicamente, afetaria a rotina administrativa. Essa situação prejudicaria a eficiência administrativa, que requer a otimização do gerenciamento dos contratos de fornecimento.

Com o propósito de garantir o fornecimento dos materiais necessários para atender a essas demandas, dá-se início ao presente procedimento licitatório para a aquisição de diversos materiais destinados à manutenção predial e equipamentos. A organização da licitação segue critérios de agrupamento de itens semelhantes, bem como a formação de grupos de cidades próximas entre si, que compartilham essencialmente os mesmos polos empresariais e industriais, conforme descrito a seguir:

LOTE S	DESCRIÇÃO / TIPO DE MATERIAIS	LOCALIDADE S
1	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais BÁSICO E ACABAMENTO	PORTO VELHO, EXTREMA
2	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais BÁSICO E ACABAMENTO	ARIQUEMES, BURITIS, MACHADINHO DO OESTE
3	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais BÁSICO E ACABAMENTO	JARU, OURO PRETO DO OESTE, JI-PARANÁ, PRESIDENTE MÉDICI, ALVORADA DO OESTE
4	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais BÁSICO E ACABAMENTO	CACOAL, ESPIGÃO DO OESTE, PIMENTA BUENO, ROLIM DE MOURA,
5	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais BÁSICO E ACABAMENTO	SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ, SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ,

		COSTA MARQUES)
6	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais BÁSICO E ACABAMENTO	VILHENA, COLORADO DO OESTE, CEREJEIRAS
7	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais MATERIAL ELÉTRICO/HIDROSSANITARIO , HIDROSSANITÁRIO E FERRAMENTAS.	PORTO VELHO, EXTREMA
8	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais MATERIAL ELÉTRICO, HIDROSSANITÁRIO E FERRAMENTAS	ARIQUEMES, BURITIS, MACHADINHO DO OESTE
9	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais MATERIAL ELÉTRICO, HIDROSSANITÁRIO E FERRAMENTAS	JARU, OURO PRETO DO OESTE, JI- PARANÁ, PRESIDENTE MÉDICI, ALVORADA DO OESTE
10	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais MATERIAL ELÉTRICO, HIDROSSANITÁRIO E FERRAMENTAS	CACOAL, ESPIGÃO DO OESTE, PIMENTA BUENO, ROLIM DE MOURA, SANTA LUZIA D'OESTE, ALTA FLORESTA D'OESTE
11	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais MATERIAL ELÉTRICO, HIDROSSANITÁRIO E FERRAMENTAS	SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ, SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ, COSTA MARQUES
12	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais MATERIAL ELÉTRICO, HIDROSSANITÁRIO E FERRAMENTAS	VILHENA, COLORADO DO OESTE, CEREJEIRAS

13	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais CABEAMENTO ESTRUTURADO	PORTO VELHO
----	---	-------------

Justificativa para o parcelamento ou não da contratação

Referência ao Estudo Técnico Preliminar ([0058893610](#)).

Em regra, as contratações deverão ser divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, conforme art. 40, inciso V, alínea procedendo-se à licitação com b, da Lei nº 14.133, de 2021, vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

Tal entendimento encontra respaldo na Súmula 247 do TCU, que infere que a admissão da adjudicação por item é obrigatória às licitações, “desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo”.

Ocorre que o raciocínio de adjudicação por itens não deve ser levado a termos absolutos, pois a divisão da pretensão contratual, em alguns casos, pode gerar outros custos relacionados aos diversos contratos, além de potencializar riscos e dificuldades na gestão de uma pluralidade de contratos autônomos para atendimento da mesma pretensão contratual.

No caso em questão, será a aquisição de itens pela tabela SINAPI, desta forma iremos dividir a contratação por grupo de classes de itens similares que se mostra mais vantajoso como meio de alcançar a eficiência de gestão, a competitividade e a padronização que se faz necessária nesta contratação.

RESERVA DE COTA ME/EPP

Conforme preceitua o art. 8º do Decreto Estadual nº 21.675 de 03 de março de 2017 especificamente, o art. 8º :“ *Nas licitações para a aquisição de bens de natureza divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo do objeto, a SUPEL deverá reservar até 25% (vinte e cinco por cento) por item ou lote para a contratação de pequenas empresas* ”.

O Art. 10, inciso II do aludido Decreto Estadual nº 21.675/2017, afasta a possibilidade de aplicação do tratamento diferenciado nas seguintes hipóteses:

o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e as empresas de pequeno porte não for vantajoso para a Administração *Pública ou representar prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto a ser contratado, justificadamente;*

A NÃO APLICAÇÃO DO TRATAMENTO DIFERENCIADO, o qual encontra amparo no inciso II, já acima referido, tendo em vista que se trata de licitação cujo critério será o de maior desconto na tabela SINAPI e **NÃO SE TORNA TECNICAMENTE VIÁVEL**, destacar cota de um quantitativo que será demandado em momento futuro, de acordo com as necessidades de cada órgão.

Considerando que os materiais serão utilizados em diversas localidades do Estado, **OPTOU-SE PELA DIVISÃO POR LOTES**, uma vez que no presente caso a fragmentação em itens acarretará a perda do conjunto, perda da economia de escala, redundar em prejuízo à celeridade da licitação, ocasionar a excessiva pulverização de contratos ou resultar em contratos de pequena expressão econômica. Portanto, **AFASTAMENTA-SE A RESERVA DE COTA**.

Também, conforme o art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006:

I - deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);

Assim, **A LEI NÃO SE APLICA AO PRESENTE PROCESSO TENDO EM VISTA QUE O VALOR MÉDIO A SER CONTRATADO, SERÁ SUPERIOR AOS R\$ 80.000,00 (OITENTA MIL REAIS) SUPRACITADOS**.

da participação de empresas sob forma de consórcio e cooperativa

Av. Farquar, nº 2986, Bairro Pedrinhas, Palácio Rio Madeira - Ed Pacaás Novos - 2º andar, CEP 76801-470, Porto Velho/RO - Fone: (69) 3212-9243.

Referência ao Estudo Técnico Preliminar ([0058893610](#)).

Fica VEDADA a participação de empresa sob forma de CONSÓRCIO na presente contratação.

A vedação à participação de empresas constituídas sob a forma de consórcio na presente contratação de materiais de consumo encontra respaldo na busca por maior simplicidade, eficiência e clareza na gestão contratual. Materiais de consumo, por sua natureza, são itens de uso contínuo, com características padronizadas e de fornecimento regular, não exigindo, em regra, a estrutura complexa que a atuação em consórcio pressupõe.

A formação de consórcios acarreta a necessidade de articulação entre diferentes empresas, o que pode introduzir entraves burocráticos e operacionais desnecessários à execução do objeto contratual. Essa complexidade adicional pode dificultar a tomada de decisões, gerar conflitos de interesse entre os consorciados e comprometer a fluidez na entrega dos itens, em desacordo com os princípios da eficiência e da economicidade que regem a Administração Pública (art. 37, caput, da Constituição Federal de 1988).

Ao restringir a contratação a pessoas jurídicas individualmente responsáveis, a Administração assegura uma gestão contratual mais direta, com maior clareza na atribuição de responsabilidades e na prestação de contas. Tal medida contribui para garantir a continuidade e a confiabilidade no fornecimento dos materiais de consumo, elementos essenciais ao bom funcionamento das atividades públicas.

A vedação da participação de empresas sob a forma de consórcio em contratações de materiais de consumo pode ser justificada pela busca de simplicidade e eficiência no processo. Ao lidar com materiais de consumo, que geralmente são itens de natureza simples e de demanda regular, a complexidade adicionada pela formação de um consórcio pode ser desnecessária. A gestão contratual se torna mais direta, evitando possíveis conflitos de interesses entre empresas e agilizando a tomada de decisões. Além disso, ao manter o processo mais simples, a responsabilidade e a prestação de contas tornam-se mais claras, garantindo um fornecimento consistente e confiável dos materiais necessários.

Fica VEDADA a participação de empresa sob forma de COOPERATIVAS na presente contratação.

Fica vedada a participação de empresas constituídas sob a forma de cooperativas na presente contratação. A medida se fundamenta na busca pela observância do Princípio Constitucional da Eficiência, previsto no artigo 37 da Constituição Federal de 1988, o qual orienta a Administração Pública à adoção de práticas que assegurem a melhor utilização dos recursos públicos, com celeridade, qualidade e efetividade na execução dos contratos administrativos.

Permitir a participação de cooperativas poderia comprometer a eficiência do processo contratual, uma vez que, por sua natureza jurídica, essas entidades demandam a anuência de todos os cooperados para a realização de atos como a assinatura de contratos, termos aditivos e autorizações de pagamento. Essa exigência pode implicar em atrasos significativos ou até mesmo inviabilizar a tramitação regular e tempestiva dos procedimentos contratuais, o que vai de encontro aos objetivos da Administração Pública no tocante à agilidade e efetividade na execução do objeto licitado.

Dessa forma, a vedação à participação de cooperativas visa assegurar a adequada execução contratual e a observância dos princípios que regem a atuação administrativa, especialmente o da eficiência.

SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO E/OU TRANSFERÊNCIA, FUSÃO, CISÃO E/OU INCORPORAÇÃO

Fica **VEDADA** a subcontratação total ou parcial do objeto, pela contratada à outra empresa, a cessão ou transferência total ou parcial do objeto licitado e/ou obrigações inerentes, bem como a a fusão, cisão ou incorporação. A vedação da subcontratação total ou parcial do objeto contratual, bem como a cessão ou transferência total ou parcial do objeto licitado e/ou obrigações inerentes, e a fusão, cisão ou incorporação, é uma medida necessária e prudente por várias razões fundamentais que garantem a integridade, a eficiência e a transparência do processo contratual.

A proibição da subcontratação total ou parcial do objeto contratual, bem como da cessão ou transferência total ou parcial do objeto licitado e/ou de suas obrigações inerentes, além da fusão, cisão ou incorporação, é uma medida essencial para garantir a integridade, a eficiência e a transparência do processo contratual. Essa restrição visa evitar riscos que possam comprometer a execução do contrato e assegurar que os compromissos assumidos pela contratada sejam integralmente cumpridos dentro dos parâmetros estabelecidos.

Entre os principais fundamentos dessa vedação, destacam-se:

A subcontratação pode comprometer a qualidade da execução dos serviços ou do fornecimento de bens, caso a empresa subcontratada não possua as mesmas qualificações técnicas e experiência exigidas no processo licitatório.

A proibição assegura que a empresa contratada seja diretamente responsável pelo cumprimento das especificações técnicas e normativas estabelecidas no contrato.

A transferência de responsabilidades para terceiros pode gerar dificuldades na fiscalização da execução contratual, criando obstáculos para a aplicação de penalidades e sanções caso ocorram descumprimentos.

A vedação garante que a empresa originalmente contratada mantenha integralmente sua responsabilidade, evitando a diluição de obrigações entre múltiplos agentes.

Fusões, cisões e incorporações podem alterar substancialmente a estrutura organizacional da contratada, resultando em impactos negativos na execução do contrato, como descontinuidade dos serviços, perda de expertise técnica ou dificuldades financeiras.

A restrição impede que a administração pública ou contratante enfrente incertezas decorrentes de mudanças societárias inesperadas, que possam afetar a capacidade de cumprimento do contrato.

A subcontratação irrestrita pode abrir margem para práticas como a utilização de empresas de fachada ou a transferência do contrato para entidades sem a devida capacidade técnica, o que poderia comprometer a lisura do processo licitatório.

A vedação reduz o risco de fraudes, favorecimentos indevidos e desvio de finalidade na execução do contrato.

No caso de contratos públicos, a vedação impede que empresas vencedoras do certame transfiram suas obrigações a terceiros que não passaram pelo mesmo processo rigoroso de qualificação e análise.

Isso assegura que os recursos sejam aplicados de maneira eficiente, em conformidade com os princípios da economicidade e da moralidade administrativa.

Dessa forma, a vedação à subcontratação, cessão, transferência, fusão, cisão e incorporação é uma diretriz fundamental para preservar a regularidade e a efetividade do contrato, garantindo que as obrigações assumidas sejam cumpridas integralmente pela empresa originalmente contratada, sem prejuízo à qualidade, segurança e transparência da execução contratual.

Descrição da solução como um todo

Referência do Estudo Técnico Preliminar ([0058893610](#)).

O objeto desta licitação é a aquisição de materiais para atender às necessidades anuais de insumos para a manutenção predial e de equipamentos, conforme estabelecido pelo artigo 40 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Esses insumos serão destinados aos serviços de pronto atendimento, especialmente para manutenção preventiva e corretiva nas residências e usinas de asfalto pertencentes ao Departamento de Estradas de Rodagem (DER), considerando a natureza frequente e imprevisível dessas intervenções.

Para que a contratação alcance os resultados esperados, os seguintes elementos deverão ser observados:

Com base na demanda anual estimada e nos itens previstos na Tabela SINAPI, os materiais a serem adquiridos incluem materiais de construção básicos, materiais elétricos, materiais hidrossanitários,

ferramentas e cabeamento estruturado/lógico. A definição dos grupos de materiais será feita conforme as classes específicas e a sua afinidade, agrupando-os em lotes, como descrito no itens 8, 9 e 10 deste Estudo Técnico Preliminar (ETP).

Esses insumos serão organizados em grupos de afinidade de material, como forma de facilitar a administração do processo de licitação, melhorar a participação de empresas especializadas e garantir maior competitividade.

Sistema de Registro de Preços (SRP): Como a demanda de materiais não pode ser prevista com exatidão, será adotado o Sistema de Registro de Preços (SRP), permitindo a aquisição de materiais conforme a necessidade, com entregas parceladas e remuneradas por unidade de medida. O regime adotado para a seleção dos fornecedores será o de maior desconto percentual unitário em relação aos preços oficiais da Tabela SINAPI, conforme o art. 82, inciso V, da Lei nº 14.133/2021.

A divisão por lotes regionais facilitará a logística de fornecimento dos materiais, otimizando as entregas conforme a necessidade específica de cada unidade do DER em diferentes localidades do estado.

Com a aquisição dos materiais conforme a Tabela SINAPI e o SRP, os serviços de manutenção predial e de equipamentos serão executados pela equipe técnica própria do DER, garantindo maior controle sobre a qualidade e eficiência dos trabalhos.

A execução será realizada sob o **regime de Empreitada por Preço Unitário**, com base na quantidade efetivamente demandada e utilizada em cada serviço.

A formação de grupos de materiais por classes e lotes possibilitará um gerenciamento contratual mais eficiente, reduzindo o número de fornecedores e facilitando o acompanhamento da execução contratual.

Serão utilizados os preços desonerados da Tabela SINAPI para a região de Rondônia, garantindo a economicidade e a proporcionalidade dos preços praticados no mercado local.

De acordo com o **artigo 86 da Lei nº 14.133/2021**, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços (SRP), fica autorizada a participação de outros órgãos e entidades, além do órgão gerenciador e dos órgãos inicialmente participantes, na Ata de Registro de Preços resultante deste processo licitatório.

A adoção do SRP com critério de maior desconto percentual e a utilização da Tabela SINAPI oferecem várias vantagens:

O critério de maior desconto permitirá à administração obter o melhor preço em relação à tabela oficial, garantindo uma contratação econômica e vantajosa, conforme os parâmetros da Lei nº 14.133/2021.

A formação de lotes por região e por classe de materiais aumentará a concorrência entre fornecedores especializados, resultando em maior eficiência na entrega e na qualidade dos insumos, sem comprometer a economicidade.

A presente contratação foi planejada com base nos princípios de razoabilidade, economicidade e eficiência, respeitando os parâmetros legais e as peculiaridades dos serviços de manutenção predial e de equipamentos. O uso do Sistema de Registro de Preços (SRP) com critério de maior desconto percentual, atrelado à Tabela SINAPI, garante que a administração pública consiga atender suas demandas de forma contínua, com preços justos e previsíveis, facilitando o gerenciamento dos contratos e a eficiência na execução dos serviços.

requisitos da contratação

A Contratada é responsável por cumprir todas as obrigações estabelecidas no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo exclusivamente os riscos e despesas relacionados à execução adequada do objeto contratado. Isso inclui garantir a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme as especificações, prazos e localidades definidos no Termo de Referência e seus anexos, acompanhada da respectiva nota fiscal, na qual devem constar informações como marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade.

A Contratada também deve se responsabilizar pelos vícios e danos decorrentes do objeto, conforme previsto nos artigos 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990). Em caso de avarias ou defeitos, deve substituir, reparar ou corrigir o objeto, às suas próprias custas, dentro do prazo estipulado no Termo de Referência.

É importante ressaltar que a execução da garantia, incluindo a substituição de material/equipamento ou conserto, não acarretará, em nenhuma circunstância, ônus para a CONTRATANTE. Além disso, a CONTRATADA deve estender à CONTRATANTE o mesmo prazo de garantia concedido pelo fabricante do material/equipamento, quando este for superior ao estabelecido na Lei nº 8.078.

No caso de conserto, a garantia deve ser realizada por Assistência Técnica Autorizada, indicada pelo fabricante na documentação oficial apresentada pelo licitante durante o respectivo processo.

Caso essa Assistência Técnica Autorizada esteja impossibilitada de cumprir tal função, a garantia deverá ser executada por outra Assistência Técnica Autorizada, que também deverá ser indicada pelo fabricante, ou pelo próprio fabricante do material/equipamento.

Os materiais ofertados nas propostas de licitação deverão estar em total conformidade com as normas da ABNT e do INMETRO, dentre outros, no que couber, inclusive no que se refere aos prazos de fabricação dos referidos materiais, marca, modelo, etc.

A aquisição dos insumos utilizados nessas tarefas de manutenção da infraestrutura é essencial. Nesse sentido, a utilização dos preços da Tabela SINAPI como referência, em que o critério de **julgamento da proposta do licitante é o maior desconto sobre os preços constantes da tabela**, já é adotada atualmente por diversas instituições públicas em âmbito federal, estadual e municipal para a contratação de insumos empregados em diversas tarefas de manutenção da infraestrutura.

O uso de material improvisado em substituição ao especificado é estritamente proibido, e quaisquer adaptações que comprometam a qualidade do serviço não serão toleradas.

Materiais que não estejam de acordo com as especificações contidas na requisição serão recusados, e fica a critério da Contratante a elaboração de um relatório para registrar a recusa do insumo. A Contratada será formalmente comunicada sobre os materiais recusados e deverá providenciar sua retirada no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

A Contratada deve comunicar à Contratante, com a devida comprovação, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas antes da data de entrega, qualquer motivo que impossibilite o cumprimento do prazo previsto.

Durante toda a execução do contrato, a Contratada deve manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, além de indicar um preposto para representá-la.

A Contratada é responsável por promover a destinação final ambientalmente adequada dos resíduos, conforme exigido pela legislação, incluindo pneus, pilhas, baterias, etc.

Ela também é responsável por qualquer dano causado à Administração, a terceiros ou ao meio ambiente durante o fornecimento do objeto da licitação, não podendo alegar que a Administração realizou a fiscalização como motivo para excluir sua responsabilidade.

Todos os custos decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, incluindo tributos e despesas com frete, devem ser arcados pela Contratada, sem ônus para a Contratante, e os pagamentos devem ser efetuados conforme previsto em lei.

A licitante vencedora deve cumprir toda a legislação ambiental, de trânsito, trabalhista e de Segurança do Trabalho pertinentes à exploração, transporte, carga e descarga dos materiais licitados.

É de responsabilidade da contratada elaborar e implementar os Planos de Prevenção de Acidentes, Manejo Ambiental, Gerenciamento de Resíduos, Controle Médico de Saúde Ocupacional, Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria de Construção, assim como todos os planos e programas relacionados à atividade exercida.

As especificações dos bens entregues devem ser lançadas na Nota Fiscal de forma idêntica às aquelas constantes na requisição fornecida pelo fiscal do contrato.

Assegurar todos os recursos necessários para garantir a plena operacionalidade do fornecimento, inclusive em situações de greve ou paralisação de qualquer natureza;

Assumir total responsabilidade por quaisquer perdas e danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão, intencional ou negligente, sem prejuízo de outras penalidades contratuais ou legais aplicáveis;

A Contratada deve cumprir integralmente todas as obrigações estabelecidas no Edital, em seus anexos e em sua proposta, assumindo exclusivamente os riscos e despesas relacionados à correta entrega do objeto, de acordo com as especificações, prazos e locais definidos no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia;

O Contratante não se responsabilizará por qualquer dano ou prejuízo que venha a ocorrer ao material abandonado em suas dependências, podendo dar-lhe a destinação que julgar conveniente, após ter decorrido 30 (trinta) dias de abandono;

Fornecer os itens objeto dessa licitação aos preços auferidos com a aplicação do PERCENTUAL DE DESCONTO sobre os preços oficiais previstos nas tabelas atualizadas no SINAPI;

Será considerado a tabela SINAPI do mês da requisição ou a mais recente no momento da solicitação;

Em eventual ausência de insumo indispensável está na tabela SINAPI, utiliza-se § 1, art. 23 da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021, para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não:

Composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

Contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

Utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;

Pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

Pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.

Os preços dos insumos coletados, serão obrigatório a aplicação de desconto ofertado, não incluindo o frete e demais custos;

O método adotado deve ser explicitado no âmbito do processo de aquisição, abrangendo todos os requisitos necessários para a verificação da autenticidade, incumbindo ao servidor público do órgão a responsabilidade por tal diligência;

Na ausência de insumos elencados na tabela SINAPI, recomenda-se descrever o insumo a ser adquirido com máxima riqueza de detalhes e informações;

Orienta-se que o solicitante crie uma Ficha de Especificação Técnica de Insumo, seguindo o modelo SINAPI, que integrará o documento de pesquisa de mercado, com o objetivo de identificar as suas características, padronizando a pesquisa de preço e facilitando a sua utilização;

Deve-se observar com extrema atenção a fim de evitar a execução do procedimento anterior, em insumos constantes na tabela SINAPI, porém com descrição divergente em relação ao entendimento individual do servidor público encarregado da gestão das compras, conforme ilustrado no exemplo a seguir:

"Necessidade: BARRA DE ACO CHATA, RETANGULAR, 2" X 3/16" (50,8 MM X4,76 MM);

TABELA SINAPI:

Observação: Mesmo que não haja a descrição específica do insumo necessário, é possível identificar o insumo com o código 546, viabilizando a elaboração da descrição do insumo conforme a demanda, com especial atenção à quantidade a ser calculada;

Correto: código: 546; descrição do insumo: BARRA DE ACO CHATA, RETANGULAR, 2" X 3/16" (50,8 MM X4,76 MM) - 1,90 KG/M; unidade: KG; quantidade: 22,80 (2,00 barras X 6,00 de comprimento x peso específico)."

Na eventualidade de dúvidas acerca do insumo mencionado na tabela SINAPI, recomenda-se verificar suas características por meio da [Ficha de Especificação Técnica de Insumos](#);

Considerando a existência de insumos a serem calculados, podendo resultar em quantidades com mais de duas casas decimais, o que poderia ocasionar falhas no subtotal, recomendamos a utilização da fórmula de truncamento com duas casas decimais (= TRUNCAR(célula A1 X célula B1;2);

Não há impedimento para a inclusão de informações complementares nos insumos a serem adquiridos por meio da tabela SINAPI, como ilustrado nos exemplos a seguir:

"código: 43055; descrição do insumo: aço ca-50, 12,5 mm ou 16,0 mm, vergalhão; unidade: kg; quantidade: 80,89

código: 43055; descrição do insumo: aço ca-50, 12,5 mm, vergalhão (0,963 kg/m) - 07 barras de 12,00 m; unidade: kg; quantidade 80,89 (7,00 barras x 12,00 de comprimento x 0,963 peso específico)

código: 1379; descrição do insumo: cimento portland composto cp ii-32; unidade: kg; quantidade: 14.850,00

código: 1379; descrição do insumo: cimento portland composto cp ii-32 - 297 sacos de 50,00 kg; unidade: kg; quantidade 14.850,00 (quantidade x saco de 50,00 kg)

código: 7292; descrição do insumo: tinta esmalte sintético premium brilhante; unidade: l; quantidade: 14,40

Código: 7292; Descrição do insumo: TINTA ESMALTE SINTETICO PREMIUM BRILHANTE - 04 LATAS DE 3,60 L DA COR AZUL; Unidade: KG; Quantidade 14,40 (quantidade x lata de 3,60 L)"

O desconto ofertado pela contratada e registrada no Sistema de Registro de Preços, deverá ser aplicado individualmente em cada valor unitário dos insumos da planilha de aquisição de insumos;

Considerando o desconto individual por valor unitário de insumo, podendo resultar em valores com mais de duas casas decimais, o que poderia ocasionar falhas no subtotal, recomendamos a utilização da fórmula de truncamento com duas casas decimais (= TRUNCAR(célula A1 X célula B1;2);

O truncamento envolve simplesmente descartar as casas decimais de um número, sem arredondar para cima ou para baixo. Em outras palavras, o truncamento corta as casas decimais além de um determinado ponto, resultando em um número truncado. Isso difere do arredondamento, que pode arredondar um número para cima ou para baixo, dependendo da casa decimal subsequente. Deste modo, atendendo ao mínimo de desconto ofertado pela contratada e registrada no Sistema de Registro de Preços.

DAS GARANTIA DO SERVIÇO/MATERIAIS

A contratada responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os art. 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos.

A execução da garantia, incluindo a substituição de material/equipamento ou conserto, não acarretará, em nenhuma circunstância, ônus para a CONTRATANTE.

A CONTRATADA deverá estender à CONTRATANTE o mesmo prazo de garantia concedido pelo fabricante do material/equipamento, quando este for superior ao estabelecido na Lei nº 8.078.

A garantia, no caso de conserto, será realizada por Assistência Técnica Autorizada, indicada pelo fabricante na documentação oficial apresentada pelo licitante no respectivo processo.

Caso essa Assistência Técnica Autorizada esteja impossibilitada de cumprir tal função, a garantia deverá ser executada por outra Assistência Técnica Autorizada, que também deverá ser indicada pelo fabricante, ou pelo próprio fabricante do material/equipamento.

Os produtos deverão ter garantia mínima de 12 (doze) meses contados da data entrega (descrita em cada embalagem).

Na embalagem do produto:

Nome do produto:

Nome comercial;

Data de fabricação e prazo de validade;

Identificação da partida de fabricação;

Nome e endereço do fabricante;

Quantidade contida no recipiente, em litro.

Nome do químico responsável e o número de identificação no Conselho Regional dos Químicos, quando necessário.

A CONTRATADA deverá encaminhar materiais para análise e testes, e responder qualquer questionamento, quanto a qualidade do material, quando necessário;

INÍCIO DA EXECUÇÃO E PRAZO PARA A CONCLUSÃO DOS SERVIÇOS

O início da prestação dos materiais/serviços (**FORNECIMENTO**) pela empresa contratada deverá ocorrer após a publicação da ata de registro de preços no DOE.

Critérios de aceitabilidade:

Devem estar em conformidade com normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), como resistência e durabilidade.

Preços e especificações devem seguir a Tabela SINAPI para garantir a adequação econômica e técnica.

Materiais devem ser uniformes em textura, cor e acabamento, além de não apresentarem defeitos visíveis (trincas, quebras, etc.).

Devem atender a requisitos de resistência mecânica (compressão, peso e impacto);

Devem atender às normas ABNT e SINAPI, com foco em resistência, uniformidade e durabilidade.

Precisam de conformidade com normas como NBR 5410, certificação INMETRO, e segurança no isolamento para evitar acidentes.

Devem seguir normas ABNT e apresentar estanqueidade e resistência à corrosão, além de certificação para água potável.

Os produtos deverão ter garantia mínima de 12 (doze) meses contados da data entrega (descrita em cada embalagem).

Na embalagem do produto:

Nome do produto:

Nome comercial;

Data de fabricação e prazo de validade;

Identificação da partida de fabricação;

Nome e endereço do fabricante;

Quantidade contida no recipiente, em litro.

Nome do químico responsável e o número de identificação no Conselho Regional dos Químicos, quando necessário.

A CONTRATADA deverá encaminhar materiais para análise e testes, e responder qualquer questionamento, quanto a qualidade do material, quando necessário;

REGIME DE FORNECIMENTO:

Em atendimento ao disposto no art. 121 do Decreto Estadual n.º 28.874/2024, fica estabelecido o percentual de 5% como quantitativo mínimo a ser contratado pelos órgãos gerenciador, e não participantes, com base no valor total pactuado com a empresa vencedora do certame.

A fixação desse percentual tem como objetivo garantir a continuidade e a eficiência no fornecimento dos materiais, especialmente os relacionados à aquisição com base na Tabela SINAPI, assegurando que o Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes de Rondônia (DER/RO) disponha de uma base inicial de suprimentos capaz de atender às demandas imediatas e de iniciar suas atividades sem interrupções.

Esse quantitativo mínimo proporciona à Coordenação de Logística maior previsibilidade e segurança no planejamento operacional, ao mesmo tempo em que mantém a flexibilidade necessária para adequações conforme as demandas reais que venham a surgir ao longo da vigência contratual, fixada em 12 (doze) meses. A definição de um percentual mínimo também fortalece o compromisso do fornecedor com a pronta execução das ordens de fornecimento, garantindo o fluxo contínuo de insumos essenciais às obras e serviços executados pelo DER/RO.

Considerando o caráter variável e imprevisível das demandas de manutenção e reformas prediais, o fornecimento dos materiais será realizado de **FORMA ESCALONADA E SOB DEMANDA**, com entregas efetuadas mediante solicitação formal da Coordenação de Logística. Para assegurar o bom andamento das operações, o prazo máximo para atendimento será de até **10 (dez) dias corridos a partir do recebimento da respectiva Ordem de Fornecimento**.

Esse regime de fornecimento contínuo e flexível alinha-se aos objetivos de otimizar o uso de recursos públicos e atender com precisão às necessidades do DER/RO. Dessa forma, é possível garantir uma resposta ágil e eficiente às demandas, assegurando a continuidade e eficácia das obras de manutenção e reformas predial.

CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL:

A CONTRATADA deverá observar e cumprir, sempre que aplicável, os critérios de sustentabilidade ambiental estabelecidos na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, em conformidade com as diretrizes do Decreto nº 21.264, de 20 de setembro de 2016, bem como demais normativas e políticas públicas voltadas para a redução de impactos ambientais e promoção do consumo sustentável.

Todos os produtos fornecidos deverão atender integralmente às normas e especificações técnicas vigentes, incluindo aquelas estabelecidas por órgãos reguladores e de normalização, tais como: Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), International Organization for Standardization (ISO), Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e Ministério da Saúde. O cumprimento dessas diretrizes assegura que os produtos comercializados apresentem qualidade, segurança e conformidade regulatória, alinhando-se às melhores práticas do mercado.

Além disso, visando a minimização dos impactos ambientais e a promoção de um modelo de fornecimento sustentável, os produtos fornecidos devem, preferencialmente:

Ser fabricados total ou parcialmente com materiais reciclados, atóxicos e biodegradáveis, conforme as especificações das normas ABNT NBR 15448-1 e 15448-2, de forma a reduzir o consumo de recursos naturais e fomentar a economia circular;

Possuir certificação do INMETRO que ateste sua classificação como produto sustentável ou que demonstre um menor impacto ambiental em comparação a produtos similares convencionais, incentivando o desenvolvimento de tecnologias mais limpas e eficientes;

Ser acondicionados em embalagens otimizadas, preferencialmente individuais, com volume reduzido e fabricadas com materiais recicláveis, garantindo a máxima proteção durante o transporte e armazenamento, sem comprometer a sustentabilidade da cadeia produtiva;

Estar isentos de substâncias perigosas em concentrações superiores aos limites estabelecidos pela diretiva RoHS (Restriction of Hazardous Substances), restringindo a presença de elementos como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs) e éteres difenil-polibromados (PBDEs), que são prejudiciais à saúde humana e ao meio ambiente.

Além do atendimento aos requisitos de sustentabilidade incorporados na descrição do objeto contratual, a CONTRATADA deverá observar e seguir as diretrizes estabelecidas pelo Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, promovendo boas práticas ambientais ao longo de toda a cadeia de suprimentos.

A adoção dessas medidas visa garantir a responsabilidade ambiental na aquisição de bens e serviços, incentivando a inovação, a eficiência e a redução dos impactos ambientais associados às atividades da Administração Pública, em consonância com os princípios da economicidade, eficiência e desenvolvimento sustentável

Na aquisição de materiais conforme a Tabela SINAPI, é essencial adotar critérios de sustentabilidade ambiental, conforme orienta o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e a Lei 14.133/2021. A empresa contratada deverá assegurar práticas sustentáveis ao longo de todo o processo produtivo, abrangendo desde a extração de matérias-primas até o fornecimento final dos produtos.

Em relação ao Desenvolvimento Nacional Sustentável, apresentamos alguns pontos a ser seguidos:

Tecnologia de aplicação eficiente: Equipamentos modernos de aplicação dos materiais, como equipamentos elétricos, que promovam eficiência energética (como lâmpadas LED e sensores de presença). Para materiais hidrossanitários, a preferência é por equipamentos que permitam economia de água, como torneiras com redutores de vazão e válvulas de descarga de baixo consumo.

Reciclagem e disposição adequada: Práticas de trabalho sustentáveis, como a reciclagem de uso de materiais recicláveis e reciclados na construção civil, como tubos e conexões de PVC reciclado, metais ou outros componentes que possam ser reutilizados ou reciclados ao final de sua vida útil.

Alternativas de baixo COVs: Para produtos que envolvem processos químicos, como tintas e acabamentos, deve-se dar preferência aos que emitam menos compostos orgânicos voláteis (COVs) ou poluentes tóxicos.

A Contratada deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos

3º e 10º da Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010.

A Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, deve ser observada no que tange ao uso de substâncias químicas e práticas produtivas que possam gerar impactos negativos ao meio ambiente. As empresas fornecedoras devem adotar processos que garantam a gestão adequada de resíduos, reduzam a emissão de poluentes e conservem os recursos naturais.

A responsabilidade pela conformidade com as normas ambientais vigentes recai sobre a empresa contratada, que deverá garantir que todos os materiais adquiridos sigam padrões sustentáveis, sem causar degradação ao meio ambiente. Dessa forma, o processo de aquisição de materiais da Tabela SINAPI deverá promover a proteção do meio ambiente e incentivar práticas produtivas que contribuam para o desenvolvimento sustentável.

Modelo de execução do objeto

Referência ao Estudo Técnico Preliminar ([0058893610](#))

EXECUÇÃO DO OBJETO:

A execução do objeto deve ocorrer conforme a demanda e a necessidade das unidades administrativas da instituição, respeitando os prazos definidos em cada ordem de fornecimento. O fornecimento dos materiais será realizado de forma parcelada, em conformidade com as condições estabelecidas no contrato de registro de preços (ARP). Isso visa garantir o atendimento eficiente e contínuo das necessidades ao longo da vigência do contrato, otimizando a logística e a gestão de estoque. O modo de execução por meio de ARP permite flexibilidade e economia, assegurando o fornecimento sob demanda e evitando desperdícios ou sobrecarga de estoque.

A adoção da execução parcelada permite melhor planejamento e gestão do estoque de materiais, reduzindo custos com armazenamento e garantindo o suprimento contínuo conforme a necessidade real da administração. Além disso, o registro de preços é o mecanismo mais adequado para aquisição de materiais com características padronizadas e de uso recorrente, como os previstos na Tabela Sinapi.

Necessidade de amostras, prova de conceito ou outros testes, apresentação de certificação, laudo ou documento similar:

Considerando que os materiais a serem adquiridos são padronizados e regulamentados pela Tabela Sinapi, que estabelece normas e especificações técnicas amplamente conhecidas e utilizadas no setor de construção e manutenção de edificações, não há a necessidade de amostras ou provas de conceito. Os fornecedores já devem, por exigência contratual, atender aos requisitos técnicos e normativos da Tabela Sinapi, garantindo a qualidade dos materiais.

A ausência da necessidade de amostras justifica-se pela natureza dos itens, que são padronizados e regulamentados por normas técnicas consolidadas (Tabela Sinapi). Exigir amostras seria redundante e resultaria em custos adicionais e desnecessários, uma vez que todos os fornecedores devem, obrigatoriamente, cumprir os padrões estabelecidos.

Demais informações essenciais voltadas ao objeto:

Os materiais a serem adquiridos abrangem categorias básicas, elétricas, hidrossanitárias e de rede lógica/informática, conforme especificações técnicas da Tabela Sinapi. Todos os itens devem estar em conformidade com as normas de qualidade e segurança aplicáveis, sendo de responsabilidade do fornecedor a garantia do cumprimento das normas vigentes, incluindo certificações obrigatórias quando aplicáveis. A entrega dos materiais deverá ocorrer de forma eficiente, garantindo que o cronograma das obras e manutenções não seja comprometido.

É essencial que os materiais estejam de acordo com as especificações técnicas da Tabela Sinapi e as normas de qualidade pertinentes, para assegurar a segurança e eficiência nas obras e manutenções

realizadas. Essa exigência visa garantir a integridade dos projetos e a otimização dos recursos públicos, assegurando a conformidade técnica e normativa de todos os materiais fornecidos.

INÍCIO DA EXECUÇÃO E PRAZO PARA A CONCLUSÃO DOS SERVIÇOS

O início da prestação dos materiais/serviços (**FORNECIMENTO**) pela empresa contratada deverá ocorrer após a publicação da ata de registro de preços no DOE.

REGIME DE FORNECIMENTO

Em atendimento ao disposto no art. 121 do Decreto Estadual n.º 28.874/2024, fica estabelecido o percentual de 5% como quantitativo mínimo a ser contratado pelos órgãos gerenciador, e não participantes, com base no valor total pactuado com a empresa vencedora do certame.

A fixação desse percentual tem como objetivo garantir a continuidade e a eficiência no fornecimento dos materiais, especialmente os relacionados à aquisição com base na Tabela SINAPI, assegurando que o Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes de Rondônia (DER/RO) disponha de uma base inicial de suprimentos capaz de atender às demandas imediatas e de iniciar suas atividades sem interrupções.

Esse quantitativo mínimo proporciona à Coordenação de Logística maior previsibilidade e segurança no planejamento operacional, ao mesmo tempo em que mantém a flexibilidade necessária para adequações conforme as demandas reais que venham a surgir ao longo da vigência contratual, fixada em 12 (doze) meses. A definição de um percentual mínimo também fortalece o compromisso do fornecedor com a pronta execução das ordens de fornecimento, garantindo o fluxo contínuo de insumos essenciais às obras e serviços executados pelo DER/RO.

Considerando o caráter variável e imprevisível das demandas de manutenção e reformas prediais, o fornecimento dos materiais será realizado de **FORMA ESCALONADA E SOB DEMANDA**, com entregas efetuadas mediante solicitação formal da Coordenação de Logística. Para assegurar o bom andamento das operações, o prazo máximo para atendimento será de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento da respectiva Ordem de Fornecimento.

Esse regime de fornecimento contínuo e flexível alinha-se aos objetivos de otimizar o uso de recursos públicos e atender com precisão às necessidades do DER/RO. Dessa forma, é possível garantir uma resposta ágil e eficiente às demandas, assegurando a continuidade e eficácia das obras de manutenção e reformas predial.

DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DE BENS DE CONSUMO

Os materiais de construção devem ser entregues no prazo estipulado no Edital e seus anexos, após o recebimento da nota de empenho e ordem de fornecimento.

Somente serão recebidos produtos em perfeito estado de conservação, sem qualquer defeito aparente.

O fornecimento dos itens somente será considerado concluído e em condições de ser recebido depois de cumpridas todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA e atestada sua conclusão pela Comissão de Recebimento designada pela Administração;

A conferência dos materiais será realizada por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, devendo esta em conformidade com [art. 140, inciso II da Lei n.º 14.133, de 1 de abril de 2021](#).

Caso os itens fornecidos sejam insatisfatórios, será lavrado um Termo de Recusa, no qual serão registradas as não conformidades em relação às especificações. Nessa situação, o material em desacordo será rejeitado, sendo necessário retirá-lo e substituí-lo dentro do prazo estabelecido no item 10 deste Termo de Referência. Durante esse período, serão realizadas novamente as verificações referentes aos itens mencionados. Destaca-se que o pagamento da nota fiscal/fatura será suspenso até a conclusão das correções necessárias, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste termo, decorrente do atraso na entrega verificado nessa hipótese.

O recebimento, provisório ou definitivo, não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito desempenho do objeto contratado, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas durante o período de garantia.

DO PRAZO DE ENTREGA:

O prazo de entrega estabelecido é de 30 dias corridos para situações não emergenciais e de grande montante. No entanto, em casos de emergência, que também possam envolver grande quantidade, o prazo é reduzido para 10 dias corridos.

No caso de o prazo máximo coincidir com um final de semana ou feriado, a entrega deve ser efetuada no dia útil anterior.

A solicitação de entrega parcial deve ser feita com, no mínimo, 3 dias de antecedência em relação à data de vencimento, visto que requer aprovação pelo ordenador de despesa.

A entrega dos objetos deverá ser realizada no balcão indicado pelo fornecedor, em cada uma das localidades apontadas nos lotes no item 7 lote deste ETP - Estudo Técnico Preliminar 11 ([0058893610](#)). Exceto para os insumos que tiverem contemplado em seu valor unitário os custos de entrega, caso em que o fornecedor deverá providenciar a entrega nas dependências da unidade beneficiada.

Materiais retirados na jazida, sem inclusão de transporte, devem ser verificados no mercado para avaliar se o valor registrado pela SINAPI é equivalente ao valor do insumo com entrega. Caso não haja conformidade, recomenda-se empregar o método de cálculo de transporte adotado pelo Departamento de Estradas e Rodagens - DER.

A Ata de Registro de Preços permite a aquisição de ferramentas. No caso de compra de equipamentos, é necessário verificar a disponibilidade dos mesmos dentro da SINAPI. Em situações em que não estejam contemplados, é preciso seguir os procedimentos estabelecidos para pesquisas de mercado.

DO LOCAL DE ENTREGA: A entrega do objeto se realizará nas seguintes localidades:

A entrega dos objetos deverá ser realizada no balcão indicado pelo fornecedor, em cada uma das localidades apontadas nos lotes. Exceto para os insumos que tiverem contemplado em seu valor unitário os custos de entrega, caso em que o fornecedor deverá providenciar a entrega nas dependências da unidade beneficiada.

Materiais retirados na jazida, sem inclusão de transporte, devem ser verificados no mercado para avaliar se o valor registrado pela SINAPI é equivalente ao valor do insumo com entrega. Caso não haja conformidade, recomenda-se empregar o método de cálculo de transporte adotado pelo Departamento de Estradas e Rodagens - DER.

A Ata de Registro de Preços permite a aquisição de ferramentas e equipamentos. No caso de compra de equipamentos, é necessário verificar a disponibilidade dos mesmos dentro da SINAPI. Em situações em que não estejam contemplados, é preciso seguir os procedimentos estabelecidos para pesquisas de mercado.

Com o propósito de garantir o fornecimento dos materiais necessários para atender a essas demandas, nos termos dos itens **11.6.7.1** e **11.6.7.2**, segue os quadros a seguir:

LOTE S	DESCRIÇÃO / TIPO DE MATERIAIS	LOCALIDADE S
1	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais BÁSICO E ACABAMENTO	PORTO VELHO, EXTREMA

2	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais BÁSICO E ACABAMENTO	ARIQUEMES, BURITIS, MACHADINHO DO OESTE
3	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais BÁSICO E ACABAMENTO	JARU, OURO PRETO DO OESTE, JI-PARANÁ, PRESIDENTE MÉDICI, ALVORADA DO OESTE
4	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais BÁSICO E ACABAMENTO	CACOAL, ESPIGÃO DO OESTE, PIMENTA BUENO, ROLIM DE MOURA,
5	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais BÁSICO E ACABAMENTO	SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ, SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ, COSTA MARQUES)
6	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais BÁSICO E ACABAMENTO	VILHENA, COLORADO DO OESTE, CEREJEIRAS
7	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais MATERIAL ELÉTRICO/HIDROSSANITARIO, HIDROSSANITÁRIO E FERRAMENTAS.	PORTO VELHO, EXTREMA
8	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais MATERIAL ELÉTRICO, HIDROSSANITÁRIO E FERRAMENTAS	ARIQUEMES, BURITIS, MACHADINHO DO OESTE
9	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais MATERIAL ELÉTRICO, HIDROSSANITÁRIO E FERRAMENTAS	JARU, OURO PRETO DO OESTE, JI-PARANÁ, PRESIDENTE MÉDICI, ALVORADA DO OESTE

10	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais MATERIAL ELÉTRICO, HIDROSSANITÁRIO E FERRAMENTAS	CACOAL, ESPIGÃO DO OESTE, PIMENTA BUENO, ROLIM DE MOURA, SANTA LUZIA D'OESTE, ALTA FLORESTA D'OESTE
11	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais MATERIAL ELÉTRICO, HIDROSSANITÁRIO E FERRAMENTAS	SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ, SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ, COSTA MARQUES
12	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais MATERIAL ELÉTRICO, HIDROSSANITÁRIO E FERRAMENTAS	VILHENA, COLORADO DO OESTE, CEREJEIRAS
13	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais CABEAMENTO ESTRUTURADO	PORTO VELHO

RESIDÊNCIAS REGIONAIS

Residência Regional	Endereço	Localidade	Telefones	E-mail
1ª Residência Regional	Rua Amapá nº 5329, Bairro São José - Cep 76.993-970	Colorado do Oeste	(69)3341-2177	residenciadecolorado@gmail.com
2ª Residência Regional	Rua Vimberê nº 2188, Setor 04 - Cep 76.873-463	Ariquemes	(69)3535-2987	residenciaariquemes.der@hotmail.com
3ª Residência Regional	Rua Burareiro S/N, Setor Industrial - Cep 76-920-000	Ouro Preto	(69)3461-2549	residenciaopo@outlook.com
4ª Residência Regional	Rua Rondônia nº 1078, Bairro Incra - Cep 76.965-872	Cacoal	(69)3461-2549	residenciacacoal@der.ro.gov.br
5ª Residência Regional	Av. Sete de Setembro nº 5490, Bairro Boa Esperança - Cep 76.940-000	Rolim de Moura	(69)3442-1619 (69)3442-2321	residenciarolimdemoura.der@gmail.com
6ª Residência Regional	RO 133 nº 4041 - Cep 76.868-000	Machadinho do Oeste	(69)3581-3429	der.machadinho@hotmail.com
7ª Residência Regional	Av. Independência S/N, Bairro Alto Alegre - Cep 76.930-000	Alvorada	(69)3412-2565	7rr.alvorada.p@gmail.com
8ª Residência Regional	Br 364 Km 08, Setor Rural - Cep 76.900-000	Ji-Paraná	(69)3416-4822 (69)3423-8055	residenciaregionaldejiparana@gmail.com
9ª Residência Regional	Av. Jo Sato nº 1280, Bairro Bela Vista	Vilhena	(69)3321-2901	residenciavilhena.der@gmail.com

11ª Residência Regional	Rua Rui Barbosa nº 250, Bairro Beira Rio - Cep 76.970-970	Pimenta Bueno	(69)3451-3405	der2017.pimentabueno@gmail.com
12ª Residência Regional	Rua Tapajós nº 3963, Setor 02 - Cep 76.890-000	Jaru	(69)3521-1553	residenciajaru.der@gmail.com
13ª Residência Regional	Rua Antônio Lacerda nº 4168, Setor Industrial - Cep 76.821-038	Porto Velho	(92)9401-8545	resenciaportovelho@der.ro.gov.br
14ª Residência Regional	BR 364, 1040, Distrito de Extrema, Município de Porto Velho - RO, com coordenadas geográficas - 9°46'18,36599"S-66°20'43,24409"W	Extrema	(69) 992617066	der14rrextrema@gmail.com
15ª Residência Regional	Av. Ayrton Sena nº 3766, Setor Industrial - Cep 76.880-000	Buritis	(69)3238-3690	derdeburitis@hotmail.com
16ª Residência Regional	Rua Dom João nº 3436, Bairro Cidade Baixa	São Francisco	(69)3621-2399	dersaofrancisco@hotmail.com

USINAS DE ASFALTO				
Residência Regional	Endereço	Localidade	Telefones	E-mail
Usina de Asfalto	Ro 257 Km 03 S/N, Zona Ruaral	Ariquemes	(69)3223-0404	usinader@gmail.com usinaderportovelho@gmail.com
Usina de Asfalto	Av. Edson Lima nº 3835, Bairro Jorge Teixeira	Ji-Paraná	(69)3424-1059	usinaasfaltotjipa@outlook.com
Usina de Asfalto	Rua Morumbi Esquina com Paranaíba S/N	Rolim de Moura	(69)98424-8313	usinarolim.der@gmail.com der.usina.cbuqrm@hotmail.com
Usina de Asfalto	Ro 463 (Pátio da Coaja), Zona Rural	Jaru	(69)99205-9667	usinajaru.der@gmail.com
Usina de Asfalto	Lote 31 LH 04, Setor Prosperidade	Cacoal	(69)98437-0633	Der.usinacacoal@gmail.com
Usina de Asfalto	Setor 13 Quadra 07, Lote 01	Vilhena	(69)99907-4773	usinavha@gmail.com

DO RECEBIMENTO: Em conformidade com o inciso II, do artigo 140, da Lei 14.133, de 2021, o recebimento do objeto ocorrerá da seguinte forma:

a) **PROVISORIAMENTE**, em até 10 (dez) dias corridos após a entrega dos materiais, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais.

b) **DEFINITIVAMENTE**, em até 15 (quinze) dias corridos após a entrega dos materiais ou 10 (dez) dias corridos após o recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo que comprove o atendimento das exigências contratuais.

estimativa do valor da contratação

Referência ao Estudo Técnico Preliminar (0058893610).

A aquisição de insumos diversos, destinados ao atendimento das demandas de serviços comuns de engenharia, executados diretamente por equipe própria, em edificações sob responsabilidade do Poder Executivo Estadual, será realizada com base nas planilhas de insumos constantes no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI). Essa aquisição observará rigorosamente as

condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e em seus anexos, garantindo padronização, economicidade e transparência no processo.

O SINAPI é um sistema mantido pela Caixa Econômica Federal (CEF), em conformidade com definições técnicas de engenharia estabelecidas pela própria instituição. A formação de seus preços é baseada em pesquisas periódicas conduzidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), assegurando atualidade e aderência aos custos praticados no mercado.

O **SINAPI** é composto por duas tabelas referenciais principais:

SERVIÇOS: contempla a composição dos custos unitários de diferentes tipos de serviços de engenharia, considerando insumos, produtividade e encargos.

INSUMOS: apresenta os preços unitários dos materiais, equipamentos e mão de obra utilizados na construção civil.

Para efeito de registro de preços, serão consideradas integralmente as tabelas de insumos do SINAPI, abrangendo todos os itens catalogados em suas publicações. Essa abordagem visa garantir ampla cobertura de materiais e uniformidade nos orçamentos e planejamentos de obras e serviços.

Os preços a serem registrados seguirão os valores estabelecidos na tabela de referência específica para o Estado de Rondônia, sendo aplicáveis a todos os municípios do estado, conforme atualização vigente.

Serão utilizados os **preços desonerados** da Tabela SINAPI para a região de Rondônia, garantindo a economicidade e a proporcionalidade dos preços praticados no mercado local.

Importante destacar que a metodologia de julgamento das propostas considerará o maior percentual de desconto ofertado pelas empresas com base nos preços unitários dos insumos constantes na Tabela SINAPI (desonerada), e não sobre o valor global estimado da contratação. Tal critério visa assegurar maior objetividade, isonomia entre os licitantes e aderência aos preços praticados no mercado.

As tabelas do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI), referentes ao Estado de Rondônia, são fundamentais para a correta estimativa de custos em obras e serviços de engenharia. Essas tabelas trazem os preços atualizados de insumos e composições, possibilitando maior precisão e transparência na elaboração de orçamentos. Para consulta e obtenção das tabelas específicas de Rondônia. (ID. [0059134974](#)).

Em caso de dúvidas sobre as características de qualquer insumo listado na tabela SINAPI, é imprescindível consultar a **Ficha de Especificação Técnica de Insumos**, documento que detalha as especificações e parâmetros técnicos de cada item.

Para estimar o valor dos itens a serem contratados anualmente, utilizaremos com base a estimativa de itens definidos anteriormente, conforme Planilha - Materiais mais demandados ([0047863545](#)), e valor monetário projetado para as residências e usinas de asfalto deste DER-RO.

Os Mapas de Preços dos itens, foram elaborados de acordo como o que dispõe a Art. 23, §2º, inciso I da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, por meio de consulta a tabela oficial, como a SINAPI/RO, conforme art. 54 §1º, inciso I do Decreto Estadual n.º 28.874/2024.

O valor global estimado a ser contratado anualmente é de R\$ 7.874.685,42 (sete milhões, oitocentos e setenta e quatro mil seiscentos e oitenta e cinco reais e quarenta e dois centavos).

O quantitativo necessário para atender plenamente as demandas deste departamento no exercício de 2025 é estimado em **R\$ 7.874.685,42** (sete milhões, oitocentos e setenta e quatro mil, seiscentos e oitenta e cinco reais e quarenta e dois centavos). Esse montante foi calculado com base nos processos de aquisições e remanejamentos já realizados e previstos, conforme detalhado na "Estimativa das Quantidades", Item 6 deste Estudo Técnico.

Foi utilizado o valor de **R\$ 5.900.090,06** (cinco milhões, novecentos mil e noventa reais e seis centavos), por meio de aquisições e remanejamentos que cobriram parte das necessidades do departamento.

Av. Farquar, nº 2986, Bairro Pedrinhas, Palácio Rio Madeira - Ed Pacaás Novos - 2º andar, CEP 76801-470, Porto Velho/RO - Fone: (69) 3212-9243.

Adicionalmente, há uma previsão de utilização de **R\$ 1.974.595,36** (um milhão, novecentos e setenta e quatro mil, quinhentos e noventa e cinco reais e trinta e seis centavos), que será destinada à continuidade dos serviços e às demandas futuras.

Esse valor total será fundamental para garantir o pleno atendimento das demandas do departamento durante o exercício de 2025, cobrindo tanto as necessidades de manutenção quanto as expansões previstas. Dessa forma, assegura-se que todos os recursos estejam devidamente alocados para as atividades da autarquia no próximo ano fiscal.

Justificativa de Preços com Base na Tabela SINAPI

Com base nos materiais para manutenção de bens imóveis constantes da tabela do SINAPI, foi identificada alguma formas de aquisição dos insumos no mercado, pelos órgãos da Administração Pública. Convém destacar que a presente demanda não se constitui inovação na Administração Pública. Desta forma, conclui-se que há um mercado estabelecido para as aquisições dos referidos insumos.

Para se identificar a solução adequada foi realizada uma análise comparativa de soluções disponíveis no mercado, visando elencar as alternativas para atendimento à demanda, considerando além do aspecto econômico, os aspectos qualitativos em termos de benefícios para o alcance dos objetivos da contratação.

A solução mercadológica disponível, consolidada e amplamente utilizada pelos órgãos públicos é a aquisição de materiais para manutenção de bens imóveis por meio de pregão eletrônico. Assim, identificamos e analisamos as principais alternativas:

Aquisição de materiais para manutenção de bens imóveis por itens:

Essa alternativa consiste na realização de licitação mediante a elaboração de uma lista contendo todos os materiais a serem adquiridos (necessidade). Após a definição e descrição dos itens, é conduzida uma pesquisa de preços em conformidade com os parâmetros estabelecidos pela Superintendência Estadual de Licitações - SUPEL. Este processo resulta na necessidade de conduzir uma extensa pesquisa de mercado para múltiplos itens, o que pode ocasionar a inclusão de itens sem êxito na licitação. Tal licitação pode ser realizada na modalidade pregão eletrônico ou pregão eletrônico pelo Sistema de Registro de Preços. Os licitantes vencedores são os que oferecem os menores preços para cada item da licitação.

Aquisição de materiais para manutenção de bens imóveis por grupo de classes de acordo com a tabela do SINAPI:

Essa alternativa consiste na realização de licitação agrupando-se os insumos da tabela do SINAPI em classes por afinidade. Cada lote da licitação corresponde a um conjunto de classes (famílias) da tabela. Após a definição dos lotes o órgão faz o levantamento estimativo dos valores a serem empenhados em cada item, durante a vigência da ata de registro de preços. Vence o item da licitação o licitante que oferecer o maior desconto para cada item, obtendo-se assim o melhor preço. Tal licitação se assemelha a aquisição de materiais com base em maior desconto em relação a tabela.

Verifica-se a necessidade da utilização do critério de maior desconto, tendo em vista que os itens que são baseados na Tabela SINAPI desonerada, correspondem a uma classe de materiais. Ou seja, não é possível definir um preço de referência, pois cada item se destriça em vários materiais da mesma classe, com valor diversos, disponíveis na Tabela SINAPI/RO.

O objeto da contratação não trata de aquisições de materiais isolados dentro das classes definidas na Tabela SINAPI/RO. Não há previsão de aquisições volumosas de materiais isolados, mas sim de uma diversificação considerável, de acordo com as demandas do complexo prisional, levantado pela Coordenadoria de Infraestrutura, ressaltando, portanto, a vantajosidade da utilização da Tabela SINAPI.

Levando em conta o descrito no item anterior, não haverá prejuízos para a administração decorrentes das limitações da pesquisa de preços do IBGE, que não consideram altos volumes de compra.

A utilização da Tabela SINAPI é imprescindível para a elaboração do presente processo licitatório, tendo em vista o princípio da eficiência, a capacidade de gestão e a impossibilidade de listar todos os materiais que virão a ser demandados.

Ressalta-se que todos os preços e cálculos apresentados têm caráter público, não se tratando de orçamento sigiloso. Dessa forma, toda a documentação comprobatória segue em anexo, garantindo transparência e conformidade com os princípios da legalidade, economicidade e eficiência que regem a Administração Pública.

NS	LOTES	LOCALIDADES	ARP Nº 209/2023	AQUISIÇÃO ATRAVÉS DA ATA Nº 209/2023	PREVISÃO DE UTILIZAÇÃO DA ARP Nº209/2023
1	1	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais BÁSICO E ACABAMENTO. PORTO VELHO, CANDEIAS DO JAMARI, ITAPUÃ DO OESTE	R\$ 1.565.324,42	R\$ 1.352.693,60	R\$ 212.630,82
2	3	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais BÁSICO E ACABAMENTO. ARIQUEMES, BURITIS, MACHADINHO DO OESTE, ALTO PARAÍSO, CACAULÂNDIA, CAMPO NOVO DE RO, CUJUBIM, MONTE NEGRO, RIO CRESPO	R\$ 1.113.165,09	R\$ 599.124,19	R\$ 514.040,90
3	4	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais BÁSICO E ACABAMENTO. JARU, OURO PRETO DO OESTE, JI-PARANÁ, PRESIDENTE MÉDICI, ALVORADA DO OESTE, GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA, MIRANTE DA SERRA, NOVA UNIÃO, TEIXEIRÓPOLIS, THEOBROMA, URUPÁ, VALE DO ANARI, VALE DO PARAÍSO	R\$ 1.517.952,39	R\$ 1.189.582,88	R\$ 328.369,51
4	5	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais BÁSICO E ACABAMENTO. CACOAL, ESPIGÃO DO OESTE, PIMENTA BUENO, ROLIM DE MOURA, SANTA LUZIA, ALTA FLORESTA, ALTO ALEGRE DOS PARECIS, CASTANHEIRAS, MINISTRO ANDREAZZA, NOVA BRASILÂNDIA, NOVO HORIZONTE, PARECIS, PRIMAVERA DE RONDÔNIA, SÃO FELIPE	R\$ 1.214.361,91	R\$ 1.108.016,00	R\$ 106.346,31
5	6	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais BÁSICO E ACABAMENTO. SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ, SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ, COSTAS MARQUES, SERINGUEIRAS	R\$ 303.590,47	R\$ 250.000,00	R\$ 53.590,47
6	7	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais BÁSICO E ACABAMENTO. VILHENA, COLORADO DO OESTE, CEREJEIRAS, CABIXI, CHUPINGUAIA, CORUMBIARA, PIMENTEIRAS DO OESTE	R\$ 1.214.361,91	R\$ 1.100.00,00	R\$ 114.361,91
7	8	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais MATERIAL ELÉTRICO, HIDROSSANITÁRIO E FERRAMENTAS. PORTO VELHO, CANDEIAS DO JAMARI	R\$ 199.994,53	R\$ 168.203,58	R\$ 31.790,95
8	10	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais MATERIAL ELÉTRICO, HIDROSSANITÁRIO E FERRAMENTAS. ARIQUEMES, BURITIS, MACHADINHO DO OESTE, ALTO PARAÍSO, CACAULÂNDIA, CAMPO NOVO DE RO, CUJUBIM, MONTE NEGRO, RIO CRESPO, ITAPUÃ DO OESTE	R\$ 153.120,21	R\$ 50.673,90	R\$ 102.446,31
9	11	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais MATERIAL ELÉTRICO, HIDROSSANITÁRIO E FERRAMENTAS. JARU,	R\$ 153.120,21	R\$ 78.342,43	R\$ 74.777,78

Av. Farquar, nº 2986, Bairro Pedrinhas, Palácio Rio Madeira - Ed Pacaás Novos - 2º andar, CEP 76801-470, Porto Velho/RO - Fone: (69) 3212-9243.

		OURO PRETO DO OESTE, JI-PARANÁ, PRESIDENTE MÉDICI, ALVORADA DO OESTE, GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA, MIRANTE DA SERRA, NOVA UNIÃO, TEIXEIRÓPOLIS, THEOBROMA, URUPÁ, VALE DO ANARI, VALE DO PARAÍSO			
10	12	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais MATERIAL ELÉTRICO, HIDROSSANITÁRIO E FERRAMENTAS. CACOAL, ESPIGÃO DO OESTE, PIMENTA BUENO, ROLIM DE MOURA, SANTA LUZIA, ALTA FLORESTA, ALTO ALEGRE DOS PARECIS, CASTANHEIRAS, MINISTRO ANDREAZZA, NOVA BRASILÂNDIA, NOVO HORIZONTE, PARECIS, PRIMAVERA DE RONDÔNIA, SÃO FELIPE	R\$ 153.120,21	R\$ 0,00	R\$ 153.120,21
11	13	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais MATERIAL ELÉTRICO, HIDROSSANITÁRIO E FERRAMENTAS. SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ, SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ, COSTAS MARQUES, SERINGUEIRAS.	R\$ 87.497,56	R\$ 3.454,48	R\$ 84.044,38
12	14	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais MATERIAL ELÉTRICO, HIDROSSANITÁRIO E FERRAMENTAS. VILHENA, COLORADO DO OESTE, CEREJEIRAS, CABIXI, CHUPINGUAIA, CORUMBIARA, PIMENTEIRAS DO OESTE	R\$ 153.120,21	R\$ 0,00	R\$ 153.120,21
13	15	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais CABEAMENTO ESTRUTURADO. PORTO VELHO, CANDEIAS DO JAMARI.	R\$ 45.956,00	R\$ 0,00	R\$ 45.956,00

LOTE	DESCRIÇÃO DOS MUNICÍPIOS E LOCALIDADES	DEMANDAS SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA		MANUTENÇÃO PREDIAL		CABEAMENTO ESTRUTURADO	VALOR MÍNIMO	VALOR MÁXIMO
		BÁSICO E ACABAMENTO	ELÉTRICO, HIDROSSANITÁRIO E FERRAMENTAS	BÁSICO E ACABAMENTO	ELÉTRICO, HIDROSSANITÁRIO E FERRAMENTAS			
1	PORTO VELHO, EXTREMA	-	-	1.565.324,42	199.994,53	45.956,00	90.563,74	1.811.274,95
2	GUAJARA-MIRIM, NOVA MAMORÉ	-	-	-	-	-	-	-
3	ARIQUEMES, BURITIS, MACHADINHO D'OESTE	-	-	1.113.165,09	153.120,21	-	63.314,65	1.266.285,30
4	JARU, OURO PRETO DO OESTE, JI-PARANÁ, PRESIDENTE MÉDICI, ALVORADA DO OESTE	-	-	1.517.952,39	153.120,21	-	83.553,63	1.671.072,60
5	CACOAL, ESPIGÃO DO OESTE, PIMENTA BUENO, ROLIM DE MOURA, SANTA LUZIA D'OESTE, ALTA FLORESTA D'OESTE	-	-	1.214.361,91	153.120,21	-	68.374,10	1.367.482,12
6	SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ, SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ, COSTA MARQUES	-	-	303.590,47	87.497,86	-	19.554,41	391.088,33

7	VILHENA, COLORADO DO OESTE, CEREJEIRAS	-	-	1.214.361,91	153.120,21	-	68.374,10	1.367.482, 12
TOTAIS		-	-	R\$ 5.363.431,77	R\$ 899.973,23	R\$ 45.956,00	393.734,63	R\$ 7.874.685, 42

Considerando o disposto no Decreto Estadual nº 28.874/2024, que estabelece o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias entre a elaboração da pesquisa de mercado e a publicação do edital, e visando assegurar a compatibilidade com os valores praticados pelo mercado, justifica-se a adoção da Tabela SINAPI como referência para a composição dos preços, com a aplicação de descontos sobre os valores dessa tabela, pelos seguintes motivos:

Reconhecimento Legal e Técnico – O Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI), mantido em parceria entre o IBGE e a Caixa Econômica Federal, é amplamente reconhecido como parâmetro confiável para orçamentos públicos, conforme previsto na Lei Federal nº 14.133/2021 (Lei de Licitações) e em normativas estaduais.

Atualização Periódica e Base para Descontos – A tabela SINAPI é **ATUALIZADA MENSALMENTE**, garantindo a aderência aos valores de mercado. A aplicação de descontos sobre esses valores permitirá a competitividade e economicidade do processo licitatório, ajustando-se às condições reais de mercado e às estratégias comerciais dos licitantes.

A utilização do SINAPI como base para descontos assegura neutralidade e equidade, evitando distorções na cotação de insumos. Essa prática está em conformidade com o **Art. 51 do Decreto Estadual nº 28.874/2024**, que determina a realização de pesquisas de preços de forma ampla e fundamentada.

Conforme destacado, o orçamento atual foi elaborado com base em **QUANTITATIVOS** estimados a partir de registros anteriores (Ata de Registro de Preço nº 209/2023/SUPEL-RO), sendo inviável precisar o percentual de desconto aplicado naquela ocasião. Dessa forma, a tabela SINAPI, com a flexibilidade de descontos, serve como base técnica e competitiva, permitindo que o mercado apresente propostas vantajosas dentro de parâmetros seguros.

A adoção de um índice oficial como o SINAPI, com a possibilidade de descontos, reduz riscos de questionamentos, pois sua metodologia é consolidada e aceita pelos órgãos de controle. Além disso, atende ao § 3º do Art. 51 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, que exige justificativa clara para a escolha da fonte de pesquisa, garantindo que as propostas estejam dentro de um **padrão de referência confiável**.

A utilização da Tabela SINAPI como base para aplicação de descontos neste empreendimento atende plenamente aos requisitos legais, garantindo confiabilidade, atualidade, competitividade e **conformidade** com as melhores práticas de mercado. A estratégia assegura que os preços finais sejam adequados à realidade econômica, sem prejuízo da economicidade e transparência do processo licitatório.

A execução do objeto em municípios distintos implica em custos logísticos diferenciados (transporte, deslocamento de equipes, condições de acesso, etc.), impactando diretamente nos valores unitários.

Fatores locais, como disponibilidade de insumos, mão de obra especializada, exigências técnicas adaptadas à realidade de cada região ou exigências normativas municipais, podem demandar adequações nos custos.

A divisão em lotes permite otimizar recursos conforme a demanda de cada área, viabilizando a aplicação de valores proporcionais à complexidade ou ao volume de serviços/entregas em cada localidade.

Ressalta-se que a estruturação em lotes e a previsão de valores distintos por município atendem ao princípio da economicidade, garantindo maior precisão nos orçamentos e evitando sobrecustos ao erário.

O órgão consulente, no exercício de sua discricionariedade, optou por essa modelagem para assegurar a fiel execução do objeto, conforme as diretrizes do inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal e do art. 26 da Lei nº 14.133/2021 (LIC).

A Coordenadoria de Pesquisa e Análise de Preços, da Superintendência Estadual de Licitações (SUPEL), valida a pesquisa de preços realizada no Estudo Técnico Preliminar, a fim de verificar se a pesquisa observou os critérios e metodologias dispostas no Capítulo III, Seção II, da [Instrução Normativa n.º 01/2024/SUPEL-CPEAP](#).

PORTANTO, o valor global estimado a ser contratado anualmente é de R\$ 7.874.685,42 (sete milhões, oitocentos e setenta e quatro mil seiscentos e oitenta e cinco reais e quarenta e dois centavos).

da possibilidade de prevê preços diferentes

Referência ao Estudo Técnico Preliminar ([0058893610](#))

O setor de construção civil é altamente suscetível a variações de preço, influenciado por fatores como inflação, sazonalidade e mudanças na oferta e demanda de materiais. Isso torna difícil prever um preço fixo a longo prazo sem considerar a possibilidade de ajustes. Em cenários de instabilidade econômica, essa variação se torna ainda mais expressiva.

Nos contratos firmados por meio de registro de preços com vigência prolongada, a previsão de preços diferenciados configura-se como uma medida prudente e estratégica. Essa flexibilidade permite que os fornecedores mantenham a qualidade e a regularidade no fornecimento de materiais e serviços, sem incorrer em prejuízos decorrentes de desequilíbrios econômicos supervenientes. Ao mesmo tempo, o contratante resguarda-se contra a descontinuidade do fornecimento ou eventuais falhas na execução.

A justificativa para a adoção de mecanismos de reajuste ou previsão de preços diferentes fundamenta-se na necessidade de assegurar a continuidade do fornecimento com valores condizentes com a realidade de mercado. Isso evita tanto a subavaliação quanto a supervalorização dos contratos, promovendo maior equilíbrio e transparência nas relações contratuais.

A utilização da tabela SINAPI (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil) como referência para a formação de preços é prática consolidada na administração pública, conferindo maior confiabilidade aos valores praticados. No entanto, como essa tabela é atualizada periodicamente, podem surgir defasagens entre suas edições e os preços reais de mercado. Isso reforça a necessidade de ajustes, especialmente em contextos de alta volatilidade econômica.

A presente aquisição contempla materiais e serviços voltados à manutenção de bens imóveis, priorizando-se o maior percentual de desconto sobre os valores constantes na tabela SINAPI-RO vigente. Cabe destacar que os preços praticados durante a disputa refletem o percentual de desconto ofertado pelas empresas participantes, o que justifica a existência de preços distintos dentro do mesmo registro.

Dessa forma, a previsão de preços diferentes no âmbito do registro de preços, associada à divisão em lotes, é justificável e recomendável, especialmente em cenários de inflação elevada ou instabilidade no setor da construção civil. Essas práticas contribuem para a previsibilidade das contratações, a sustentabilidade financeira dos fornecedores e a eficiência da administração pública, assegurando a boa execução contratual e o atendimento ao interesse público.

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

Em conformidade os Arts. 42 e 118 Do Decreto Estadual n.º 28.874 de 25 de janeiro de 2024, nos casos dos procedimentos licitatórios para formação de registro de preços deverão indicar apenas o código do elemento de despesa correspondente.

Art. 42. O termo de referência é documento obrigatório para todos os processos licitatórios e contratações diretas destinados a aquisições de bens e contratação de serviços, inclusive serviços comuns de engenharia, quando possível, devendo os demais casos observar a obrigatoriedade de elaboração de projeto básico, excetuando-se a hipótese prevista no § 1º do artigo anterior devendo conter, no que couber, os seguintes parâmetros e elementos descritivos, dentre outros que se fizerem necessários:

(...)

XI - classificação orçamentária da despesa, exceto quando se tratar de processos para formação de registro de preços, os quais deverão indicar apenas o código do elemento de despesa correspondente;

(...)

Art. 118. Na licitação envolvendo o **SRP não é necessário realizar prévia reserva orçamentária**, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil para a assunção efetiva do compromisso.

§ 1º O disposto no caput não afasta a necessidade de indicação da dotação orçamentária que será utilizada para fazer face às despesas decorrentes de eventuais contratações.

§ 2º A ausência de previsão orçamentária, sem a configuração dos demais requisitos previstos no art. 125, não pode fundamentar a adoção do Sistema de Registro de Preços. (grifo nosso)

O referido objeto de contratação, tem a seguinte dotação orçamentária conforme quadro abaixo:

1.1 - Quadro de Dotação Orçamentária

Programa de Trabalho	Grupo de Programação Financeira	Fontes de Recurso	Unidade Gestora	Natureza de Despesa
26.122.1015.2935	330	1.500.0.00001 / 2.500.0.00001 / 1.501.0.00001 / 2.501.0.00001 / 1.899.0.00001 / 2.899.0.00001 / 1.720.0.00001	11025	33.90.30

CRITÉRIOS DO PAGAMENTO

O pagamento será realizado por meio de Ordem Bancária e depósito em conta bancária informada pela CONTRATADA, no prazo máximo de até 15 (quinze) dias, contados da entrega, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente certificada pela Comissão de Recebimento, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes;

As notas fiscais/faturas deverão ser emitidas em 2 (duas) vias e apresentadas à CONTRATANTE para certificação, devendo conter em seu corpo a descrição do objeto, a indicação do número da Ata de Registro de Preços e da conta bancária da Contratada. Caso haja Termo de Contrato, a Nota Fiscal deverá apresentar o número do instrumento contratual.

A(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s) deverá(ão), ainda, estar acompanhada(s), obrigatoriamente, das certidões que atestem a regularidade perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, ao recolhimento do FGTS e do INSS e aos Débitos Trabalhistas;

Em caso de atraso de pagamento, motivado exclusivamente pela Administração Contratante, o valor devido deverá ser acrescido de atualização monetária, a ser calculada entre a data limite para o pagamento e o efetivo adimplemento da parcela, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = N x VP x I, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da Parcela a ser paga

I = Índice de compensação financeira, assim apurado:

I = (TX/100)/365 I =

TX = Percentual atribuído ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA

Havendo erro ou irregularidade na Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à Contratada para as necessárias correções, com as informações que motivam sua rejeição, e o pagamento ficará pendente até que se providenciem as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou apresentação de novo documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE;

A Administração não pagará, sem que tenha autorização prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras, à exceção de determinações judiciais, devidamente protocoladas no órgão;

Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela contratada, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

No ato de liquidação da despesa, os serviços de contabilidade comunicarão aos órgãos da administração tributária as características da despesa e os valores pagos, conforme o disposto no [art. 146 da Lei n.º 14.133, de 1 de abril de 2021](#).

O pagamento será creditado em favor da empresa fornecedora por meio de ordem bancária, contra qualquer banco indicado na proposta, devendo para isto, ficar explicitado o nome, número da agência e o número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

A administração não pagará, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, seja ou não instituições financeiras, à exceção de determinações judiciais, devidamente protocoladas no órgão.

Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas ao fornecimento de bens, à execução de obras ou à prestação de serviços, conforme o disposto no [art. 145 da Lei n.º 14.133, de 1 de abril de 2021](#), com exceções explícitas no [art. 145, § 1º](#) da referida lei.

É condição para o pagamento do valor constante de cada Nota Fiscal, a apresentação dos seguintes documentos: a. Certificado de Regularidade com Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - [Consulta de Regularidade do Empregador](#); b. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - [Consulta de Regularidade TST](#); c. Certidão Negativa de Débitos Municipais; d. Certidão Negativa de Tributos Estaduais; e. Certidão Negativa de Débitos Federais - [Consulta de Regularidade Ministério da Fazenda](#);

No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal de Serviços/Fatura, serão os mesmos restituídos à adjudicatária para as correções necessárias, não respondendo os órgãos requisitantes, por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes

A contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

Caso se constate erro ou irregularidade de parcela pequena na Nota Fiscal, a ADMINISTRAÇÃO, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções, ou aceitá-las, com a glosa da parte que considerar indevida.

Serão aceitas certidões positivas, desde que com efeito negativo, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA:

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, utilizando do procedimento de **SISTEMA DE REGISTRO PREÇOS**, com adoção do critério de julgamento pelo **MAIOR DESCONTO**, sobre o percentual unitário em relação aos preços oficiais da Tabela SINAPI.

Para o presente procedimento, o modo de disputa será o **ABERTO**, nas disposições presentes no inciso I, do art. 56 da Lei Federal 14.133, de 2021.

As propostas serão julgadas pelo **MAIOR DESCONTO, sobre a tabela de preços praticada no mercado**, o percentual, atrelado à Tabela SINAPI, onde consta no Estudo Técnico Preliminar ([0058893610](#)) as devidas justificativas para escolha do julgamento.

Caberá ao pregoeiro diligenciar, se, no curso da licitação, depreender indício de que o levantamento prévio de preços padece de fragilidade, a exemplo da disparidade entre o preço inicialmente previsto e o preço ofertado pelos participantes.

Na proposta de preços a ser apresentada, deverá constar:

As propostas terão validade de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação;

O preço unitário e total, expressos em moeda corrente nacional, nele incluídas todas as despesas com a confecção, impostos, taxas, seguro, frete e serviços, depreciação, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente venham ocorrer;

Conter os preços unitários em algarismos arábicos, com no máximo duas casas decimais;

Preço total expresso em algarismos arábicos e por extenso, em moeda corrente Nacional; e

Indicar em sua Proposta de Preços - CNPJ e os Dados Bancários (Banco, Agência e Conta Corrente), onde serão creditados os respectivos pagamentos, caso seja vencedora do certame.

EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO: Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

HABILITAÇÃO JURÍDICA

No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/>, podendo ser substituída por outro documento que comprove o atual enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, tendo em vista a desburocratização e simplificação da função administrativa do Estado;

No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização, e se for o caso, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

No caso de cooperativa: Ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei n.º 5.764, de 16 de dezembro de 1971;

No caso de consórcio de empresas: A comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, além da indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;

Os documentos acima deverão estar acompanhados da última alteração ou da consolidação respectiva, e devem comprovar compatibilidade entre o objeto social/atividade comercial das empresas licitantes e o objeto do certame.

As empresas licitantes devem apresentar documento de identificação do (s) sócio (s) (RG/CNH/outro). Cópia da Procuração, quando houver;

HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

Regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

Regularidade perante a Justiça do Trabalho;

Declaração de cumprimento do disposto no [inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal](#).

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA

a) **Certidão Negativa de feitos sobre falência** – Lei n.º 11.101/05, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, expedida nos últimos **90 (noventa)** dias caso não conste o prazo de validade.

b) **Balanco patrimonial**, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

b.1) índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) igual ou superiores a 1 (um);

b.1.1.) Para comprovação da boa situação financeira da licitante através do cumprimento dos índices supramencionados, resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, nos valores indicados:

$$\text{LG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \text{ igual ou superior a } 1$$

$$\text{SG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \text{ igual ou superior a } 1$$

$$\text{LC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \text{ igual ou superior a } 1$$

b.2.) Capital mínimo ou Patrimônio Líquido correspondente a **10% (dez por cento) do Valor Estimado do Lote**, visando garantir que as empresas participantes dos processos licitatórios tenham recursos financeiros adequados para cumprir as obrigações contratuais, conforme exposto no Estudo Técnico Preliminar ([0058893610](#)), onde:

b.2.1) Considerando o disposto na Nota Técnica no 1/2024/CGE-RELACAOINTERIST, que orienta a reserva do valor estimado do lote, essa margem se faz necessária para garantir a flexibilidade financeira

frente a imprevistos e variações no mercado, especialmente para itens que compõem o orçamento público, que estão sujeitos a flutuações e à inflação do setor de construção civil.

b.2.2) A aplicação desse percentual visa assegurar a cobertura de variações inesperadas nos custos dos insumos e materiais relacionados à construção civil, bem como em relação aos serviços associados, alinhando-se à necessidade de previsibilidade orçamentária e à eficiência na execução do contrato. Esse valor adicional serve como uma medida de prudência para absorver possíveis ajustes financeiros, evitando atrasos ou interrupções na execução do objeto do contrato devido a eventuais insuficiências orçamentárias.

b.2.3) Além disso, o valor reservado contribui para que as contratações possam absorver adequadamente aumentos de custo decorrentes de fatores externos, tais como oscilações cambiais e variações nas tabelas de preços oficiais, como a SINAPI, que refletem as condições de mercado.

b.2.4) Capital mínimo ou Patrimônio Líquido correspondente a 10% (cinco por cento) do valor estimado da contratação.

b.2.5) As exigências de qualificação econômico-financeira encartadas acima estão em harmonia com o que prevê no art. 69, § 4º da Lei 14.133/2021 **será exigido a comprovação dos 10% do capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo é necessária para garantir que as empresas participantes dos processos licitatórios tenham recursos financeiros adequados para cumprir as obrigações contratuais. Isso reduz os riscos de inadimplência, promove a competição justa entre os licitantes e aumenta a transparência e a credibilidade do processo licitatório. Essa exigência é essencial para assegurar a solidez financeira das empresas contratadas e proteger os interesses da administração pública. (grifo nosso)** Portanto é necessário, para garantir que a (s) vencedora (as) detenha (am) condições econômicas para executar o futuro contrato.

b.3.) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, devidamente autenticado ou registrado no órgão competente para que o(a) pregoeiro(a) possa aferir se esta possui Patrimônio Líquido (licitantes constituídos há mais de um ano) ou Capital Social (licitantes constituídos há menos de um ano), de 10% (dez por cento) do valor estimado do item/lote que o licitante estiver participando.

b.4.) Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

b.5.) O atendimento dos índices econômicos previstos deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

b.6) No caso do licitante classificado em mais de um item/lote, o aferimento do cumprimento da disposição acima levará em consideração a soma de todos os valores referencias;

b.7) Caso seja constatada a insuficiência de patrimônio líquido ou capital social para a integralidade dos itens/lotos em que o licitante estiver classificado, o Pregoeiro o convocará para que decida sobre a desistência do(s) item(ns)/lote(s) até o devido enquadramento a regra acima disposta;

Observação: As regras descritas nos itens b.6 e b.7 deverão ser observadas em caso de ulterior classificação de licitante que já se consagrou classificado em outro item(s)/lote(s).

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA: As exigências se darão na forma do Art. 67 da Lei n.º 14.133/21, e deverão ser apresentados atestados e/ou notas fiscais da seguinte forma:

Atestado de Capacidade Técnica (Declaração ou Certidão), Notas Fiscais e/ou outros documentos fiscais, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado comprovando o desempenho da licitante em fornecimento de materiais/produtos pertinentes e compatíveis em **características e quantidade**, conforme detalhamento abaixo:

A comprovação de compatibilidade em **CARACTERÍSTICA** se dará por meio da apresentação de atestado de capacidade técnica que evidencie que o participante já forneceu material compatível com o objeto.

A comprovação de **QUANTIDADE** se dará por meio da apresentação de atestado de capacidade técnica, que evidencie que o licitante já forneceu material compatível com o objeto a partir do percentual mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado do grupo do qual estiver participando.

Para os grupos 01, 02, 03, 04, 05, 06 - Apresentar documento comprobatório, em sua individualidade ou soma de atestados, **compatível em características e quantidade**, com o fornecimento de material de construção enquadrados na **categoria BÁSICO e ACABAMENTO**, como exemplo: cimento, areia, brita, tinta. A quantidade deverá ser comprovada a partir do percentual mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado individual para cada um dos grupos mencionados;

Para os grupos 07, 08, 09, 10, 11, 12 - Apresentar documento comprobatório, em sua individualidade ou soma de atestados, **compatível em características e quantidade** com o fornecimento de material de construção enquadrados na **categoria MATERIAL ELÉTRICO, HIDROSSANITÁRIO E FERRAMENTAS**, como exemplo: cabos, disjuntores e pontos elétricos; tubos, conexões e peças de utilização hidráulicas e sanitárias; martelo, esquadro, régua de pedreiro, desempenadeira. A quantidade deverá ser comprovada a partir do percentual mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado individual para cada um dos grupos mencionados; e

Para o grupos 13 - Apresentar documento comprobatório, em sua individualidade ou soma de atestados, em sua individualidade ou soma de atestados, **compatível em características e quantidade** com o fornecimento de material de construção enquadrados na **categoria CABEAMENTO ESTRUTURADO/LÓGICO**, como exemplo: cabos, tubos, conectores e tomadas de rede lógica. A quantidade deverá ser comprovada a partir do percentual mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado individual para cada um dos grupos mencionados.

Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional na linha de serviços e materiais dessa licitação em plena validade;

Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

A Administração disponibilizara data e horário diferentes para os eventuais interessados realizarem a visita aos locais, sendo proibida, portanto, visitas conjuntas. Caso opte por não realizar a vistoria, o responsável técnico do licitante assinará declaração formal acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridade da contratação;

O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos;

A Administração, por meio da Comissão ou servidor(es) designado(s), poderá, ainda, caso haja necessidade, diligenciar para certificação da veracidade das informações acima, ou quaisquer outras prestadas pela empresa licitante durante o certame, sujeitando o emissor as penalidades previstas em lei caso haja ateste informações inverídicas.

Obs.: A exigência de comprovação da execução de objeto similar correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado do grupo fundamenta-se no princípio da segurança da execução contratual, em conformidade com o art. 67 da Lei n.º 14.133, de 1 de abril de 2021 e o inciso XVI do art. 42 do Decreto n.º 28.874, de 25 de janeiro de 2024.

Tal exigência visa assegurar a participação de empresas com experiência comprovada, garantindo a adequada execução do contrato e mitigando riscos operacionais, conforme diretrizes de planejamento e gestão de riscos estabelecidas no art. 36 do Decreto n.º 28.874, de 25 de janeiro de 2024. O percentual

adotado é proporcional à complexidade e ao porte do objeto licitado, assegurando a competitividade sem comprometer a execução contratual.

OUTROS DOCUMENTOS

Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

Declaração de que atendem aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social e aprendiz, previstas em lei e em outras normas específicas;

Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

O Contratante não se responsabilizará por qualquer dano ou prejuízo que venha a ocorrer ao material abandonado em suas dependências, podendo dar-lhe a destinação que julgar conveniente, após ter decorrido 30 (trinta) dias de abandono;

Registrar os defeitos, as falhas e as imperfeições detectadas e comunicar à Contratada; e

Elaborar Instrução Geral de Quadros de Capacitação para os servidores que atuarão como Gestores e Fiscais dos Contratos de seus respectivos grupos;

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas nos instrumentos convocatórios.

Não utilizar de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do que dispõe o artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal.

Responsabilizar-se pela fiel execução do objeto.

Entregar o objeto de acordo com as especificações constantes na proposta de preços, no prazo e local indicados na mesma.

Comunicar ao órgão Contratante qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação da licitação;

Deverá satisfazer às especificações em vigor, responsabilizando-se pela troca, em caso de anormalidade, desde que comprometa o uso do produto em questão, independentemente do motivo alegado, conforme parecer do servidor encarregado do recebimento.

No caso de conserto, a garantia deve ser realizada por Assistência Técnica Autorizada, indicada pelo fabricante na documentação oficial apresentada pelo licitante durante o respectivo processo.

Caso essa Assistência Técnica Autorizada esteja impossibilitada de cumprir tal função, a garantia deverá ser executada por outra Assistência Técnica Autorizada, que também deverá ser indicada pelo fabricante, ou pelo próprio fabricante do material/equipamento.

Os materiais ofertados nas propostas de licitação deverão estar em total conformidade com as normas da ABNT e do INMETRO, dentre outros, no que couber, inclusive no que se refere aos prazos de fabricação dos referidos materiais, marca, modelo, etc.

O uso de material improvisado em substituição ao especificado é estritamente proibido, e quaisquer adaptações que comprometam a qualidade do serviço não serão toleradas.

Materiais que não estejam de acordo com as especificações contidas na requisição serão recusados, e fica a critério da Contratante a elaboração de um relatório para registrar a recusa do insumo. A Contratada será formalmente comunicada sobre os materiais recusados deverá providenciar sua retirada no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

A entrega dos objetos deverá ser realizada no balcão indicado pelo fornecedor, em cada uma das localidades apontadas nos lotes. Exceto para os insumos que tiverem contemplado em seu valor unitário os custos de entrega, caso em que o fornecedor deverá providenciar a entrega nas dependências da unidade beneficiada.

Materiais retirados na jazida, sem inclusão de transporte, devem ser verificados no mercado para avaliar se o valor registrado pela SINAPI é equivalente ao valor do insumo com entrega. Caso não haja conformidade, recomenda-se empregar o método de cálculo de transporte adotado pelo Departamento de Estradas e Rodagens - DER.

Realizar cadastro no sistema SEI, bem como manter suas informações atualizadas até o término de suas obrigações.

A Contratada é responsável pela segurança do transporte dos materiais até o local da entrega, somente se desincumbindo desse ônus com o recebimento provisório dos materiais.

Antes da assinatura do contrato, a contratada deverá informar o nome do seu representante, caso utilize de instrumento de procuração para representar a empresa.

Prestar à CONTRATANTE qualquer informação sobre o objeto a ser adquirido, sobretudo qualquer dificuldade encontrada na entrega do objeto.

Indicar e manter, durante o cumprimento do contrato, funcionário da empresa com poderes para resolver quaisquer adversidades referentes a obrigações contratuais para atuar como preposto, mantendo atualizado o seu telefone de contato.

O início da prestação dos materiais/serviços (**FORNECIMENTO**) pela empresa contratada deverá ocorrer após a publicação da ata de registro de preços no DOE.

Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, as obrigações decorrentes do contrato.

A Contratada é responsável por cumprir todas as obrigações estabelecidas no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo exclusivamente os riscos e despesas relacionados à execução adequada do objeto contratado. Isso inclui garantir a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme as especificações, prazos e localidades definidos no Termo de Referência e seus anexos, acompanhada da respectiva nota fiscal, na qual devem constar informações como marca, valor, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade.

A Contratada deve se responsabilizar pelos vícios e danos decorrentes do objeto, conforme previsto nos artigos 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990). Em caso de avarias ou defeitos, deve substituir, reparar ou corrigir o objeto, às suas próprias custas, dentro do prazo.

Realizar testes e reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, as partes do objeto desta licitação em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar da notificação para tal.

É importante ressaltar que a execução da garantia, incluindo a substituição de material/equipamento ou conserto, não acarretará, em nenhuma circunstância, ônus para a CONTRATANTE. Além disso, a CONTRATADA deve estender à CONTRATANTE o mesmo prazo de garantia concedido pelo fabricante do material/equipamento, quando este for superior ao estabelecido na Lei nº 8.078/90.

A Contratada deve comunicar à Contratante, com a devida comprovação, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas antes da data de entrega, qualquer motivo que impossibilite o cumprimento do prazo previsto.

Assumir total responsabilidade por quaisquer perdas e danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão, intencional ou negligente, sem prejuízo de outras penalidades contratuais ou legais aplicáveis, danos pessoais ou materiais ao patrimônio público ou privado, bem como danos ambientais ocasionados por seus funcionários ou equipamentos durante a execução;

As especificações dos bens entregues devem ser lançadas na Nota Fiscal de forma idêntica às aquelas constantes na requisição fornecida pelo fiscal do contrato.

Durante toda a execução do contrato, a Contratada deve manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, além de indicar um preposto para representá-la. A Contratada é responsável por qualquer dano causado à Administração, a terceiros ou ao meio ambiente durante o fornecimento do objeto da licitação, não podendo alegar que a Administração realizou a fiscalização como motivo para excluir sua responsabilidade.

Todos os custos decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, incluindo tributos e despesas com frete, devem ser arcados pela Contratada, sem ônus para a Contratante, e os pagamentos devem ser efetuados conforme previsto em lei.

A Contratada deve cumprir toda a legislação ambiental, de trânsito, trabalhista e de Segurança do Trabalho pertinentes à exploração, transporte, carga e descarga dos materiais licitados.

É de responsabilidade da contratada elaborar e implementar os Planos de Prevenção de Acidentes, Manejo Ambiental, Gerenciamento de Resíduos, Controle Médico de Saúde Ocupacional, Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria de Construção, assim como todos os planos e programas relacionados à atividade exercida.

A Contratada é responsável por promover a destinação final ambientalmente adequada dos resíduos, conforme exigido pela legislação.

Na aquisição de materiais conforme a Tabela SINAPI, a Contratada deve adotar critérios de sustentabilidade ambiental, conforme orienta o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e a Lei 14.133/2021. A Contratada deverá assegurar práticas sustentáveis ao longo de todo o processo produtivo, abrangendo desde a extração de matérias-primas até o fornecimento final dos produtos, bem como demais normativas e políticas públicas voltadas para a redução de impactos ambientais e promoção do consumo sustentável.

Em relação ao Desenvolvimento Nacional Sustentável, apresentamos alguns pontos a ser seguidos:

Tecnologia de aplicação eficiente: Equipamentos modernos de aplicação dos materiais, como equipamentos elétricos, que promovam eficiência energética (como lâmpadas LED e sensores de presença). Para materiais hidrossanitários, a preferência é por equipamentos que permitam economia de água, como torneiras com redutores de vazão e válvulas de descarga de baixo consumo.

Reciclagem e disposição adequada: Práticas de trabalho sustentáveis, como a reciclagem de uso de materiais recicláveis e reciclados na construção civil, como tubos e conexões de PVC reciclado, metais ou outros componentes que possam ser reutilizados ou reciclados ao final de sua vida útil.

Alternativas de baixo COVs: Para produtos que envolvem processos químicos, como tintas e acabamentos, deve-se dar preferência aos que emitam menos compostos orgânicos voláteis (COVs) ou poluentes tóxicos.

A Contratada deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 3º e 10º da Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e Instrução Normativa SLTI/MPOG n.º 1, de 19/01/2010.

A Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, deve ser observada no que tange ao uso de substâncias químicas e práticas produtivas que possam gerar impactos negativos ao meio ambiente. As empresas fornecedoras devem adotar processos que garantam a gestão adequada de resíduos, reduzam a emissão de poluentes e conservem os recursos naturais.

A responsabilidade pela conformidade com as normas ambientais vigentes recai sobre a empresa contratada, que deverá garantir que todos os materiais adquiridos sigam padrões sustentáveis, sem causar degradação ao meio ambiente. Dessa forma, o processo de aquisição de materiais da Tabela SINAPI deverá promover a proteção do meio ambiente e incentivar práticas produtivas que contribuam para o desenvolvimento sustentável.

A contratada deve cumprir os critérios de aceitabilidade: Devem estar em conformidade com normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), como resistência e durabilidade.; Preços e especificações devem seguir a Tabela SINAPI para garantir a adequação econômica e técnica.; Materiais devem ser uniformes em textura, cor e acabamento, além de não apresentarem defeitos visíveis (trincas, quebras, etc.); Devem atender a requisitos de resistência mecânica (compressão, peso e impacto); Devem atender às normas ABNT e SINAPI, com foco em resistência, uniformidade e durabilidade; Precisam de conformidade com normas como NBR 5410, certificação INMETRO, e segurança no isolamento para evitar acidentes; e Devem seguir normas ABNT e apresentar estanqueidade e resistência à corrosão, além de certificação para água potável.

Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

A contratada de cumprir as exigências reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, previstas em lei e em outras normas específicas

do instrumento contratual, aditivos e supressões

O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da publicação do extrato no Diário Oficial do Estado (DIOF).

O adjudicatário terá o **prazo de 05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para formalizar a assinatura do Termo Contratual, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Termo de Referência.

Como condição para celebração do Instrumento Contratual, a empresa deverá manter as mesmas condições de habilitação exigidas neste instrumento, devendo comunicar ao órgão Contratante, imediatamente, a alteração que possa comprometer a execução do objeto contratado.

Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 desta Lei N.º14.133/2021, o contratado será obrigado a aceitar, **nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento)** do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

As alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 desta Lei não poderão transfigurar o objeto da contratação.

Fica vedada a celebração de termos aditivos a este contrato, exceto se verificada uma das seguintes hipóteses, conforme Art. 133 da Lei n.º 14.133/2021.

DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DOS CONTRATOS

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos Arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contados a partir da data de apresentação da proposta comercial.

Após o interregno de um ano, a contratante deverá apresentar requerimento expresso para reajuste dos preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, **do índice IPCA**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

A escolha do índice fora justificada no Estudo Técnico Preliminar ([0058893610](#)), no subitem 5.58.1.

IPCA como índice de reajuste de preços é justificada por sua ampla aceitação e reconhecimento, abrangência e representatividade, transparência e facilidade de acesso, consistência e confiabilidade, conformidade com práticas de mercado, reflexão das condições econômicas e base legal e normativa. Estas razões asseguram que o reajuste de preços seja justo, transparente e alinhado com as melhores práticas de mercado e regulamentações vigentes. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo;

Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo;

Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor;

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo;

Para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato, de acordo com a alínea d, inciso II, do Art. 124 Lei nº 14.133, de 2021;

O pedido de reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser apresentado pela contratada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do fato gerador de seu direito (art. 151, Decreto Estadual nº 28.874/2024);

Os pedidos de **reajustamento em sentido estrito, repactuação e revisão**, além da documentação específica relativa ao requerimento elencada nos artigos 154 a 163, deverão ser instruídos conforme previsto no artigo 152 do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

O prazo de resposta ao pedido do equilíbrio econômico-financeiro se dará em até 60 (sessenta) dias.

RISCOS E IMPACTOS AMBIENTAIS MEDIDAS MITIGADORAS

Considerando a complexidade e os detalhamentos que envolvem as contratações públicas, conforme estabelecido pelo Decreto Estadual nº 28.874/24, a decisão de restringir a participação em licitações para a aquisição de materiais de construção civil, tais como materiais básicos e de acabamento, materiais elétricos, hidrossanitários, ferramentas e cabeamento estruturado/lógico, está fundamentada em diversas razões estratégicas. Essas medidas visam garantir a eficiência, transparência e execução eficaz dos contratos relacionados à aquisição de insumos essenciais para obras e manutenções públicas.

Ao restringir a participação a empresas, é possível implementar critérios mais rigorosos que assegurem a concorrência entre organizações com experiência comprovada e recursos adequados para o fornecimento desses materiais especializados. Isso garante que os insumos necessários sejam entregues com a qualidade exigida, dentro dos prazos e conforme as necessidades técnicas das obras.

Empresas fornecedoras de materiais de construção estão sujeitas a obrigações fiscais, trabalhistas e de controle de qualidade bem estabelecidas, facilitando a fiscalização por parte do Estado. Isso assegura que os insumos, como cabos estruturados, ferramentas e materiais elétricos, sejam fornecidos conforme as especificações contratuais e com as devidas garantias.

A contratação de empresas especializadas permite a criação de estoques de segurança, garantindo o fornecimento contínuo de materiais, especialmente em casos de interrupções na cadeia de suprimentos, como atrasos na entrega de insumos elétricos ou hidrossanitários. Isso é crucial para evitar que obras ou manutenções sejam paralisadas pela falta de materiais.

Empresas com experiência na distribuição de insumos para construção civil possuem sistemas de gestão de inventário que monitoram os níveis de materiais com precisão, evitando tanto a escassez quanto o acúmulo excessivo de produtos como cimento, cabos e ferramentas. Essa gestão otimiza os recursos, garantindo o uso eficiente dos insumos e evitando desperdícios.

Fornecedores qualificados possuem as condições ideais para o armazenamento e manuseio dos insumos de construção civil, como materiais de acabamento e ferramentas, garantindo a preservação da qualidade até o momento da sua utilização. Isso minimiza perdas por deterioração e assegura que os materiais estejam em condições adequadas para uso nas obras.

Limitar a participação a empresas formalmente constituídas e experientes no fornecimento de materiais de construção civil mitiga riscos jurídicos, como litígios ou inadimplência. O processo licitatório com fornecedores especializados garante maior proteção ao Estado, assegurando que a entrega e a qualidade dos materiais contratados sejam rigorosamente cumpridas.

Essas razões asseguram que o processo de aquisição de insumos para construção civil ocorra de forma eficiente, transparente e responsável, resultando em contratações mais seguras e na entrega de materiais que atendam plenamente às necessidades dos projetos públicos.

MATRIZ DE RISCO

A matriz de risco que consta citada no item 23 do Estudo Técnico Preliminar ([0058893610](#)), tem como objetivo definir as áreas de exposição da execução do objeto, advindas de eventos supervenientes à contratação. Dado este relevante, para a identificação, prevenção e respectivas responsabilidades pela eventual ocorrência, bem como para apresentação das propostas pelas licitantes.

Constituem riscos a serem suportados pelo CONTRATANTE em conformidade com a matriz de risco:

Mudanças Climáticas;

Não conformidade com critérios de sustentabilidade;

Aumento de custos devido à utilização de materiais não sustentáveis; e

Rejeição pública devido à falta de práticas sustentáveis.

Constituem riscos a serem suportados pela CONTRATADA em conformidade com a matriz de risco:

Disponibilidade de Fornecedores;

Qualidade dos Materiais;

Atrasos na Entrega;

Danos durante o Transporte;

Crédito - Inadimplência ou atraso de pagamento pela contratante;

Impacto ambiental negativo devido ao uso de materiais poluentes; e

Escassez de materiais sustentáveis disponíveis no mercado.

Constituem riscos a serem COMPARTILHADOS pelas partes, em conformidade com a matriz risco:

Mudanças na Regulamentação;

Flutuações de Preços; e

Reequilíbrio Contratual.

A contratada deverá ter pleno conhecimento, quando da participação do processo licitatório, da natureza e extensão dos riscos por ela assumidos, e garantindo ter levado tais riscos em consideração quando na formulação de sua proposta.

A Contratada somente poderá solicitar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro ou aditivo de prazo nas hipóteses excluídas de sua responsabilidade na matriz de risco.

Os casos omissos na matriz de riscos serão objeto de análise apurada e criteriosa, lastreada em elementos técnicos, por intermédio de processo administrativo para apurar o caso concreto.

A referida matriz de riscos é parte integrante do contrato, pois tais obrigações são de resultado e devidamente delimitadas no instrumento convocatório.

MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

A Contratante poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

A Contratada deverá manter um Preposto, aceito pela Administração, para representá-lo na execução do contrato.

A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

A fiscalização não exclui, nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com os [arts. 119 e 120 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021](#).

FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Será designado para a função de fiscal de contrato servidor com experiência e conhecimento na área relativa ao objeto contratado, designado para auxiliar o gestor do contrato quanto à fiscalização dos aspectos administrativos e técnicos do contrato, cabendo-lhe, dentre outras atribuições inerentes às funções expostas no Decreto Estadual n.º 28.874/2024, na seção VIII, Capítulo I;

comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual

GESTÃO DO CONTRATO

As atividades de Gestão e Fiscalização deverão ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática e exercidas por agentes públicos, por equipe de fiscalização ou por agente público único, de acordo com a complexidade da contratação, assegurada a distinção das atividades (artigo 19, Decreto Estadual n.º 28.874/2024)

O gestor do contrato tem como função administrar o contrato até o término de sua vigência, desempenhando as atribuições administrativas que são inerentes ao controle individualizado de cada contrato, que cabe a ele seguir as funções expostas no artigo 20, do Decreto Estadual n.º 28.874/2024.

Caberá ao FISCAL TÉCNICO e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, as atividades listadas no art. 23 do Decreto Estadual n. 28.874, de 2024.

O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

Caberá ao FISCAL ADMINISTRATIVO e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, as atividades listadas no art. 24 do Decreto Estadual n. 28.874, de 2024.

Além disso, o fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

Os relatórios elaborados pela fiscalização do contrato administrativo deverão abordar, no que couber, o pontos elencados no art. 25 do Decreto Estadual n. 28.874, de 2024.

Caso a execução do contrato ocorra em setores distintos ou em unidades descentralizadas, **será designado FISCAIS SETORIAIS nos locais**, de modo que haja acompanhamento na execução nos aspectos técnicos ou administrativos, conforme previsão do §1º e §2º, do art. 19 do Decreto Estadual n. 28.874, de 2024.

garantia contratual

Referencia ao Estudo Técnico Preliminar ([0058893610](#))

Conforme previsto no Inciso XXII, Art. 42 do Decreto n.º 28.874/24, a exigência de garantia contratual deve considerar as especificidades do objeto e o risco associado à sua execução. No presente caso, considerando a natureza do objeto do contrato e o baixo risco de inadimplemento, entende-se que a exigência de **GARANTIA CONTRATUAL SE MOSTRA DESNECESSÁRIA**.

Além disso, a não exigência da garantia visa evitar onerar o contratado de forma desproporcional, o que poderia impactar negativamente a economicidade do contrato e os preços ofertados. A administração entende que o acompanhamento e a fiscalização da execução contratual, aliados à robustez das cláusulas de penalidades, são suficientes para mitigar eventuais riscos de descumprimento das obrigações.

Portanto, por entender que a dispensa da garantia contratual não compromete os interesses da administração e que os riscos são adequadamente controlados, propõe-se a sua não exigência neste contrato.

das infrações e SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Conforme o [Art. 155 da Lei 14.133/21](#), a empresa participante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

dar causa à inexecução parcial do contrato;

dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

dar causa à inexecução total do contrato;

deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

praticar ato lesivo previsto no art. 5º da [Lei nº 12.846](#), de 1º de agosto de 2013.

No caso de algumas das infrações listadas acima, serão aplicadas ao responsável as seguintes sanções:

advertência;

multa;

impedimento de licitar e contratar;

declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Pela inexecução total ou parcial do objeto, o DER/RO poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa contratada as seguintes sanções:

Advertência, que será aplicada por meio de notificação, estabelecendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que a empresa contratada apresente justificativas para o atraso, que só serão aceitas mediante crivo da Administração;

Multa moratória correspondente a **0,5% (cinco décimos por cento)** sobre o valor total do contrato, por dia de atraso no cumprimento das obrigações assumidas, até a data do efetivo adimplemento, observado o limite de 10 (dez) dias corridos, após o qual será caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato ou instrumento equivalente, conforme o caso;

A multa moratória será aplicada a partir do 1º dia útil da inadimplência, contado da data definida para o regular cumprimento da obrigação;

Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre a parte inadimplida, por dia de atraso na assinatura do instrumento contratual ou no recebimento da Ordem de Fornecimento ou da Nota de Empenho, observado o limite de 10 (dez) dias corridos, após o qual será caracterizada a inexecução total do contrato ou instrumento equivalente, salvo no caso de justificativa aceita pela Administração;

Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa injustificada em assinar o instrumento contratual, em aceitar ou retirar o instrumento equivalente (nota de empenho), ou em receber a Ordem de Fornecimento, caso em que será caracterizada a inexecução total do objeto não prestado, salvo no caso de justificativa aceita pela Administração;

Multa de 10% (dez por cento) sobre a parte inadimplida, no caso de inexecução parcial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados ao DER/RO e/ou ao Estado de Rondônia pela execução parcial do contrato;

Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de sua inexecução total, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados ao DER/RO e/ou ao Estado de Rondônia;

Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, pela recusa injustificada na substituição de equipamentos ou serviço em desacordo com o contrato no prazo estabelecido neste Termo de Referência;

Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor total do contrato, **por dia de atraso na substituição do material defeituoso**, observado o limite de 10 (dez) dias corridos, após o qual será considerada a inexecução parcial do contrato, salvo em caso de justificativa aceita pela administração;

Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, com percentuais de multa, sobre a parte inadimplida do contrato, conforme a tabela a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	GRAU	MULTA (*)
01	Executar a entrega incompleta, paliativo substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar; por ocorrência.	02	0,4% por dia
02	Recusar-se a executar as determinações feitas pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado; por ocorrência.	04	1,6% por dia

03	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, a prestação do serviço contratado.	05	3,2% por dia
04	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes; por ocorrência.	05	3,2% por dia
05	Permitir situação que crie a possibilidade ou cause danos físico, lesão corporal ou consequências letais; por ocorrência.	06	4,0% por dia
06	Inexecução parcial ou total do contrato.	10	10 %
Para os itens a seguir, deixar de:			
07	Manter a documentação de habilitação atualizada; por item, por ocorrência.	01	0,2% por dia
08	Iniciar a entrega nos prazos estabelecidos, observados os limites mínimos estabelecidos por este Contrato; por item, por ocorrência.	02	0,2% por dia
09	Ressarcir o órgão por eventuais danos causados por sua culpa;	02	0,4% por dia
10	Cumprir quaisquer dos itens do Termo de Referência e seus anexos, mesmo que não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	03	0,8% por dia
11	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO, por ocorrência.	03	0,8% por dia

(*) Incide sobre a parte inadimplida.

As sanções previstas nos incisos I, III e IV do **subitem 25.2.** poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do mesmo **subitem**.

As multas eventualmente impostas à Contratada serão descontadas dos pagamentos a que fizer jus, acrescidas de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

Aplicação de juros sobre o atraso no pagamento das multas, em casos em que não houver saldo suficiente para glosa dos valores, devendo ser calculada após a decisão do Gestor Público.

As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Cadastro Estadual de Fornecedores Impedidos de Licitar (CAGEFIMP), e a caso de suspensão de licitar, a empresa contratada deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas das demais cominações legais.

A licitante, adjudicatária ou contratada que cometer as infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI e XII, do artigo 155, da Lei nº 14.133, de 2021, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado, conforme disposições dos § 4º e §5º o art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

No caso de aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do subitem 25.2., a mesma deverão ser precedidas de processo administrativo conforme diretrizes presentes no art. 186 do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Após a fase de lances, as empresas pela ordem de classificação do sistema, serão convocadas a apresentar proposta de preços ajustada ao último lance ofertado, bem como as planilhas de custos de formação de preços detalhando os custos, despesas e lucro dos seus respectivos itens, conforme modelo em ANEXO C-1, C-2 e C3 deste Termo de Referência.

A planilha de composição de custos e formação de preços, destina-se tão somente à eventual necessidade de reajuste contratual.

A planilha é modelo/exemplo, podendo a empresa, sendo o caso, realizar adequações necessárias que se encaixem com sua realidade.

DA VIGÊNCIA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, conforme art. 84 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, contado a partir da publicação no Diário Oficial do Estado.

Poderá ser prorrogado, por período de 1 (um) ano, desde que comprovado o as seguintes condições:

- a) o preço seja comprovadamente mais vantajoso, conforme art. 84 da Lei Federal n.º 14.133/2021;
- b) a possibilidade de renovação seja tratada na fase de planejamento da contratação (ETP);
- c) haja previsão expressa no edital e na ata de registro de preços;
- d) a prorrogação da ata de registro de preços ocorra dentro do prazo de sua vigência;

DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL, será o órgão responsável pelos atos de administração, controle e gerenciamento da Ata de Registro de Preços.

da intenção de registro de preços

A Intenção de Registro de Preços (IRP) tem como finalidade permitir à Administração tornar pública suas intenções de realizar Pregão ou Concorrência para Registro de Preços, com a participação de outros órgãos governamentais que tenham interesse em contratar o mesmo objeto, possibilitando auferir melhores preços por meio de economia de escala.

Insta esclarecer que, conforme previsto no Decreto Estadual nº 28.874/2024 em seu § 1º, art. 117 que versa sobre a publicação de intenção de registro de preços, deverá descrever o objeto pretendido com clareza suficiente para a compreensão dos potenciais interessados

Art. 117. Compete ao órgão gerenciador providenciar, previamente à publicação do edital, a publicação de intenção de registro de preços como forma de divulgar formalmente a pretensão de realização do certame com a adoção do SRP para possíveis órgãos ou entidades interessadas.

§ 1º A publicação da intenção de registro de preços deverá descrever o objeto pretendido com clareza suficiente para a compreensão dos potenciais interessados.

De acordo com o art. 86 da Lei nº 14.133/2021, que regulamenta a Intenção de Registro de Preços, o órgão ou entidade gerenciadora deverá, na fase preparatória do processo licitatório, para fins de registro de preços, realizar procedimento público de intenção de registro de preços para, nos termos de regulamento, possibilitar, pelo prazo mínimo de 8 (oito) dias úteis, a participação de outros órgãos ou entidades na respectiva ata e determinar a estimativa total de quantidades da contratação.

O órgão participante será responsável pela manifestação de interesse em participar do registro de preços, providenciando o encaminhamento ao órgão gerenciador de sua respectiva requisição de objeto, adequada ao registro de preço do qual pretende fazer parte, devendo ainda:

- I - garantir que todos os atos inerentes ao procedimento para sua inclusão no registro de preços a ser realizado estejam devidamente formalizados e aprovados pela autoridade competente;
- II - manifestar, junto ao órgão gerenciador, sua concordância com o objeto a ser licitado, antes da realização do procedimento licitatório;
- III - tomar conhecimento da ata de registro de preços, inclusive as respectivas alterações porventura ocorridas, com o objetivo de assegurar, quando de seu uso, o correto cumprimento de suas disposições, logo após concluído o procedimento licitatório;
- IV - promover consulta prévia junto ao órgão gerenciador, quando da necessidade de contratação, a fim de obter indicação do fornecedor, dos respectivos quantitativos e dos valores a serem praticados, encaminhando posteriormente as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

V - assegurar-se, quando do uso da ata de registro de preços, que a contratação a ser procedida atenda aos seus interesses, sobretudo quanto a valores praticados, informando ao órgão gerenciador eventual desvantagem quanto a sua utilização;

VI - zelar, após receber a indicação do fornecedor, pelos demais atos relativos ao cumprimento, pelo mesmo, das obrigações contratualmente assumidas e também, em coordenação com o órgão gerenciador, pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais; e

VII - informar ao órgão gerenciador, quando de sua ocorrência, a recusa do fornecedor em atender as condições estabelecidas em edital, firmadas na ata de registro de preços, as divergências relativas à entrega, às características e à origem dos bens licitados e a recusa do mesmo em assinar contrato para fornecimento ou prestação de serviços.

Desta forma, em conformidade com o disposto no [artigo 117, § 2º, incisos I e II, do Decreto nº 28.874/2024](#), justifica-se a condução centralizada do procedimento de Registro de Preços pelo órgão competente, **não se admitindo a participação de outros órgãos na gestão e execução do certame**, conforme justificativa SUPEL-CRP ([0056670046](#)).

DA UTILIZAÇÃO DA ATA E DO FORNECIMENTO ADICIONAL “CARONAS”

A prática do carona pressupõe a realização de uma licitação onde foram observados os princípios da publicidade, isonomia e da seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública. O 'carona', também denominado Órgão Não Participante, constitui instrumento de gestão administrativa que privilegia os princípios da celeridade, economicidade e eficiência.

Nesse sentido, o professor Jorge U. Jacoby Fernandes (2007) encontra aspectos positivos na adesão à ata de registro de preços, vejamos:

“O carona no processo de licitação é um órgão que antes de proceder à contratação direta sem licitação ou a licitação verifica já possuir, em outro órgão público, da mesma esfera ou de outra, o produto desejado em condições de vantagem de oferta sobre o mercado já comprovadas. Permite-se(sic) ao carona que diante da prévia licitação do objeto semelhante por outros órgãos, com acatamento das mesmas regras que aplicaria em seu procedimento, reduzir os custos operacionais de uma ação seletiva. É precisamente nesse ponto que são olvidados pressupostos fundamentais da licitação enquanto processo: a finalidade não é servir aos licitantes, mas ao interesse público; a observância da isonomia não é para distribuir demandas uniformemente entre os fornecedores, mas para ampliar a competição visando a busca de proposta mais vantajosa.” (Grifo Nosso)

Portanto, os motivos que justificam sua previsibilidade de adesão à ata de registro de preços se dá com a possibilidade de um órgão ou entidade que não participou do procedimento licitatório aderir à ata e adquirir os bens e serviços licitados, medida esta que valoriza a eficiência e a economia processual. A adesão a ata de registro de preços possibilita, a redução dos custos com licitações e a desburocratização.

Para fins de adesão à ata de registro de preços, deverá ser observado o rito previsto na Subseção V, da Seção IV, do Decreto Estadual nº 28.874, de 25 de janeiro de 2024.

O limite individual de cada órgão ou entidade não participante será de um aumento de 50% do quantitativo registrado, ressalvado o disposto no art. 86, § 7º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021

O conjunto de solicitações de adesão, independentemente do órgão ou entidade solicitante, não poderá exceder ao limite global de duas vezes o quantitativo registrado.

Caberá ao órgão não participante que desejar aderir à ata de registro de preços instruir o processo de solicitação com os seguintes documentos:

documento que ateste a equivalência do objeto registrado com a necessidade administrativa do órgão não participante;

nota de reserva orçamentária do recurso necessário a fazer face à despesa decorrente da adesão;

demonstração da vantajosidade dos preços registrados por meio da realização de pesquisa de mercado com amplitude e diversidade de fontes;

autorização expressa do órgão gerenciador;

autorização expressa do fornecedor ou prestador de serviço registrado nos moldes previstos no § 4º deste artigo.

quantitativo mínimo

A definição dos valores mínimo e máximo para o fornecimento de materiais destinados à **manutenção predial** e à **implantação de cabeamento estruturado**, conforme as demandas previstas nos municípios discriminados por lote, atende aos princípios da economicidade, eficiência e continuidade dos serviços públicos, conforme estabelece o art. 121 do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

O valor **mínimo**, por sua vez, corresponde a **5% do valor total contratado**, o que equivale a **R\$ 393.734,27**. Esse percentual foi estabelecido com base no art. 121 supracitado, visando garantir uma **demand mínima obrigatória** por parte dos órgãos contratantes, mesmo que as solicitações se deem de forma escalonada ou por necessidade pontual.

Essa previsão mínima assegura o início imediato das atividades, garantindo a disponibilidade de um **estoque inicial estratégico** de materiais que permita dar respostas rápidas às necessidades mais urgentes, sem comprometer a fluidez das operações de manutenção e adequações prediais, especialmente em unidades administrativas e operacionais do DER/RO.

A fixação do valor máximo, por outro lado, permite que o contrato atenda de forma **abrangente e flexível** a todas as frentes de serviço previstas nos diferentes municípios do Estado, considerando inclusive as variações de logística, distâncias e especificidades de cada localidade. Assim, o contrato poderá ser executado integralmente, conforme o surgimento das demandas, respeitando os limites financeiros e operacionais previamente definidos.

Além disso, o modelo de fornecimento será realizado sob demanda, com entregas feitas mediante emissão de Ordem de Fornecimento pela Coordenação de Logística do DER/RO, e com prazo de entrega máximo de até **10 (dez) dias corridos**. Isso garante **eficiência logística**, previsibilidade contratual e a continuidade dos serviços de engenharia e manutenção predial em todo o território.

DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Em conformidade como o Decreto Estadual nº 28.874, de 25 de janeiro de 2023, as eventuais alterações da ata de registro de preços não poderão acarretar aumento dos quantitativos registrados, inclusive, nas hipóteses previstas no art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado, conforme art. 134 do Decreto Estadual 28.874, de 2024.

Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.

A redução do preço registrado será comunicada pelo órgão gerenciador aos órgãos que tiverem formalizado contratos com fundamento no respectivo registro, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.

A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.

Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a atualização do preço registrado, mediante requerimento devidamente instruído com a comprovação de fato superveniente que tenha ensejado a elevação dos preços que inviabilize o cumprimento das obrigações contidas na ata, desde que observados os seguintes requisitos:

a possibilidade da atualização dos preços registrados seja aventada pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;

a modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e da Administração Pública;

seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas

Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.

Como alternativa à atualização prevista no parágrafo anterior, o órgão gerenciador poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de qualquer penalidade.

Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.

do cancelamento da ata de registro de preços

O registro de preço do fornecedor será cancelado nos seguintes casos:

for atestado o descumprimento das condições previstas na ata de registro de preços;

o contrato ou documento equivalente não for firmado no prazo estabelecido pela Administração;

o fornecedor ou prestador de serviço registrado não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior aos preços praticados no mercado;

estiverem presentes razões de interesse público; e

restar caracterizada a impossibilidade de concretização do objeto registrado em razão de caso fortuito ou força maior.

O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador, após manifestação da fiscalização contratual.

dos casos omissos

As omissões, dúvidas e casos não previstos neste instrumento, serão resolvidos e decididos aplicando as regras contratuais e a Lei Federal Nº 14.133/21 e suas alterações.

da inexecução e das rescisão dos contratos

O descumprimento de qualquer Cláusula ou de simples condição deste Contrato, assim como a execução do seu objeto em desacordo com o estabelecido em suas Cláusulas e Condições, dará direito à CONTRATANTE de rescindi-lo mediante notificação expressa, sem que caiba à CONTRATADA

qualquer direito, exceto o de receber o estrito valor correspondente ao fornecimento realizado, desde que estejam de acordo com as prescrições ora pactuadas, assegurada a defesa prévia.

A rescisão contratual consensual será efetuada na seara administrativa e em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais legislações pertinentes

Art. 137. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

Art. 137. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

I - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

II - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

III - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

IV - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

V - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

VI - atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

VII - atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

VIII - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

IX - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

Poderá rescindir ocorrendo quaisquer das situações prevista no Arts. 138 e 139, da Lei Federal nº 14.133/21, ou ainda pela inobservância de quaisquer condições pactuadas no instrumento contratual, conforme os dispositivos legais.

A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

O termo de extinção, sempre que possível, será precedido.

Balanco dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

Indenizações e multas.

A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório Art. 131, caput da lei 14.133/2021.

das disposições gerais

Declaram as partes que este instrumento corresponde à manifestação final, completa e exclusiva do acordo entre elas celebrado.

Fica estabelecido neste instrumento a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, e a proposta do licitante vencedor (Art. 92, II, Lei Nº 14.133/21).

A Administração convocará regularmente o interessado para assinar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e condições estabelecidos, sob pena de decair o direito à contratação (Art. 90, Lei Nº 14.133/21).

É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação (Art. 90, §2º da Lei Nº 14.133/21).

Implicará no cancelamento da Nota de Empenho, se a empresa não atender as solicitações dentro dos prazos estipulados, bem como a entrega de produtos fora das especificações exigidas, e, caso isto ocorra, poderá ser convocada a segunda empresa colocada no certame licitatório para efetuar a entrega dos produtos, em iguais condições do primeiro colocado, e assim sucessivamente por ordem de classificação, ou ainda procedendo a Administração ao cancelamento do certame, caso prejudicada a finalidade pública da contratação quanto ao prazo e evolução mercadológica.

Os licitantes, antes de apresentarem suas propostas, deverão analisar toda a documentação referente a presente licitação, dirimindo, oportunamente, todas as dúvidas, de modo a não incorrerem em omissões.

DO FORO

As questões decorrentes da execução deste Instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no Foro de Porto Velho, capital do Estado de Rondônia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

aNEXOS

A - Documento de Oficialização de Demanda 4 ([0052274465](#));

B - SAMS [0052390456](#);

C - Estudo Técnico Preliminar ([0058893610](#));

D - Tabela /SINAPI ([0059134974](#))

E - Planilha (MATERIAIS BÁSICOS MAIS COMUMENTE DEMANDADOS) [0047863545](#)

F - MODELOS DE PLANILHAS DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS:

C-1 MODELO DE PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE PREÇO - LUCRO REAL

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE PREÇO - LUCRO REAL			
EMPRESA:	XXXXXXXXXXXXXX		
ESTADO:	XXXXXXXXXX		
CONTRATO:	XXXXXXXXXX		
REGIME DE TRIBUTAÇÃO:	(X) LUCRO REAL () LUCRO PRESUMIDO () SIMPLES NACIONAL		
PRODUTO	N.º NF	VALOR DA NF SERVIÇOS	
XXXXXXXXXX		XXXXXX	
A - PREÇO DOS SERVIÇOS		7.000,00	100,0%
DEDUÇÕES DOS SERVIÇOS (IMPOSTOS S/ FATURAMENTO)			
a) ICMS SOBRE O SERVIÇOS	XXX	XXX	
b) PIS SOBRE O SERVIÇOS (Lucro Real/Lucro Presumido)	1,65%	115,50	
c) COFINS SOBRE O SERVIÇOS (Lucro Real/Lucro Presumido)	7,60%	532,00	
e) CSLL sobre o Serviços (Lucro Presumido)	XXX	XXX	
f) IRPJ sobre o Serviços (Lucro Presumido)	XXX	XXX	
g) Simples Nacional	XXX	XXX	
B - VALOR LIQUIDO DOS SERVIÇOS	(B)=(A-a-b-c-d-e-f)	6.352,50	90,75%
CUSTOS DIRETOS - SERVIÇOS			
DESCRIÇÃO	Custo Unitário (R\$)		
ITEM 1			
1) CUSTOS INDIRETOS/GASTOS GERAIS			
1.1) Despesas Administrativa		98,54	
1.2) Despesas Financeiras		127,12	
C - DESPESAS COM GASTOS GERAIS	(C=3.1+3.2)	225,66	
E - LUCRO BRUTO (p/ Lucro Real)	(E=B-C)	6.126,84	
6) CSLL	9%	551,42	
7) IPRJ	15%	919,03	
8) ADICIONAL DE IPRJ	10%	612,68	
F - LUCRO LIQUIDO (Apurado)	(F=E-6-7-8)	4.043,71	

C-2 MODELO DE PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE PREÇO - LUCRO PRESUMIDO

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE PREÇO - LUCRO PRESUMIDO			
EMPRESA:	XXXXXXXXXXXXXXXXXX		
ESTADO:	XXXXXXXXXX		
CONTRATO:	XXXXXXXXXX		
REGIME DE TRIBUTAÇÃO:	() LUCRO REAL (X) LUCRO PRESUMIDO () SIMPLES NACIONAL		
PRODUTO	N.º NF	VALOR DA NF SERVIÇOS	
XXXXXXXXXXXX		XXXXXXX	
A - PREÇO DOS SERVIÇOS		7.000,00	100,0%
DEDUÇÕES DOS SERVIÇOS (IMPOSTOS S/ FATURAMENTO)			
a) ICMS SOBRE O SERVIÇOS	XXX	XXX	
b) PIS SOBRE O SERVIÇOS (Lucro Real/Lucro Presumido)	0,65%	45,50	
c) COFINS SOBRE O SERVIÇOS (Lucro Real/Lucro Presumido)	3,00%	210,00	
e) CSLL sobre o Serviços (Lucro Presumido)	2,08%	145,60	
f) IRPJ sobre o Serviços (Lucro Presumido)	4,80%	336,00	
g) Simples Nacional	XXX	XXX	
B - VALOR LIQUIDO DOS SERVIÇOS	(B)=(A-a-b-c-d-e-f)	6.262,90	89,47%
CUSTOS DIRETOS - SERVIÇOS			
DESCRIÇÃO	Custo Unitário (R\$)		
ITEM 1			
1) CUSTOS INDIRETOS/GASTOS GERAIS			
1.1) Despesas Administrativa		98,54	
1.2) Despesas Financeiras		127,12	
C - DESPESAS COM GASTOS GERAIS	(C=1.1+1.2)	225,66	
D - LUCRO BRUTO	(D=B-C)	6.037,24	

C-3 MODELO DE PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE PREÇO - SIMPLES NACIONAL

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE PREÇO - SIMPLES NACIONAL			
EMPRESA:	XXXXXXXXXXXXXXXXXX		
ESTADO:	XXXXXXXXXX		
CONTRATO:	XXXXXXXXXX		
REGIME DE TRIBUTAÇÃO:	() LUCRO REAL () LUCRO PRESUMIDO (X) SIMPLES NACIONAL		
PRODUTO	N.º NF	VALOR DA NF SERVIÇOS	
XXXXXXXXXXXX		XXXXXXX	
A - PREÇO DOS SERVIÇOS		7.000,00	100,0%
DEDUÇÕES DOS SERVIÇOS (IMPOSTOS S/ FATURAMENTO)			
a) ICMS SOBRE O SERVIÇOS	XXX	XXX	
b) PIS SOBRE O SERVIÇOS (Lucro Real/Lucro Presumido)	XXX	XXX	
c) COFINS SOBRE O SERVIÇOS (Lucro Real/Lucro Presumido)	XXX	XXX	
e) CSLL sobre o Serviços (Lucro Presumido)	XXX	XXX	
f) IRPJ sobre o Serviços (Lucro Presumido)	XXX	XXX	
g) Simples Nacional	6,00%	420,00	
B - VALOR LIQUIDO DOS SERVIÇOS	(B)=(A-G)	6.580,00	94,00%
CUSTOS DIRETOS - SERVIÇOS			
DESCRIÇÃO	Custo Unitário (R\$)		
ITEM 1			
1) CUSTOS INDIRETOS/GASTOS GERAIS			
1.1) Despesas Administrativa		98,54	
1.2) Despesas Financeiras		127,12	
C - DESPESAS COM GASTOS GERAIS	(C=1.1+1.2)	225,66	
D - LUCRO BRUTO	(D=B-C)	6.354,34	

<i>Elaborado por:</i>	<i>Revisado por:</i>	<i>Aprovado por:</i>
CLEITON RODRIGUES DA SILVA Assessor Técnico de Licitação - DER/RO	JOSÉ JÚNIOR PONTES NETO Assessor - DER/RO SÉRGIO ROBERTO SOARES DA SILVA Agente Atividades Administrativa -DER/RO	MICHELLE ROBERTA SANTIAGO Coordenadora de Logística - DER/RO
Autorização pelo Ordenador de Despesa do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes – DER/RO.		
EDER ANDRÉ FERNANDES DIAS Diretor-Geral - DER/RO		

ANEXO II

QUADRO ESTIMATIVO DE PREÇOS

LOTE	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL	PERCENTUAL DE DESCONTO
1	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais básicos e acabamento . (PORTO VELHO, EXTREMA)	R\$ 1.565.324,42	
2	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais básicos e acabamento . (ARIQUEMES, BURITIS, MACHADINHO DO OESTE)	R\$ 1.113.165,09	
3	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais básicos e acabamento . (JARU, OURO PRETO DO OESTE, JI-PARANÁ, PRESIDENTE MÉDICI, ALVORADA DO OESTE)	R\$ 1.517.952,39	
4	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais básicos e acabamento . (CACOAL, ESPIGÃO DO OESTE, PIMENTA BUENO, ROLIM DE MOURA, SANTA LUZIA D'OESTE, ALTA FLORESTA D'OESTE)	R\$ 1.214.361,91	
5	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais básicos e acabamento . (SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ, SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ, COSTA MARQUES)	R\$ 303.590,47	
6	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais básicos e acabamento . (VILHENA, COLORADO DO OESTE, CEREJEIRAS)	R\$ 1.214.361,91	
7	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de material elétrico, hidrossanitário e ferramentas . (PORTO VELHO, EXTREMA)	R\$ 199.994,53	
8	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de material elétrico, hidrossanitário e ferramentas . (ARIQUEMES, BURITIS, MACHADINHO DO OESTE)	R\$ 153.120,21	
9	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de material elétrico, hidrossanitário e ferramentas . (JARU, OURO PRETO DO OESTE, JI-PARANÁ, PRESIDENTE MÉDICI, ALVORADA DO OESTE)	R\$ 153.120,21	
10	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de material elétrico, hidrossanitário e ferramentas . (CACOAL, ESPIGÃO DO OESTE, PIMENTA BUENO, ROLIM DE MOURA, SANTA LUZIA D'OESTE, ALTA FLORESTA D'OESTE)	R\$ 153.120,21	
11	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de material elétrico, hidrossanitário e ferramentas . (SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ, SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ, COSTA MARQUES)	R\$ 87.497,86	
12	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de material elétrico, hidrossanitário e ferramentas . (VILHENA, COLORADO DO OESTE, CEREJEIRAS)	R\$ 153.120,21	
13	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais CABEAMENTO ESTRUTURADO (PORTO VELHO)	R\$ 45.956,00	
TOTAL DOS LOTES		R\$ 7.874.685,42	

ANEXO III

CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO)

PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE

CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

A Superintendência Estadual de Compras e Licitações

Ref.: **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90543/2024/SUPEL/RO**

Apresentamos a V.Sas. nossa proposta para execução dos serviços de, pelo preço global de R\$ _____ (_____), para execução em ____ (____) dias consecutivos.

Declaramos que em nossa proposta estão incluídas todas as despesas, inclusive aquelas relativas a taxas, tributos, encargos sociais, ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais, que possam influir direta ou indiretamente no custo de execução dos serviços, e, ainda, as despesas relativas à mobilização e desmobilização de pessoal, máquinas e equipamentos, sem que nos caiba, em qualquer caso, direito regressivo em relação a **DER/RO**.

Na execução dos serviços, observaremos rigorosamente as especificações das normas técnicas brasileiras ou qualquer outra norma que garanta a qualidade igual ou superior, bem como as recomendações e instruções da **DER/RO**, assumindo, desde já, a integral responsabilidade pela perfeita realização dos trabalhos, de conformidade com as especificações.

Informamos que o prazo de validade de nossa PROPOSTA DE PREÇOS é de ____ (____) dias corridos, a contar da data de abertura da licitação.

Foram utilizados em nosso orçamento a Taxa de BDI de ...xx,xx% para serviços e Encargos Sociais de ...xx,xx%. O Regime Tributário a que estamos sujeitos é o de (Lucro Real) ou (Lucro Presumido).

Caso nos seja adjudicado o objeto da presente licitação, nos comprometemos a assinar o Contrato no prazo determinado no documento de convocação, indicando para esse fim o Sr. _____, Carteira de Identidade nº. _____ expedida em __/__/__, Órgão Expedidor _____, e CPF nº _____, como representante desta Empresa.

Finalizando, declaramos que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em causa e nossa plena concordância com as condições estabelecidas no Edital da licitação e seus anexos.

FIRMA LICITANTE/CNPJ
ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

ANEXO IV

CARTA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (MODELO).

PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE

A Superintendência Estadual de Compras e Licitações
Ref.: **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90543/2024/SUPEL/RO**

CARTA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Prezados Senhores:

Em cumprimento aos ditames editalícios utilizamo-nos da presente para submeter à apreciação de V.Sas. os documentos abaixo discriminados, necessários para a licitação referenciada:

(DESCREVER OS DOCUMENTOS)

Declaramos não possuir em nosso quadro de pessoal empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendizes, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (Emenda Constitucional nº 20, de 1998);

Caso nos seja adjudicado o objeto da presente licitação, nos comprometemos a assinar o Contrato no prazo determinado no documento de convocação, indicando para esse fim o Sr. _____, Carteira de Identidade nº. _____ expedida em __/__/__, Órgão Expedidor _____, e CPF nº _____, Fone (____) _____, Fax (____) _____, E-mail _____ como representante desta Empresa.

Atenciosamente,
Local e data

FIRMA LICITANTE/CNPJ
ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

ANEXO V

**RELAÇÃO/DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DAS INSTALAÇÕES, DOS
EQUIPAMENTOS/MÁQUINAS E DO PESSOAL TÉCNICO**

(MODELO)

PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE

A Superintendência Estadual de Compras e Licitações

Ref.: **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90543/2024/SUPEL/RO**

**RELAÇÃO/DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DAS INSTALAÇÕES, DOS
EQUIPAMENTOS/MÁQUINAS E DO PESSOAL TÉCNICO.**

A empresa (Nome/CNPJ/endereço) declara para fins de participação na licitação **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90543/2024**, que caso seja vencedora do certame, as instalações, os equipamentos/máquinas e o pessoal técnico, abaixo relacionados encontram-se disponíveis para execução dos serviços objeto da presente licitação, bem como, que o Sr.: **(indicar nome, nº de documento e qualificação profissional)**, detentor dos acervos aqui apresentados, faz parte do quadro permanente da empresa e será o responsável técnico pela obra a qual se refere esta proposta e que o mesmo não possui vínculo com o governo do Estado de Rondônia.

INSTALAÇÕES:

QUANT.	DISCRIMINAÇÃO	OBSERVAÇÕES

EQUIPAMENTOS/MÁQUINAS:

QUANT.	DISCRIMINAÇÃO	MARCA/MODELO	ANO DE FAB.	CAP/POT

PESSOAL TÉCNICO

QUANT.	QUALIDIFICAÇÃO	LOTAÇÃO

Atenciosamente,

Local e data

FIRMA LICITANTE/CNPJ
ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

*Obs.: Os quadros acima deverão ser preenchidos com observância à relação mínima fornecida pelo **DER/RO**, ou ainda, na ausência desta, de acordo com projeto apresentado pela empresa para execução da obra, em quantidades e qualidades essenciais à garantia do cumprimento das obrigações caso a empresa seja vencedora do certame.*

ANEXO VI

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DA ADESÃO À ATA

ATA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº xxx/2025/SUPEL_RO			
Origem:	Pregão Eletrônico nº xxx/202x		
Data da Homologação:	xx/xx/202x	Processo nº	xxxx.xxxxxx/xxxx-xx
Órgão Participante:	XXXXXXX		
Órgão gerenciador:	Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL		

CLÁUSULA I – IDENTIFICAÇÃO DO(S) FORNECEDOR(S) REGISTRADO(S).

1.1. A identificação dos detentores está inserida no anexo único desta ata.

CLÁUSULA II – DO OBJETO

2.1. REGISTRO DE PREÇO para futura e eventual (**descrição do objeto**), visando atender as necessidades do (**órgão participante**).

CLÁUSULA III – DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A validade desta ata de registro de preços será de 1(um) ano, contados a partir da publicação no Diário Oficial do Estado, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, mediante pesquisa de mercado que leve em consideração os parâmetros fixados no art. 51 do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

CLÁUSULA IV – DA UTILIZAÇÃO DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE

4.1. A adesão ao presente Registro de Preços fica condicionada ao atendimento das determinações do Estado de Rondônia após autorização expressa do órgão gerenciador – Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL.

4.2. A adesão fica ainda condicionada às exigências dispostas no art. 124, § 1º ao § 8º do Decreto Estadual nº 28.874/2024, em consonância com o art. 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

4.3. As aquisições ou as contratações adicionais (caronas) não poderão exceder, por órgão ou entidade, 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados na ata de registro de preços, ressalvado o disposto no art. 86, § 7º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

4.4. O conjunto de solicitações de adesão, independentemente do órgão ou entidade solicitante, não poderá exceder ao limite global de duas vezes o quantitativo registrado.

CLÁUSULA V – DA REVISÃO E CANCELAMENTO DO REGISTRO

5.1. Os preços registrados poderão ser revisto em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a

execução tal como pactuado, observada a instrução processual respectiva, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, conforme disposto no art. 133 do Decreto Estadual nº 28.874 de 25 de janeiro de 2024.

5.2. Os preços registrados serão mantidos inalterados por todo o período de vigência da Ata de Registro de Preços - ARP, admitida sua revisão para majorar ou minorar os preços registrados em casos excepcionais, nas hipóteses legais e considerando os preços vigentes de mercado.

5.3. A revisão de preços precederá de requerimento: I - do detentor da ata, que deverá fazê-la antes do pedido de fornecimento e, instruindo seu pedido com documentação probatória de majoração de preço do mercado e a oneração de custos; ou II - pelo órgão participante ou órgão interessado, comprovando por meio de pesquisas de preços que há minoração do valor originalmente registrado.

5.4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador convocará o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado e, caso este não aceite a redução dos seus preços aos valores praticados pelo mercado será liberado dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas, nos termos do art. 134, § 1º do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

5.5. Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital, nos termos do art. 135, § 2º do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

5.5.1. Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no art. 135, § 2º do Decreto Estadual nº 28.874/2024, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.

5.6. Caso comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, poderá ser efetuada a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.

5.6.1. O órgão gerenciador, em alternativa à atualização prevista no item 5.6 desta Ata de Registro de Preços, poderá liberar o fornecedor do compromisso sem aplicação de penalidades, convocando, posteriormente, os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

5.6.2. A redução do preço registrado será comunicada pelo órgão gerenciador aos órgãos que tiverem formalizado contratos com fundamento no respectivo registro, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.

5.7. O cancelamento do preço registrado, em conformidade com o artigo 136 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, poderá ocorrer por fato superveniente decorrente de caso fortuito ou força maior que prejudique o cumprimento da ata, **devidamente comprovados e justificados**, por razão de interesse público ou a pedido do fornecedor.

5.7.1. O preço registrado, em atenção ao estabelecido pelo art. 136, inc. I a V do Decreto Estadual nº 28.874/2024, também poderá ser cancelado quando o fornecedor descumprir total ou parcialmente as condições previstas na Ata de Registro de Preços, não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, não aceitar reduzir o seu preço registrado na hipótese deste se tornar superior aqueles praticados no mercado ou sofrer sanção prevista na forma do Decreto Estadual nº 28.874/2024 em seu Capítulo VIII.

CLÁUSULA VI - DA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA

6.1. Em atenção ao art. 131 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, o cadastro reserva será composto pelos demais licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, a ser incluído na respectiva ata na forma de anexo, respeitada a sequência da classificação do certame.

6.2. O cadastro reserva poderá ser utilizado nas hipóteses previstas no art. 131, § 1º do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

6.3. A apresentação de novas propostas para compor o cadastro de reserva não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

6.4. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada caso o melhor colocado no certame tenha seu registro cancelado ou revogado.

6.5. Para o registro do preço dos demais licitantes será exigida a análise da habilitação.

CLÁUSULA VII - DAS SANÇÕES PELO DESCUMPRIMENTO DAS DIRETRIZES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital e seus anexos. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

7.2. Quando o fornecedor descumprir total ou parcialmente as condições previstas na Ata de Registro de Preços, não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, não aceitar reduzir o seu preço registrado na hipótese deste se tornar superior aqueles praticados no mercado ou sofrer sanção prevista na forma do Decreto Estadual nº 28.874/2024 em seu Capítulo VII, **o preço registrado será cancelado**, em conformidade com o artigo 136, inc. I a V do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

CLÁUSULA VIII - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

8.1. As condições gerais referentes ao fornecimento, tais como prazo, local de entrega e recebimento do objeto, como também as relativas às penalidades e obrigações da Administração e do fornecedor detentor do registro, encontram-se definidas no Termo de Referência e Edital da licitação, partes integrantes da presente Ata.

8.2. É **vedado** o aditamento dos quantitativos consignados na Ata de Registro de Preços.

8.3. A detentora do registro fica obrigada a atender todas as ordens de fornecimento efetuadas pelo órgão participante, durante a vigência desta ata.

8.4. Em atenção ao art. 126 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, faz-se necessário a permanente pesquisa de mercado, inclusive, antes da formalização da contratação, para aferição da manutenção da vantajosidade dos preços registrados.

8.5. A violação da integridade da conduta contratual, por meio do rompimento de deveres contratuais ou oriundos de outras normas aplicáveis ao caso, sujeita o contratado à aplicação das penalidades legalmente previstas nos arts. 184 ao 187 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, bem como art. 156 da Lei n. 14.133, de 2021.

CLÁUSULA IX - DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento, decorrente do objeto registrado nesta ata será efetuado conforme disposto no Edital e seus anexos.

CLÁUSULA X – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada à Detentora do registro de preços a preferência em igualdade de condições.

10.2. Fica a empresa detentora ciente que a publicidade da ata de registro de preços na imprensa oficial terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.

10.3. A Ata de Registro de Preços, os ajustes dela decorrentes, suas alterações e rescisões obedecerão ao Decreto Estadual nº 28.874 de 25 de janeiro de 2024, à Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e às normas complementares e às disposições presentes nesta Ata e no Edital que a precedeu, aplicáveis à execução e, especialmente, aos casos omissos.

10.4. Fazem parte integrante desta Ata, para todos os efeitos legais: o Edital de Licitação e seus anexos, bem como, os ANEXOS desta ata que contém os preços registrados e seus respectivos detentores.

CLÁUSULA XI - DO FORO

11.1. Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata, é competente o Foro da Comarca de Porto Velho/RO, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

ANEXO ÚNICO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CONSUMO ESTIMADO	UNID.	MARCA	PREÇO MERCADO	PREÇO REGISTRADO	DIF. %	DETENTORA

EMPRESA(S) DETENTORA(S):

CNPJ	Razão Social	Endereço	Cidade	Representante	CPF	Telefone

MÁRCIA CARVALHO GUEDES

Coordenadora do Sistema de Registro de Preços/SUPEL

ADRIANA LARISSA DA SILVA MENDES NASCIMENTO

Diretora Executiva/SUPEL

MÁRCIA ROCHA DE OLIVEIRA FRANCELINO

Superintendente Estadual de Compras e Licitações/SUPEL

**ATA - OFÍCIO DO ÓRGÃO OU ENTIDADE NÃO PARTICIPANTE DA ATA SOLICITANDO
ADESÃO COMO INTERESSADO**

[UNIDADE CONTRATANTE SOLICITANTE]

OFÍCIO Nº _____/_____

(DATA DA EMISSÃO)

Prezado Gestor da Ata nº (Nº DA ATA e Nº DO PREGÃO)

(ÓRGÃO GESTOR DA ATA)

Solicito autorização para ADERIR à Ata de Registro de Preços em epígrafe visando adquirir os itens e quantitativos relacionados na tabela abaixo.

Ressalto que o(s) fornecedor(es), detentor(es) do(s) preço(s) registrado(s), já se manifestou(ram) pela aceitação, conforme previsto na Lei 14133/21.

Nº do item da Ata	Especificação	Quant. Adesão

ASSINATURA DO GESTOR DA UNIDADE SOLICITANTE

ANEXO VII

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes - DER

MINUTA DE CONTRATO

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO CIVIL (BÁSICO, ELÉTRICO, HIDROSSANITÁRIO E CABEAMENTO ESTRUTURADO) DESTINADOS À EXECUÇÃO DIRETA DE SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA, VISANDO ATENDER ÀS DEMANDAS DAS RESIDÊNCIAS REGIONAIS E USINAS DE ASFALTO VINCULADAS AO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE RONDÔNIA - DER-RO, POR UM PERÍODO DE 01 (UM) ANO, N.º ____ QUE ENTRE SI CELEBRAM, A _____ E A EMPRESA ____ (NOME) ____.

Aos ____ dias do mês de ____ do ano de **2024**, o **DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTE – DER/RO**, sediado a Rua _____ n.º ____, _____, doravante denominada apenas **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Senhor _____, RG n.º ____, CPF ____, e a firma ____, CNPJ/MF n.º ____, estabelecida no ____, em ____, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr. _____, (**nacionalidade**), RG ____, CPF ____, residente e domiciliado na ____, celebram o presente Contrato, decorrente do **PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 0009.004523/2024-21**, que deu origem o **Pregão Eletrônico n.º ____/202_/SUPEL/RO**, homologado pela Autoridade Competente, regido pela Lei N° 14.133/21, bem como demais legislações vigentes, sujeitando-se às normas dos supramencionados diplomas legais, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

PARÁGRAFO PRIMEIRO – DO OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais de construção civil (Básico, Elétrico, Hidrossanitário e Cabeamento Estruturado) destinados à execução direta de serviços comuns de engenharia, visando atender às demandas das residências regionais e usinas de asfalto vinculadas ao Departamento de Estradas de Rodagem de Rondônia - DER-RO.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS/QUANTIDADES

PARÁGRAFO PRIMEIRO- DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E QUANTIDADES DO OBJETO:

MATERIAL BÁSICO DE CONSTRUÇÃO

GRUPO 01		
DESCRIÇÃO		CONSUMO ESTIMADO
	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais básicos e acabamento. (PORTO VELHO, EXTREMA)	R\$ 1.565.324,42

GRUPO 02		
DESCRIÇÃO		CONSUMO ESTIMADO
	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais básicos e acabamento. (ARIQUEMES, BURITIS, MACHADINHO DO OESTE)	R\$ 1.113.165,09

GRUPO 03		
----------	--	--

DESCRIÇÃO	CONSUMO ESTIMADO
Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais básicos e acabamento . (JARU, OURO PRETO DO OESTE, JI-PARANÁ, PRESIDENTE MÉDICI, ALVORADA DO OESTE)	R\$ 1.517.952,39

GRUPO 04	
DESCRIÇÃO	CONSUMO ESTIMADO
Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais básicos e acabamento . (CACOAL, ESPIGÃO DO OESTE, PIMENTA BUENO, ROLIM DE MOURA, SANTA LUZIA D'OESTE, ALTA FLORESTA D'OESTE)	R\$ 1.214.361,91

GRUPO 05	
DESCRIÇÃO	CONSUMO ESTIMADO
Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais básicos e acabamento . (SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ, SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ, COSTA MARQUES)	R\$ 303.590,47

GRUPO 06	
DESCRIÇÃO	CONSUMO ESTIMADO
Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais básicos e acabamento . (VILHENA, COLORADO DO OESTE, CEREJEIRAS)	R\$ 1.214361,91

MATERIAL ELÉTRICO, HIDROSSANITÁRIO E FERRAMENTAS

GRUPO 07	
DESCRIÇÃO	CONSUMO ESTIMADO
Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de material elétrico, hidrossanitário e ferramentas . (PORTO VELHO, EXTREMA)	R\$ 199.994,53

GRUPO 08	
DESCRIÇÃO	CONSUMO ESTIMADO
Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de material elétrico, hidrossanitário e ferramentas . (ARIQUEMES, BURITIS, MACHADINHO DO OESTE)	R\$ 153.120,21

GRUPO 09	
DESCRIÇÃO	CONSUMO ESTIMADO
Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de material elétrico, hidrossanitário e ferramentas . (JARU, OURO PRETO DO OESTE, JI-PARANÁ, PRESIDENTE MÉDICI, ALVORADA DO OESTE)	R\$ 153.120,21

GRUPO 10	
----------	--

DESCRIÇÃO	CONSUMO ESTIMADO
Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de material elétrico, hidrossanitário e ferramentas . (CACOAL, ESPIGÃO DO OESTE, PIMENTA BUENO, ROLIM DE MOURA, SANTA LUZIA D'OESTE, ALTA FLORESTA D'OESTE)	R\$ 153.120,21

GRUPO 11	
DESCRIÇÃO	CONSUMO ESTIMADO
Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de material elétrico, hidrossanitário e ferramentas . (SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ, SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ, COSTA MARQUES)	R\$ 87.497,86

GRUPO 12	
DESCRIÇÃO	CONSUMO ESTIMADO
Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de material elétrico, hidrossanitário e ferramentas . (VILHENA, COLORADO DO OESTE, CEREJEIRAS)	R\$ 153.120,21

MATERIAL LÓGICO/PORTO VELHO

GRUPO 13	
DESCRIÇÃO	CONSUMO ESTIMADO
Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais CABEAMENTO ESTRUTURADO (PORTO VELHO).	R\$ 45.956,00

PARÁGRAFO SEGUNDO: Vinculam a esta contratação, independentemente de transcrição:

O Termo de Referência;

O Edital de Licitação;

A Proposta do contratado;

Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

EXECUÇÃO DO OBJETO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A execução do objeto deve ocorrer conforme a demanda e a necessidade das unidades administrativas da instituição, respeitando os prazos definidos em cada ordem de fornecimento. O fornecimento dos materiais será realizado de forma parcelada, em conformidade com as condições estabelecidas no contrato de registro de preços (ARP). Isso visa garantir o atendimento eficiente e contínuo das necessidades ao longo da vigência do contrato, otimizando a logística e a gestão de estoque. O modo de execução por meio de ARP permite flexibilidade e economia, assegurando o fornecimento sob demanda e evitando desperdícios ou sobrecarga de estoque.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A adoção da execução parcelada permite melhor planejamento e gestão do estoque de materiais, reduzindo custos com armazenamento e garantindo o suprimento contínuo conforme a necessidade real da administração. Além disso, o registro de preços é o mecanismo mais adequado para aquisição de materiais com características padronizadas e de uso recorrente, como os previstos na Tabela SINAPI.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Necessidade de amostras, prova de conceito ou outros testes, apresentação de certificação, laudo ou documento similar:

1. Considerando que os materiais a serem adquiridos são padronizados e regulamentados pela Tabela SINAPI, que estabelece normas e especificações técnicas amplamente conhecidas e utilizadas no setor de construção e manutenção de edificações, não há a necessidade de amostras ou provas de conceito. Os fornecedores já devem, por exigência contratual, atender aos requisitos técnicos e normativos da Tabela SINAPI, garantindo a qualidade dos materiais.
2. A ausência da necessidade de amostras justifica-se pela natureza dos itens, que são padronizados e regulamentados por normas técnicas consolidadas (Tabela SINAPI). Exigir amostras seria redundante e resultaria em custos adicionais e desnecessários, uma vez que todos os fornecedores devem, obrigatoriamente, cumprir os padrões estabelecidos.

PARÁGRAFO QUARTO: Demais informações essenciais voltadas ao objeto:

1. Os materiais a serem adquiridos abrangem categorias básicas, elétricas, hidrossanitárias e de rede lógica/informática, conforme especificações técnicas da Tabela SINAPI. Todos os itens devem estar em conformidade com as normas de qualidade e segurança aplicáveis, sendo de responsabilidade do fornecedor a garantia do cumprimento das normas vigentes, incluindo certificações obrigatórias quando aplicáveis. A entrega dos materiais deverá ocorrer de forma eficiente, garantindo que o cronograma das obras e manutenções não seja comprometido.
2. É essencial que os materiais estejam de acordo com as especificações técnicas da Tabela Sinapi e as normas de qualidade pertinentes, para assegurar a segurança e eficiência nas obras e manutenções realizadas. Essa exigência visa garantir a integridade dos projetos e a otimização dos recursos públicos, assegurando a conformidade técnica e normativa de todos os materiais fornecidos.

EXECUÇÃO DO OBJETO

PARÁGRAFO QUINTO: O início da prestação dos materiais/serviços (**FORNECIMENTO**) pela empresa contratada deverá ocorrer após a publicação da ata de registro de preços no DOE.

REGIME DE FORNECIMENTO

PARÁGRAFO SEXTO: Em atendimento ao disposto no art. 121 do Decreto Estadual n.º 28.874/2024, fica estabelecido o percentual de 5% como quantitativo mínimo a ser contratado pelos órgãos gerenciador, e não participantes, com base no valor total pactuado com a empresa vencedora do certame.

PARÁGRAFO SÉTIMO: A fixação desse percentual tem como objetivo garantir a continuidade e a eficiência no fornecimento dos materiais, especialmente os relacionados à aquisição com base na Tabela SINAPI, assegurando que o Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes de Rondônia (DER/RO) disponha de uma base inicial de suprimentos capaz de atender às demandas imediatas e de iniciar suas atividades sem interrupções.

PARÁGRAFO OITAVO: Esse quantitativo mínimo proporciona à Coordenação de Logística maior previsibilidade e segurança no planejamento operacional, ao mesmo tempo em que mantém a flexibilidade necessária para adequações conforme as demandas reais que venham a surgir ao longo da vigência contratual, fixada em 12 (doze) meses. A definição de um percentual mínimo também fortalece o compromisso do fornecedor com a pronta execução das ordens de fornecimento, garantindo o fluxo contínuo de insumos essenciais às obras e serviços executados pelo DER/RO.

PARÁGRAFO NONO: Considerando o caráter variável e imprevisível das demandas de manutenção e reformas prediais, o fornecimento dos materiais será realizado de **FORMA ESCALONADA E SOB DEMANDA**, com entregas efetuadas mediante solicitação formal da Coordenação de Logística. Para assegurar o bom andamento das operações, o prazo máximo para atendimento será de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento da respectiva Ordem de Fornecimento.

PARÁGRAFO DÉCIMO: Esse regime de fornecimento contínuo e flexível alinha-se aos objetivos de otimizar o uso de recursos públicos e atender com precisão às necessidades do DER/RO. Dessa forma, é possível garantir uma resposta ágil e eficiente às demandas, assegurando a continuidade e eficácia das obras de manutenção e reformas predial.

DO PRAZO DE ENTREGA

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: O prazo de entrega estabelecido é de 30 dias corridos para situações não emergenciais e de grande montante. No entanto, em casos de emergência, que também possam envolver grande quantidade, o prazo é reduzido para 10 dias corridos.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: No caso de o prazo máximo coincidir com um final de semana ou feriado, a entrega deve ser efetuada no dia útil anterior.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO: A solicitação de entrega parcial deve ser feita com, no mínimo, 3 dias de antecedência em relação à data de vencimento, visto que requer aprovação pelo ordenador de despesa.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO: A entrega dos objetos deverá ser realizada no balcão indicado pelo fornecedor, em cada uma das localidades apontadas nos lotes no item 7 lote deste ETP - Estudo Técnico Preliminar 11 ([0058893610](#)). Exceto para os insumos que tiverem contemplado em seu valor unitário os custos de entrega, caso em que o fornecedor deverá providenciar a entrega nas dependências da unidade beneficiada.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO: Materiais retirados na jazida, sem inclusão de transporte, devem ser verificados no mercado para avaliar se o valor registrado pela SINAPI é equivalente ao valor do insumo com entrega. Caso não haja conformidade, recomenda-se empregar o método de cálculo de transporte adotado pelo Departamento de Estradas e Rodagens - DER.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO: A Ata de Registro de Preços permite a aquisição de ferramentas. No caso de compra de equipamentos, é necessário verificar a disponibilidade dos mesmos dentro da SINAPI. Em situações em que não estejam contemplados, é preciso seguir os procedimentos estabelecidos para pesquisas de mercado.

DO LOCAL DE ENTREGA

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO: A ENTREGA DOS OBJETOS DEVERÁ SER REALIZADA NO BALCÃO INDICADO PELO FORNECEDOR, em cada uma das localidades apontadas nos lotes. Exceto para os insumos que tiverem contemplado em seu valor unitário os custos de entrega, caso em que o fornecedor deverá providenciar a entrega nas dependências da unidade beneficiada.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO: Materiais retirados na jazida, sem inclusão de transporte, devem ser verificados no mercado para avaliar se o valor registrado pela SINAPI é equivalente ao valor do insumo com entrega. Caso não haja conformidade, recomenda-se empregar o método de cálculo de transporte adotado pelo Departamento de Estradas e Rodagens - DER.

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO: A Ata de Registro de Preços permite a aquisição de ferramentas e equipamentos. No caso de compra de equipamentos, é necessário verificar a disponibilidade dos mesmos dentro da SINAPI. Em situações em que não estejam contemplados, é preciso seguir os procedimentos estabelecidos para pesquisas de mercado.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO: Com o propósito de garantir o fornecimento dos materiais necessários para atender a essas demandas, conforme QUADROS a seguir.

LOTES	DESCRIÇÃO / TIPO DE MATERIAIS	LOCALIDADES
1	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais BÁSICO E ACABAMENTO	PORTO VELHO, EXTREMA
2	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais BÁSICO E ACABAMENTO	ARIQUEMES, BURITIS, MACHADINHO DO OESTE
3	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais BÁSICO E ACABAMENTO	JARU, OURO PRETO DO OESTE, JI-PARANÁ, PRESIDENTE MÉDICI, ALVORADA DO OESTE

4	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais BÁSICO E ACABAMENTO	CACOAL, ESPIGÃO DO OESTE, PIMENTA BUENO, ROLIM DE MOURA,
5	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais BÁSICO E ACABAMENTO	SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ, SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ, COSTA MARQUES)
6	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais BÁSICO E ACABAMENTO	VILHENA, COLORADO DO OESTE, CEREJEIRAS
7	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais MATERIAL ELÉTRICO/HIDROSSANITÁRIO, HIDROSSANITÁRIO E FERRAMENTAS.	PORTO VELHO, EXTREMA
8	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais MATERIAL ELÉTRICO, HIDROSSANITÁRIO E FERRAMENTAS	ARIQUEMES, BURITIS, MACHADINHO DO OESTE
9	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais MATERIAL ELÉTRICO, HIDROSSANITÁRIO E FERRAMENTAS	JARU, OURO PRETO DO OESTE, JI-PARANÁ, PRESIDENTE MÉDICI, ALVORADA DO OESTE
10	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais MATERIAL ELÉTRICO, HIDROSSANITÁRIO E FERRAMENTAS	CACOAL, ESPIGÃO DO OESTE, PIMENTA BUENO, ROLIM DE MOURA, SANTA LUZIA D'OESTE, ALTA FLORESTA D'OESTE
11	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais MATERIAL ELÉTRICO, HIDROSSANITÁRIO E FERRAMENTAS	SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ, SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ, COSTA MARQUES
12	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais MATERIAL ELÉTRICO, HIDROSSANITÁRIO E FERRAMENTAS	VILHENA, COLORADO DO OESTE, CEREJEIRAS
13	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais CABEAMENTO ESTRUTURADO	PORTO VELHO

RESIDÊNCIAS REGIONAIS				
Residência Regional	Endereço	Localidade	Telefones	E-mail
1ª Residência Regional	Rua Amapá n.º 5329, Bairro São José - Cep. 76.993-970	Colorado do Oeste	(69)3341-2177	residenciadecolorado@gmail.com
2ª Residência Regional	Rua Vimberê n.º 2188, Setor 04 - Cep 76.873-463	Ariquemes	(69)3535-2987	residenciaariquemes.der@hotmail.com
3ª Residência Regional	Rua Burareiro S/N, Setor Industrial - Cep 76-920-000	Ouro Preto	(69)3461-2549	residenciaopo@outlook.com
4ª Residência Regional	Rua Rondônia n.º 1078, Bairro Incra - Cep 76.965-872	Cacoal	(69)3461-2549	residenciacacoal@der.ro.gov.br
5ª Residência Regional	Av. Sete de Setembro n.º 5490, Bairro Boa	Rolim de Moura	(69)3442-1619	residenciarolimdemoura.der@gmail.com

	Esperança - Cep 76.940-000		(69)3442- 2321	
6ª Residência Regional	RO 133 n.º 4041 - Cep 76.868-000	Machadinho do Oeste	(69)3581- 3429	der.machadinho@hotmail.com
7ª Residência Regional	Av. Independência S/N, Bairro Alto Alegre - Cep 76.930- 000	Alvorada	(69)3412- 2565	7rr.alvorada.p@gmail.com
8ª Residência Regional	Br 364 Km 08, Setor Rural - Cep 76.900- 000	Ji-Paraná	(69)3416- 4822 (69)3423- 8055	residenciaregionaldejiarana@gmail.com
9ª Residência Regional	Av. Jo Sato n.º 1280, Bairro Bela Vista	Vilhena	(69)3321- 2901	residenciavilhena.der@gmail.com
11ª Residência Regional	Rua Rui Barbosa n.º 250, Bairro Beira Rio - Cep 76.970-970	Pimenta Bueno	(69)3451- 3405	der2017.pimentabueno@gmail.com
12ª Residência Regional	Rua Tapajós n.º 3963, Setor 02 - Cep 76.890- 000	Jaru	(69)3521- 1553	residenciajaru.der@gmail.com
13ª Residência Regional	Rua Antônio Lacerda n.º 4168, Setor Industrial - Cep 76.821-038	Porto Velho	(92)9401- 8545	residenciaportovelho@der.ro.gov.br
14ª Residência Regional	BR 364, 1040, Distrito de Extrema, Município de Porto Velho - RO, com coordenadas geográficas - 9°46'18,36599"S- 66°20'43,24409"W	Extrema	(69) 992617066	der14rrextrema@gmail.com
15ª Residência Regional	Av. Ayrton Sena n.º 3766, Setor Industrial - Cep 76.880-000	Buritis	(69)3238- 3690	derdeburitis@hotmail.com
16ª Residência Regional	Rua Dom João n.º 3436, Bairro Cidade Baixa	São Francisco	(69)3621- 2399	dersaofrancisco@hotmail.com
USINAS DE ASFALTO				
Residência Regional	Endereço	Localidade	Telefones	E-mail
Usina de Asfalto	RO 257 Km 03 S/N, Zona Ruaral	Ariquemes	(69)3223- 0404	usinader@gmail.com usinaderportovelho@gmail.com
Usina de Asfalto	Av. Edson Lima n.º 3835, Bairro Jorge Teixeira	Ji-Paraná	(69)3424- 1059	usinaasfaltojipa@outlook.com
Usina de Asfalto	Rua Morumbi Esquina com Paranaíba S/N	Rolim de Moura	(69)98424- 8313	usinarolim.der@gmail.com der.usina.cbuqrm@hotmail.com
Usina de Asfalto	RO 463 (Pátio da Cooaja), Zona Rural	Jaru	(69)99205- 9667	usinajaru.der@gmail.com

Usina de Asfalto	Lote 31 LH 04, Setor Prosperidade	Cacoal	(69)98437-0633	Der.usinacacoal@gmail.com
Usina de Asfalto	Setor 13 Quadra 07, Lote 01	Vilhena	(69)99907-4773	usinavha@gmail.com

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DE BENS DE CONSUMO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os materiais de construção devem ser entregues no prazo estipulado no Edital e seus anexos, após o recebimento da nota de empenho e ordem de fornecimento.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Somente serão recebidos produtos em perfeito estado de conservação, sem qualquer defeito aparente.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O fornecimento dos itens somente será considerado concluído e em condições de ser recebido depois de cumpridas todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA e atestada sua conclusão pela Comissão de Recebimento designada pela Administração;

PARÁGRAFO QUARTO: A conferência dos materiais será realizada por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, devendo esta em conformidade com [art. 140, inciso II da Lei n.º 14.133, de 1 de abril de 2021](#).

PARÁGRAFO QUINTO: Caso os itens fornecidos sejam insatisfatórios, será lavrado um Termo de Recusa, no qual serão registradas as não conformidades em relação às especificações. Nessa situação, o material em desacordo será rejeitado, sendo necessário retirá-lo e substituí-lo dentro do prazo estabelecido no item 10 deste Termo de Referência. Durante esse período, serão realizadas novamente as verificações referentes aos itens mencionados. Destaca-se que o pagamento da nota fiscal/fatura será suspenso até a conclusão das correções necessárias, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste termo, decorrente do atraso na entrega verificado nessa hipótese.

PARÁGRAFO SEXTO: O recebimento, provisório ou definitivo, não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito desempenho do objeto contratado, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas durante o período de garantia.

CLÁUSULA QUINTA - DO RECEBIMENTO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Em conformidade com o inciso II, do artigo 140, da Lei 14.133, de 2021, o recebimento do objeto ocorrerá da seguinte forma:

a) **PARÁGRAFO SEGUNDO: PROVISORIAMENTE**, em até 10 (dez) dias corridos após a entrega dos materiais, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais.

b) **PARÁGRAFO TERCEIRO: DEFINITIVAMENTE**, em até 15 (quinze) dias corridos após a entrega dos materiais ou 10 (dez) dias corridos após o recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo que comprove o atendimento das exigências contratuais.

CLÁUSULA SEXTA - DOS DEVERES DA CONTRATADA

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas nos instrumentos convocatórios.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Não utilizar de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do que dispõe o artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Responsabilizar-se pela fiel execução do objeto.

PARÁGRAFO QUARTO: Entregar o objeto de acordo com as especificações constantes na proposta de preços, no prazo e local indicados na mesma.

PARÁGRAFO QUINTO: Comunicar ao órgão Contratante qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

PARÁGRAFO SEXTO: Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação da licitação;

PARÁGRAFO SÉTIMO: Deverá satisfazer às especificações em vigor, responsabilizando-se pela troca, em caso de anormalidade, desde que comprometa o uso do produto em questão, independentemente do motivo alegado, conforme parecer do servidor encarregado do recebimento.

PARÁGRAFO OITAVO: No caso de conserto, a garantia deve ser realizada por Assistência Técnica Autorizada, indicada pelo fabricante na documentação oficial apresentada pelo licitante durante o respectivo processo.

PARÁGRAFO NONO: Caso essa Assistência Técnica Autorizada esteja impossibilitada de cumprir tal função, a garantia deverá ser executada por outra Assistência Técnica Autorizada, que também deverá ser indicada pelo fabricante, ou pelo próprio fabricante do material/equipamento.

PARÁGRAFO DÉCIMO: Os materiais ofertados nas propostas de licitação deverão estar em total conformidade com as normas da ABNT e do INMETRO, dentre outros, no que couber, inclusive no que se refere aos prazos de fabricação dos referidos materiais, marca, modelo, etc.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: O uso de material improvisado em substituição ao especificado é estritamente proibido, e quaisquer adaptações que comprometam a qualidade do serviço não serão toleradas.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: Materiais que não estejam de acordo com as especificações contidas na requisição serão recusados, e fica a critério da Contratante a elaboração de um relatório para registrar a recusa do insumo. A Contratada será formalmente comunicada sobre os materiais recusados deverá providenciar sua retirada no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO: A entrega dos objetos deverá ser realizada no balcão indicado pelo fornecedor, em cada uma das localidades apontadas nos lotes. Exceto para os insumos que tiverem contemplado em seu valor unitário os custos de entrega, caso em que o fornecedor deverá providenciar a entrega nas dependências da unidade beneficiada.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO: Materiais retirados na jazida, sem inclusão de transporte, devem ser verificados no mercado para avaliar se o valor registrado pela SINAPI é equivalente ao valor do insumo com entrega. Caso não haja conformidade, recomenda-se empregar o método de cálculo de transporte adotado pelo Departamento de Estradas e Rodagens - DER.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO: Realizar cadastro no sistema SEI, bem como manter suas informações atualizadas até o término de suas obrigações.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO: A Contratada é responsável pela segurança do transporte dos materiais até o local da entrega, somente se desincumbindo desse ônus com o recebimento provisório dos materiais.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO: Antes da assinatura do contrato, a contratada deverá informar o nome do seu representante, caso utilize de instrumento de procuração para representar a empresa.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO: Prestar à CONTRATANTE qualquer informação sobre o objeto a ser adquirido, sobretudo qualquer dificuldade encontrada na entrega do objeto.

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO: Indicar e manter, durante o cumprimento do contrato, funcionário da empresa com poderes para resolver quaisquer adversidades referentes a obrigações contratuais para atuar como preposto, mantendo atualizado o seu telefone de contato.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO: O início da prestação dos materiais/serviços (**FORNECIMENTO**) pela empresa contratada deverá ocorrer após a publicação da ata de registro de preços no DOE.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO: Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, as obrigações decorrentes do contrato.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEGUNDO: A Contratada é responsável por cumprir todas as obrigações estabelecidas no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo exclusivamente os riscos e despesas relacionados à execução adequada do objeto contratado. Isso inclui garantir a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme as especificações, prazos e localidades definidos no Termo de Referência e seus anexos, acompanhada da respectiva nota fiscal, na qual devem constar informações como marca, valor, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO TERCEIRO: A Contratada deve se responsabilizar pelos vícios e danos decorrentes do objeto, conforme previsto nos artigos 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990). Em caso de avarias ou defeitos, deve substituir, reparar ou corrigir o objeto, às suas próprias custas, dentro do prazo.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUARTO: Realizar testes e reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, as partes do objeto desta licitação em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar da notificação para tal.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUINTO: É importante ressaltar que a execução da garantia, incluindo a substituição de material/equipamento ou conserto, não acarretará, em nenhuma circunstância, ônus para a CONTRATANTE. Além disso, a CONTRATADA deve estender à CONTRATANTE o mesmo prazo de garantia concedido pelo fabricante do material/equipamento, quando este for superior ao estabelecido na Lei nº 8.078/90.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEXTO: A Contratada deve comunicar à Contratante, com a devida comprovação, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas antes da data de entrega, qualquer motivo que impossibilite o cumprimento do prazo previsto.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SÉTIMO: Assumir total responsabilidade por quaisquer perdas e danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão, intencional ou negligente, sem prejuízo de outras penalidades contratuais ou legais aplicáveis, danos pessoais ou materiais ao patrimônio público ou privado, bem como danos ambientais ocasionados por seus funcionários ou equipamentos durante a execução;

PARÁGRAFO VIGÉSIMO OITAVO: As especificações dos bens entregues devem ser lançadas na Nota Fiscal de forma idêntica àquelas constantes na requisição fornecida pelo fiscal do contrato.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO NONO: Durante toda a execução do contrato, a Contratada deve manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, além de indicar um preposto para representá-la. A Contratada é responsável por qualquer dano causado à Administração, a terceiros ou ao meio ambiente durante o fornecimento do objeto da licitação, não podendo alegar que a Administração realizou a fiscalização como motivo para excluir sua responsabilidade.

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO PRIMEIRO: Todos os custos decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, incluindo tributos e despesas com frete, devem ser arcados pela Contratada, sem ônus para a Contratante, e os pagamentos devem ser efetuados conforme previsto em lei.

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO SEGUNDO: A Contratada deve cumprir toda a legislação ambiental, de trânsito, trabalhista e de Segurança do Trabalho pertinentes à exploração, transporte, carga e descarga dos materiais licitados.

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO TERCEIRO: É de responsabilidade da contratada elaborar e implementar os Planos de Prevenção de Acidentes, Manejo Ambiental, Gerenciamento de Resíduos, Controle Médico de Saúde Ocupacional, Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria de Construção, assim como todos os planos e programas relacionados à atividade exercida.

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO QUARTO: A Contratada é responsável por promover a destinação final ambientalmente adequada dos resíduos, conforme exigido pela legislação.

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO QUINTO: Na aquisição de materiais conforme a Tabela SINAPI, a Contratada deve adotar critérios de sustentabilidade ambiental, conforme orienta o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e a Lei 14.133/2021. A Contratada deverá assegurar práticas sustentáveis ao

longo de todo o processo produtivo, abrangendo desde a extração de matérias-primas até o fornecimento final dos produtos.

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO SEXTO: Em relação ao Desenvolvimento Nacional Sustentável, apresentamos alguns pontos a ser seguidos:

I - Tecnologia de aplicação eficiente: Equipamentos modernos de aplicação dos materiais, como equipamentos elétricos, que promovam eficiência energética (como lâmpadas LED e sensores de presença). Para materiais hidrossanitários, a preferência é por equipamentos que permitam economia de água, como torneiras com redutores de vazão e válvulas de descarga de baixo consumo.

II - Reciclagem e disposição adequada: Práticas de trabalho sustentáveis, como a reciclagem de uso de materiais recicláveis e reciclados na construção civil, como tubos e conexões de PVC reciclado, metais ou outros componentes que possam ser reutilizados ou reciclados ao final de sua vida útil.

III - Alternativas de baixo COVs: Para produtos que envolvem processos químicos, como tintas e acabamentos, deve-se dar preferência aos que emitam menos compostos orgânicos voláteis (COVs) ou poluentes tóxicos.

IV - A Contratada deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 3º e 10º da Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e Instrução Normativa SLTI/MPOG n.º 1, de 19/01/2010.

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO SÉTIMO: A Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, deve ser observada no que tange ao uso de substâncias químicas e práticas produtivas que possam gerar impactos negativos ao meio ambiente. As empresas fornecedoras devem adotar processos que garantam a gestão adequada de resíduos, reduzam a emissão de poluentes e conservem os recursos naturais.

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO OITAVO: A responsabilidade pela conformidade com as normas ambientais vigentes recai sobre a empresa contratada, que deverá garantir que todos os materiais adquiridos sigam padrões sustentáveis, sem causar degradação ao meio ambiente. Dessa forma, o processo de aquisição de materiais da Tabela SINAPI deverá promover a proteção do meio ambiente e incentivar práticas produtivas que contribuam para o desenvolvimento sustentável.

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO NONO: A contratada deve cumprir os critérios de aceitabilidade: Devem estar em conformidade com normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), como resistência e durabilidade.; Preços e especificações devem seguir a Tabela SINAPI para garantir a adequação econômica e técnica.; Materiais devem ser uniformes em textura, cor e acabamento, além de não apresentarem defeitos visíveis (trincas, quebras, etc.); Devem atender a requisitos de resistência mecânica (compressão, peso e impacto); Devem atender às normas ABNT e SINAPI, com foco em resistência, uniformidade e durabilidade; Precisam de conformidade com normas como NBR 5410, certificação INMETRO, e segurança no isolamento para evitar acidentes; e Devem seguir normas ABNT e apresentar estanqueidade e resistência à corrosão, além de certificação para água potável.

PARÁGRAFO QUADRAGÉSIMO: Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

PARÁGRAFO QUADRAGÉSIMO PRIMEIRO: A contratada de cumprir as exigências reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, previstas em lei e em outras normas específicas

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS DEVERES DO CONTRATANTE

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

PARÁGRAFO SEGUNDO: Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

PARÁGRAFO TERCEIRO: Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

PARÁGRAFO QUARTO: Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

PARÁGRAFO QUINTO: Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

PARÁGRAFO SEXTO: Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

PARÁGRAFO SÉTIMO: Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

PARÁGRAFO OITAVO: Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

PARÁGRAFO NONO: Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

PARÁGRAFO DÉCIMO: A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: O Contratante não se responsabilizará por qualquer dano ou prejuízo que venha a ocorrer ao material abandonado em suas dependências, podendo dar-lhe a destinação que julgar conveniente, após ter decorrido 30 (trinta) dias de abandono;

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: Registrar os defeitos, as falhas e as imperfeições detectadas e comunicar à Contratada; e

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO: Elaborar Instrução Geral de Quadros de Capacitação para os servidores que atuarão como Gestores e Fiscais dos Contratos de seus respectivos grupos;

CLÁUSULA OITAVA - DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O valor do presente Contrato é de R\$ ____ (____) de acordo com os valores especificados na Proposta de preços e Planilhas de Preços.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As despesas decorrentes desta aquisição correrão por conta dos recursos provenientes do **DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTE – DER/RO**, conforme Pré-Empenho com a devida Declaração de Adequação Financeira.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O referido objeto de contratação, tem a seguinte dotação orçamentária conforme quadro abaixo:

1.1 - Quadro de Dotação Orçamentária

Programa de Trabalho	Grupo de Programação Financeira	Fontes de Recurso	Unidade Gestora	Natureza de Despesa
26.122.1015.2935	330	1.500.0.00001 / 2.500.0.00001 / 1.501.0.00001 / 2.501.0.00001 / 1.899.0.00001 / 2.899.0.00001 / 1.720.0.00001	11025	33.90.30

CLÁUSULA NONA - CRITÉRIOS DO PAGAMENTO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O pagamento será realizado por meio de Ordem Bancária e depósito em conta bancária informada pela CONTRATADA, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados da entrega,

mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente certificada pela Comissão de Recebimento, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes;

PARÁGRAFO SEGUNDO: As notas fiscais/faturas deverão ser emitidas em 2 (duas) vias e apresentadas à CONTRATANTE para certificação, devendo conter em seu corpo a descrição do objeto, a indicação do número da Ata de Registro de Preços e da conta bancária da Contratada. Caso haja Termo de Contrato, a Nota Fiscal deverá apresentar o número do instrumento contratual.

PARÁFRAGO TERCEIRO: A(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s) deverá(ão), ainda, estar acompanhada(s), obrigatoriamente, das certidões que atestem a regularidade perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, ao recolhimento do FGTS e do INSS e aos Débitos Trabalhistas;

PARÁGRAFO QUARTO: Em caso de atraso de pagamento, motivado exclusivamente pela Administração Contratante, o valor devido deverá ser acrescido de atualização monetária, a ser calculada entre a data limite para o pagamento e o efetivo adimplemento da parcela, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = N x VP x I, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da Parcela a ser paga

I = Índice de compensação financeira, assim apurado:

I = (TX/100)/365 I =

TX = Percentual atribuído ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA

PARÁGRAFO QUINTO: Havendo erro ou irregularidade na Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à Contratada para as necessárias correções, com as informações que motivam sua rejeição, e o pagamento ficará pendente até que se providenciem as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou apresentação de novo documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE;

PARÁGRAFO SEXTO: A Administração não pagará, sem que tenha autorização prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras, à exceção de determinações judiciais, devidamente protocoladas no órgão;

PARÁGRAFO SÉTIMO: Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela contratada, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

PARÁGRAFO OITAVO: No ato de liquidação da despesa, os serviços de contabilidade comunicarão aos órgãos da administração tributária as características da despesa e os valores pagos, conforme o disposto no [art. 146 da Lei n.º 14.133, de 1 de abril de 2021](#).

PARÁGRAFO NONO: O pagamento será creditado em favor da empresa fornecedora por meio de ordem bancária, contra qualquer banco indicado na proposta, devendo para isto, ficar explicitado o nome, número da agência e o número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

PARÁGRAFO DÉCIMO: A administração não pagará, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, seja ou não instituições financeiras, à exceção de determinações judiciais, devidamente protocoladas no órgão.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas ao fornecimento de bens, à execução de obras ou à prestação de serviços, conforme o disposto no [art. 145 da Lei n.º 14.133, de 1 de abril de 2021](#), com exceções explícitas no [art. 145, § 1º](#) da referida lei.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: É condição para o pagamento do valor constante de cada Nota Fiscal, a apresentação dos seguintes documentos: a. Certificado de Regularidade com Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - [Consulta de Regularidade do Empregador](#); b. Certidão Negativa de Débitos

Trabalhistas - [Consulta de Regularidade TST](#); c. Certidão Negativa de Débitos Municipais; d. Certidão Negativa de Tributos Estaduais; e. Certidão Negativa de Débitos Federais - [Consulta de Regularidade Ministério da Fazenda](#);

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO: No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal de Serviços/Fatura, serão os mesmos restituídos à adjudicatária para as correções necessárias, não respondendo os órgãos requisitantes, por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO: A contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO: Caso se constate erro ou irregularidade de parcela pequena na Nota Fiscal, a ADMINISTRAÇÃO, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções, ou aceitá-las, com a glosa da parte que considerar indevida.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO: Serão aceitas certidões positivas, desde que com efeito negativo, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO INSTRUMENTO CONTRATUAL, ADITIVOS E SUPRESSÕES

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da publicação do extrato no Diário Oficial do Estado (DIOF).

PARÁGRAFO SEGUNDO: O adjudicatário terá o **prazo de 05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para formalizar a assinatura do Termo Contratual, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Termo de Referência.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Como condição para celebração do Instrumento Contratual, a empresa deverá manter as mesmas condições de habilitação exigidas neste instrumento, devendo comunicar ao órgão Contratante, imediatamente, a alteração que possa comprometer a execução do objeto contratado.

PARÁGRAFO QUARTO: Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 desta Lei N.º 14.133/2021, o contratado será obrigado a aceitar, **nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento)** do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

PARÁGRAFO QUINTO: As alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 desta Lei não poderão transfigurar o objeto da contratação.

PARÁGRAFO SEXTO: Fica vedada a celebração de termos aditivos a este contrato, exceto se verificada uma das seguintes hipóteses, conforme Art. 133 da Lei n.º 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA DO OBJETO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A contratada responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os art. 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

PARÁGRAFO SEGUNDO: Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A execução da garantia, incluindo a substituição de material/equipamento ou conserto, não acarretará, em nenhuma circunstância, ônus para a CONTRATANTE.

PARÁGRAFO QUARTO: A CONTRATADA deverá estender à CONTRATANTE o mesmo prazo de garantia concedido pelo fabricante do material/equipamento, quando este for superior ao estabelecido na Lei nº 8.078.

PARÁGRAFO QUINTO: A garantia, no caso de conserto, será realizada por Assistência Técnica Autorizada, indicada pelo fabricante na documentação oficial apresentada pelo licitante no respectivo processo.

PARÁGRAFO SEXTO: Caso essa Assistência Técnica Autorizada esteja impossibilitada de cumprir tal função, a garantia deverá ser executada por outra Assistência Técnica Autorizada, que também deverá ser indicada pelo fabricante, ou pelo próprio fabricante do material/equipamento.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Os produtos deverão ter garantia mínima de 12 (doze) meses contados da data entrega (descrita em cada embalagem).

Na embalagem do produto:

Nome do produto:

Nome comercial;

Data de fabricação e prazo de validade;

Identificação da partida de fabricação;

Nome e endereço do fabricante;

Quantidade contida no recipiente, em litro.

Nome do químico responsável e o número de identificação no Conselho Regional dos Químicos, quando necessário.

PARÁGRAFO OITAVO: A CONTRATADA deverá encaminhar materiais para análise e testes, e responder qualquer questionamento, quanto a qualidade do material, quando necessário;

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS CASOS OMISSOS

PARÁGRAFO ÚNICO: As omissões, dúvidas e casos não previstos neste instrumento, serão resolvidos e decididos aplicando as regras contratuais e a Lei Federal N.º 14.133/21 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A Contratante poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

PARÁGRAFO QUARTO: A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

PARÁGRAFO QUINTO: A Contratada deverá manter um Preposto, aceito pela Administração, para representá-lo na execução do contrato.

PARÁGRAFO SEXTO: A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

PARÁGRAFO SÉTIMO: A fiscalização não exclui, nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com os [Arts. 119 e 120 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021](#).

FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

PARÁGRAFO OITAVO: A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

PARÁGRAFO NONO: Será designado para a função de fiscal de contrato servidor com experiência e conhecimento na área relativa ao objeto contratado, designado para auxiliar o gestor do contrato quanto à fiscalização dos aspectos administrativos e técnicos do contrato, cabendo-lhe, dentre outras atribuições inerentes às funções expostas no Decreto Estadual n.º 28.874/2024, na seção VIII, Capítulo I;

PARÁGRAFO DÉCIMO: Comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual

GESTÃO DO CONTRATO

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: As atividades de Gestão e Fiscalização deverão ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática e exercidas por agentes públicos, por equipe de fiscalização ou por agente público único, de acordo com a complexidade da contratação, assegurada a distinção das atividades (artigo 19, Decreto Estadual n.º 28.874/2024)

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDA: O gestor do contrato tem como função administrar o contrato até o término de sua vigência, desempenhando as atribuições administrativas que são inerentes ao controle individualizado de cada contrato, que cabe a ele seguir as funções expostas no artigo 20, do Decreto Estadual n.º 28.874/2024.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO: **Caberá ao FISCAL TÉCNICO** e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, as atividades listadas no art. 23 do Decreto Estadual n. 28.874, de 2024.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO: O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO: O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO: Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO: O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO: No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO: O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO: **Caberá ao FISCAL ADMINISTRATIVO** e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, as atividades listadas no art. 24 do Decreto Estadual n. 28.874, de 2024.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO: Além disso, o fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEGUNDO: Os relatórios elaborados pela fiscalização do contrato administrativo deverão abordar, no que couber, os pontos elencados no art. 25 do Decreto Estadual n. 28.874, de 2024.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO TERCEIRO: Caso a execução do contrato ocorra em setores distintos ou em unidades descentralizadas, **será designado FISCAIS SETORIAIS nos locais**, de modo que haja

acompanhamento na execução nos aspectos técnicos ou administrativos, conforme previsão do §1º e §2º, do art. 19 do Decreto Estadual n. 28.874, de 2024.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DOS CONTRATOS

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos Arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contados a partir da data de apresentação da proposta comercial.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Após o interregno de um ano, a contratante deverá apresentar requerimento expresso para reajuste dos preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do **índice IPCA**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade

PARÁGRAFO QUARTO: No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo;

PARÁGRAFO QUINTO: Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo;

PARÁGRAFO SEXTO: Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor;

PARÁGRAFO SÉTIMO: Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo;

PARÁGRAFO OITAVO: Para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato, de acordo com a alínea d, inciso II, do Art. 124 Lei nº 14.133, de 2021;

PARÁGRAFO NONO: O pedido de reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser apresentado pela contratada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do fato gerador de seu direito (art. 151, Decreto Estadual nº 28.874/2024);

PARÁGRAFO DÉCIMO: Os pedidos de **reajustamento em sentido estrito, repactuação e revisão**, além da documentação específica relativa ao requerimento elencada nos artigos 154 a 163, deverão ser instruídos conforme previsto no artigo 152 do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: O prazo de resposta ao pedido do equilíbrio econômico-financeiro se dará em até 60 (sessenta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O contratado estará sujeito ao [Art. 155 da Lei 14.133/21](#), a empresa participante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

Art. 155. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

PARÁGRAFO TERCEIRO: No caso de algumas das infrações listadas acima, serão aplicadas ao responsável as seguintes sanções, de acordo com o Art. 156 da Lei 14.133/21:

Art. 156. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

PARÁGRAFO QUARTO: Pela inexecução total ou parcial do objeto, o DER/RO poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa contratada as seguintes sanções:

PARÁGRAFO QUINTO: Advertência, que será aplicada por meio de notificação, estabelecendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que a empresa contratada apresente justificativas para o atraso, que só serão aceitas mediante crivo da Administração;

PARÁGRAFO SEXTO: Multa moratória correspondente a **0,5% (cinco décimos por cento)** sobre o valor total do contrato, por dia de atraso no cumprimento das obrigações assumidas, até a data do efetivo adimplemento, observado o limite de 10 (dez) dias corridos, após o qual será caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato ou instrumento equivalente, conforme o caso;

PARÁGRAFO SÉTIMO: A multa moratória será aplicada a partir do 1º dia útil da inadimplência, contado da data definida para o regular cumprimento da obrigação;

PARÁGRAFO OITAVO: Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre a parte inadimplida, por dia de atraso na assinatura do instrumento contratual ou no recebimento da Ordem de Fornecimento ou da Nota de Empenho, observado o limite de 10 (dez) dias corridos, após o qual será caracterizada a inexecução total do contrato ou instrumento equivalente, salvo no caso de justificativa aceita pela Administração;

PARÁGRAFO NONO: Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa injustificada em assinar o instrumento contratual, em aceitar ou retirar o instrumento equivalente (nota de empenho), ou em receber a Ordem de Fornecimento, caso em que será caracterizada a inexecução total do objeto não prestado, salvo no caso de justificativa aceita pela Administração;

PARÁGRAFO DÉCIMO: Multa de 10% (dez por cento) sobre a parte inadimplida, no caso de inexecução parcial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados ao DER/RO e/ou ao Estado de Rondônia pela execução parcial do contrato;

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de sua inexecução total, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados ao DER/RO e/ou ao Estado de Rondônia;

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, pela recusa injustificada na substituição de equipamentos ou serviço em desacordo com o contrato no prazo estabelecido neste Termo de Referência;

PARÁGRAFOS DÉCIMO TERCEIRO: Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor total do contrato, **por dia de atraso na substituição do material defeituoso**, observado o limite de 10 (dez) dias corridos, após o qual será considerada a inexecução parcial do contrato, salvo em caso de justificativa aceita pela administração;

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO: Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, com percentuais de multa, sobre a parte inadimplida do contrato, conforme a tabela a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	GRAU	MULTA (*)
01	Executar a entrega incompleta, paliativo substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar; por ocorrência.	02	0,4% por dia
02	Recusar-se a executar as determinações feitas pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado; por ocorrência.	04	1,6% por dia
03	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, a prestação do serviço contratado.	05	3,2% por dia
04	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes; por ocorrência.	05	3,2% por dia
05	Permitir situação que crie a possibilidade ou cause danos físico, lesão corporal ou consequências letais; por ocorrência.	06	4,0% por dia
06	Inexecução parcial ou total do contrato.	10	10 %
Para os itens a seguir, deixar de:			
07	Manter a documentação de habilitação atualizada; por item, por ocorrência.	01	0,2% por dia
08	Iniciar a entrega nos prazos estabelecidos, observados os limites mínimos estabelecidos por este Contrato; por item, por ocorrência.	02	0,2% por dia
09	Ressarcir o órgão por eventuais danos causados por sua culpa;	02	0,4% por dia
10	Cumprir quaisquer dos itens do Termo de Referência e seus anexos, mesmo que não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	03	0,8% por dia
11	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO, por ocorrência.	03	0,8% por dia

(*) Incide sobre a parte inadimplida.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO: As sanções previstas nos incisos I, III e IV do **subitem 24.2.** poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do mesmo **subitem**.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO: As multas eventualmente impostas à Contratada serão descontadas dos pagamentos a que fizer jus, acrescidas de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO: Aplicação de juros sobre o atraso no pagamento das multas, em casos em que não houver saldo suficiente para glosa dos valores, devendo ser calculada após a decisão do Gestor Público.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO: As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Cadastro Estadual de Fornecedores Impedidos de Licitar (CAGEFIMP), e a caso de suspensão de licitar, a empresa contratada deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas das demais cominações legais.

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO: A licitante, adjudicatária ou contratada que cometer as infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI e XII, do artigo 155, da Lei nº 14.133, de 2021, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado, conforme disposições dos § 4º e §5º o art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO: No caso de aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do subitem 24.2., a mesma deverão ser precedidas de processo administrativo conforme diretrizes presentes no art. 186 do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO E/OU TRANSFERÊNCIA, FUSÃO, CISÃO E/OU INCORPORAÇÃO

PARÁGRAFO ÚNICO: Fica **VEDADA** a subcontratação total ou parcial do objeto, pela contratada à outra empresa, a cessão ou transferência total ou parcial do objeto licitado e/ou obrigações inerentes, bem como a a fusão, cisão ou incorporação. A vedação da subcontratação total ou parcial do objeto contratual, bem como a cessão ou transferência total ou parcial do objeto licitado e/ou obrigações inerentes, e a fusão, cisão ou incorporação, é uma medida necessária e prudente por várias razões fundamentais que garantem a integridade, a eficiência e a transparência do processo contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A CONTRATADA deverá observar e cumprir, sempre que aplicável, os critérios de sustentabilidade ambiental estabelecidos na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, em conformidade com as diretrizes do Decreto nº 21.264, de 20 de setembro de 2016, bem como demais normativas e políticas públicas voltadas para a redução de impactos ambientais e promoção do consumo sustentável.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Todos os produtos fornecidos deverão atender integralmente às normas e especificações técnicas vigentes, incluindo aquelas estabelecidas por órgãos reguladores e de normalização, tais como: Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), International Organization for Standardization (ISO), Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e Ministério da Saúde. O cumprimento dessas diretrizes assegura que os produtos comercializados apresentem qualidade, segurança e conformidade regulatória, alinhando-se às melhores práticas do mercado.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Além disso, visando a minimização dos impactos ambientais e a promoção de um modelo de fornecimento sustentável, os produtos fornecidos devem, preferencialmente:

PARÁGRAFO QUARTO: Ser fabricados total ou parcialmente com materiais reciclados, atóxicos e biodegradáveis, conforme as especificações das normas ABNT NBR 15448-1 e 15448-2, de forma a reduzir o consumo de recursos naturais e fomentar a economia circular;

PARÁGRAFO QUINTO: Possuir certificação do INMETRO que ateste sua classificação como produto sustentável ou que demonstre um menor impacto ambiental em comparação a produtos similares convencionais, incentivando o desenvolvimento de tecnologias mais limpas e eficientes;

PARÁGRAFO SEXTO: Ser acondicionados em embalagens otimizadas, preferencialmente individuais, com volume reduzido e fabricadas com materiais recicláveis, garantindo a máxima proteção durante o transporte e armazenamento, sem comprometer a sustentabilidade da cadeia produtiva;

PARÁGRAFO SÉTIMO: Estar isentos de substâncias perigosas em concentrações superiores aos limites estabelecidos pela diretiva RoHS (Restriction of Hazardous Substances), restringindo a presença de elementos como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd),

bifenil-polibromados (PBBs) e éteres difenil-polibromados (PBDEs), que são prejudiciais à saúde humana e ao meio ambiente.

PARÁGRAFO OITAVO: Além do atendimento aos requisitos de sustentabilidade incorporados na descrição do objeto contratual, a CONTRATADA deverá observar e seguir as diretrizes estabelecidas pelo Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, promovendo boas práticas ambientais ao longo de toda a cadeia de suprimentos.

PARÁGRAFO NONO: A adoção dessas medidas visa garantir a responsabilidade ambiental na aquisição de bens e serviços, incentivando a inovação, a eficiência e a redução dos impactos ambientais associados às atividades da Administração Pública, em consonância com os princípios da economicidade, eficiência e desenvolvimento sustentável

PARÁGRAFO DÉCIMO: Na aquisição de materiais conforme a Tabela SINAPI, é essencial adotar critérios de sustentabilidade ambiental, conforme orienta o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e a Lei 14.133/2021. A empresa contratada deverá assegurar práticas sustentáveis ao longo de todo o processo produtivo, abrangendo desde a extração de matérias-primas até o fornecimento final dos produtos.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: Em relação ao Desenvolvimento Nacional Sustentável, apresentamos alguns pontos a ser seguidos.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: Tecnologia de aplicação eficiente: Equipamentos modernos de aplicação dos materiais, como equipamentos elétricos, que promovam eficiência energética (como lâmpadas LED e sensores de presença). Para materiais hidrossanitários, a preferência é por equipamentos que permitam economia de água, como torneiras com redutores de vazão e válvulas de descarga de baixo consumo.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO: Reciclagem e disposição adequada: Práticas de trabalho sustentáveis, como a reciclagem de uso de materiais recicláveis e reciclados na construção civil, como tubos e conexões de PVC reciclado, metais ou outros componentes que possam ser reutilizados ou reciclados ao final de sua vida útil.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO: Alternativas de baixo COVs: Para produtos que envolvem processos químicos, como tintas e acabamentos, deve-se dar preferência aos que emitam menos compostos orgânicos voláteis (COVs) ou poluentes tóxicos.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO: A Contratada deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 3º e 10º da Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO: A Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, deve ser observada no que tange ao uso de substâncias químicas e práticas produtivas que possam gerar impactos negativos ao meio ambiente. As empresas fornecedoras devem adotar processos que garantam a gestão adequada de resíduos, reduzam a emissão de poluentes e conservem os recursos naturais.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO: A responsabilidade pela conformidade com as normas ambientais vigentes recai sobre a empresa contratada, que deverá garantir que todos os materiais adquiridos sigam padrões sustentáveis, sem causar degradação ao meio ambiente. Dessa forma, o processo de aquisição de materiais da Tabela SINAPI deverá promover a proteção do meio ambiente e incentivar práticas produtivas que contribuam para o desenvolvimento sustentável.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO: A contratada deve cumprir os critérios de aceitabilidade: Devem estar em conformidade com normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), como resistência e durabilidade.; Preços e especificações devem seguir a Tabela SINAPI para garantir a adequação econômica e técnica.; Materiais devem ser uniformes em textura, cor e acabamento, além de não apresentarem defeitos visíveis (trincas, quebras, etc.); Devem atender a requisitos de resistência mecânica (compressão, peso e impacto); Devem atender às normas ABNT e SINAPI, com foco em

resistência, uniformidade e durabilidade; Precisam de conformidade com normas como NBR 5410, certificação INMETRO, e segurança no isolamento para evitar acidentes; e Devem seguir normas ABNT e apresentar estanqueidade e resistência à corrosão, além de certificação para água potável.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA- DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DOS CONTRATOS

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O descumprimento de qualquer Cláusula ou de simples condição deste Contrato, assim como a execução do seu objeto em desacordo com o estabelecido em suas Cláusulas e Condições, dará direito à CONTRATANTE de rescindi-lo mediante notificação expressa, sem que caiba à CONTRATADA qualquer direito, exceto o de receber o estrito valor correspondente ao fornecimento realizado, desde que estejam de acordo com as prescrições ora pactuadas, assegurada a defesa prévia.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A rescisão contratual consensual será efetuada na seara administrativa e em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais legislações pertinentes.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Art. 137. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

Art. 137. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

I - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

II - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

III - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

IV - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

V - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

VI - atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

VII - atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

VIII - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

IX - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

PARÁGRAFO QUARTO: Poderá rescindir ocorrendo quaisquer das situações prevista no Arts. 138 e 139, da Lei Federal n.º 14.133/21, ou ainda pela inobservância de quaisquer condições pactuadas no instrumento contratual, conforme os dispositivos legais.

PARÁGRAFO QUINTO: A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

PARÁGRAFO SEXTO: Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

PARÁGRAFO SÉTIMO: O termo de extinção, sempre que possível, será precedido: Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos; Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos; Indenizações e multas.

PARÁGRAFO OITAVO: A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório Art. 131, caput da lei 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA MATRIZ DE RISCO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A matriz de risco que consta citada no anexo 41.3 do Termo de Referência, tem como objetivo definir as áreas de exposição da execução do objeto, advindas de eventos supervenientes à contratação. Dado este relevante, para a identificação, prevenção e respectivas responsabilidades pela eventual ocorrência, bem como para apresentação das propostas pelas licitantes/contratada.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A contratada deverá ter pleno conhecimento, quando da participação do processo licitatório, da natureza e extensão dos riscos por ela assumidos, e garantindo ter levado tais riscos em consideração quando na formulação de sua proposta.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Constituem riscos a serem suportados pelo contratante em conformidade com a matriz de risco:

Mudanças Climáticas;

Não conformidade com critérios de sustentabilidade;

Aumento de custos devido à utilização de materiais não sustentáveis; e

Rejeição pública devido à falta de práticas sustentáveis.

PARÁGRAFO QUARTO: Constituem riscos a serem suportados pelo contratada em conformidade com a matriz de risco:

1. Disponibilidade de Fornecedores;
2. Disponibilidade de Fornecedores;
3. Qualidade dos Materiais;
4. Atrasos na Entrega;
5. Danos durante o Transporte;
6. Crédito - Inadimplência ou atraso de pagamento pela contratante;
7. Impacto ambiental negativo devido ao uso de materiais poluentes; e
8. Escassez de materiais sustentáveis disponíveis no mercado.

PARÁGRAFO QUINTO: Constituem riscos a serem COMPARTILHADOS pelas partes, em conformidade com a matriz de risco:

1. Mudanças na Regulamentação;
2. Flutuações de Preços; e
3. Reequilíbrio Contratual.

PARÁGRAFO QUINTO: A contratada deverá ter pleno conhecimento, quando da participação do processo licitatório, da natureza e extensão dos riscos por ela assumidos, e garantindo ter levado tais riscos em consideração quando na formulação de sua proposta.

PARÁGRAFO SEXTO: A Contratada somente poderá solicitar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro ou aditivo de prazo nas hipóteses excluídas de sua responsabilidade na matriz de risco.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Os casos omissos na matriz de riscos serão objeto de análise apurada e criteriosa, lastreada em elementos técnicos, por intermédio de processo administrativo para apurar o caso concreto.

PARÁGRAFO OITAVO: A referida matriz de riscos é parte integrante do contrato, pois tais obrigações são de resultado e devidamente delimitadas no instrumento convocatório

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Declaram as partes que este instrumento contratual corresponde à manifestação final, completa e exclusiva do acordo entre elas celebrado.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Fica estabelecido neste instrumento contratual a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, e a proposta do licitante/contratado vencedor (Art. 92, II, Lei Nº 14.133/21).

PARÁGRAFO TERCEIRO: A Administração convocará regularmente o interessado para assinar o termo de contrato, aceitar ou retirar o contrato/instrumento equivalente, dentro do prazo e condições estabelecidos, sob pena de decair o direito à contratação (Art. 90, Lei Nº 14.133/21).

PARÁGRAFO QUARTO: É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou retirar o contrato/instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação (Art. 90, §2º da Lei Nº 14.133/21).

PARÁGRAFO QUINTO: Implicará no cancelamento da Nota de Empenho, se a empresa não atender as solicitações dentro dos prazos estipulados, bem como a entrega de produtos fora das especificações exigidas, e, caso isto ocorra, poderá ser convocada a segunda empresa colocada no certame licitatório para efetuar a entrega dos produtos, em iguais condições do primeiro colocado, e assim sucessivamente por ordem de classificação, ou ainda procedendo a Administração ao cancelamento do certame, caso prejudicada a finalidade pública da contratação quanto ao prazo e evolução mercadológica.

PARÁGRAFO SEXTO: Os licitantes/contratado, antes de apresentarem suas propostas, deverão analisar toda a documentação referente a presente licitação, dirimindo, oportunamente, todas as dúvidas, de modo a não incorrerem em omissões.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO FORO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As questões decorrentes da execução deste Instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no Foro de Porto Velho, capital do Estado de Rondônia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DAS ASSINATURAS, DATA DA CELEBRAÇÃO E VISTO DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO:

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Considerando que esta avença é celebrada no bojo de processo virtual que tramita no âmbito do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, a data de celebração será correspondente a da aposição da assinatura eletrônica mais recente de qualquer das partes qualificadas no preâmbulo.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Este instrumento jurídico foi elaborado na forma do art. 23, I, da LCE 620/2011, segundo as informações e documentos constantes dos autos do processo identificado neste instrumento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Após as assinaturas deste Contrato, a Procuradoria-Geral do Estado providenciará a publicação de resumo no Diário Oficial do Estado, no prazo legal, sem prejuízo de outras publicações que a CONTRATANTE tenha como necessárias.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Para firmeza e como prova do acordado, é lavrado o presente **TERMO DE CONTRATO**, que depois de lido e achado conforme é assinado pelas partes, dele sendo extraídas as cópias que se fizerem necessárias para sua publicação e execução, devidamente certificadas pela Procuradoria Geral do Estado – PGE.

Titular da CONTRATANTE

Titular da CONTRATADA